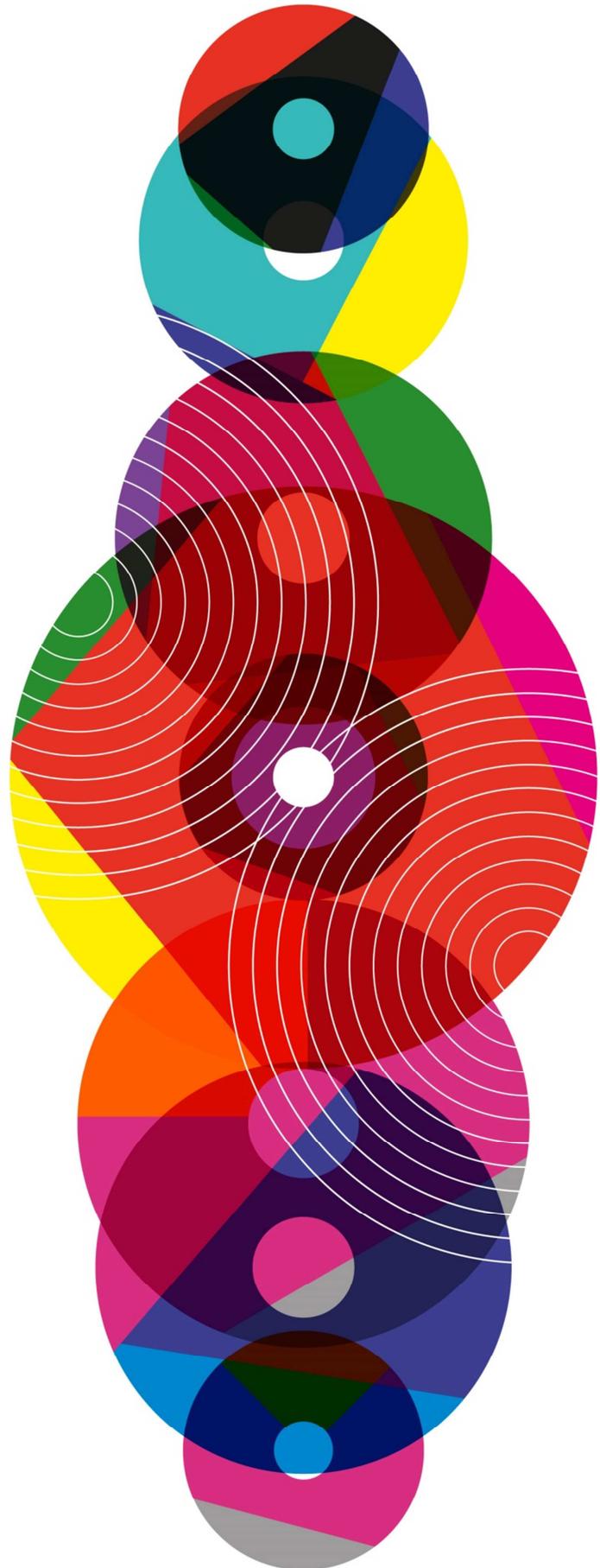


DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS



Demonstrações da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 e em 1 de janeiro de 2011

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Nota 4)	01 janeiro 2011 Reexpresso (Nota 4)
ATIVOS NÃO CORRENTES:				
Ativos fixos tangíveis	10	2.603.109.778	2.672.406.896	2.715.382.100
Ativos intangíveis	11	562.455.222	579.781.789	474.815.909
Propriedades de investimento		386.001	-	-
Goodwill	12	658.228.050	659.813.493	671.030.521
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	6	456.446.288	534.134.089	575.397.829
Outros investimentos	7, 9 e 13	59.877.723	40.940.837	43.298.704
Ativos por impostos diferidos	20	224.718.491	221.875.249	207.284.904
Outros ativos não correntes	9 e 14	49.531.315	37.992.014	40.758.287
Total de ativos não correntes		4.614.752.868	4.746.944.367	4.727.968.254
ATIVOS CORRENTES:				
Inventários	15	538.486.177	650.705.703	682.067.028
Clientes	9 e 16	171.053.729	175.080.053	164.401.336
Outras dívidas de terceiros	9 e 17	117.941.848	92.701.931	123.247.935
Estado e outros entes públicos	18	74.942.868	99.411.123	79.926.876
Outros ativos correntes	19	139.910.545	125.168.524	112.803.241
Investimentos	9 e 13	911.922	5.861.218	15.653.114
Caixa e equivalentes de caixa	9 e 21	376.635.163	420.169.386	219.624.321
Total de ativos correntes		1.419.882.252	1.569.097.938	1.397.723.851
Ativos não correntes detidos para venda		720.338	720.338	9.500.686
TOTAL DO ATIVO		6.035.355.458	6.316.762.643	6.135.192.791
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	22	2.000.000.000	2.000.000.000	2.000.000.000
Ações próprias	22	(128.149.614)	(131.895.330)	(135.679.489)
Reservas legais		187.137.648	187.137.648	167.816.034
Reservas e resultados transitados		(772.902.493)	(795.598.531)	(855.383.934)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		32.572.259	103.944.076	167.940.582
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		1.318.657.800	1.363.587.863	1.344.693.193
Interesses sem controle	23	349.901.121	336.803.275	318.520.043
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.668.558.921	1.700.391.138	1.663.213.236
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos bancários	9 e 24	364.137.659	401.355.061	398.484.917
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	1.287.944.455	1.349.434.313	1.614.604.272
Cretores por locações financeiras	9, 24 e 25	27.593.734	28.812.037	24.219.918
Outros empréstimos	9 e 24	7.084.062	11.134.184	14.540.928
Outros passivos não correntes	9 e 27	87.958.431	147.564.117	165.953.103
Passivos por impostos diferidos	20	136.943.600	134.191.549	122.336.903
Provisões	32	114.470.445	91.036.377	62.636.516
Total de passivos não correntes		2.026.132.386	2.163.527.638	2.402.776.557
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos bancários	9 e 24	65.557.681	226.882.229	101.667.085
Empréstimos obrigacionistas	9 e 24	450.820.688	365.856.920	89.554.619
Cretores por locações financeiras	9, 24 e 25	7.037.038	6.894.512	4.909.984
Outros empréstimos	9 e 24	2.661.283	76.210	5.278.846
Fornecedores	9 e 29	1.221.772.727	1.244.537.123	1.235.246.906
Outras dívidas a terceiros	9 e 30	227.781.624	142.699.263	167.753.084
Estado e outros entes públicos	18	59.742.218	68.058.001	99.116.838
Outros passivos correntes	31	302.864.083	395.572.842	364.077.581
Provisões	32	2.426.809	2.266.767	1.598.055
Total de passivos correntes		2.340.664.151	2.452.843.867	2.069.202.998
TOTAL DO PASSIVO		4.366.796.537	4.616.371.505	4.471.979.555
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		6.035.355.458	6.316.762.643	6.135.192.791

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Demonstrações Consolidadas dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Nota 4)
Vendas	35	4.552.547.876	4.677.785.256
Prestações de serviços	35	825.974.638	863.065.082
Variação de valor das propriedades de investimento		-	(377.178)
Rendimentos ou perdas relativos a investimentos	36	15.995.991	24.955
Rendimentos e ganhos financeiros	37	12.511.831	17.322.392
Outros rendimentos	38	441.222.195	470.603.192
Custo das vendas	15	(3.561.004.682)	(3.627.642.374)
Variação da produção		(666.354)	688.948
Fornecimentos e serviços externos	39	(968.190.488)	(1.017.120.447)
Gastos com o pessoal	40	(656.383.176)	(678.337.539)
Amortizações e depreciações	10 e 11	(333.108.546)	(332.345.313)
Provisões e perdas por imparidade	32	(48.931.954)	(48.739.516)
Gastos e perdas financeiras	37	(106.687.966)	(98.908.527)
Outros gastos	41	(51.877.587)	(72.951.179)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjunto e associadas	6	(24.382.535)	(2.057.015)
Resultado antes de impostos		97.019.243	151.010.737
Imposto sobre o rendimento	42	(25.328.860)	(24.107.183)
Resultado líquido consolidado do exercício		71.690.383	126.903.554
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		32.572.259	103.944.076
Interesses sem controle	23	39.118.124	22.959.478
Resultados por ação			
Básico	44	0,017393	0,055518
Diluído	44	0,017346	0,055267

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Montantes expressos em Euros)

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Nota 4)
Resultado líquido consolidado do exercício	71.690.383	126.903.554
Varição nas reservas de conversão cambial	(4.209.464)	(3.582.612)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	(20.338.090)	(26.976.485)
Perda de influência significativa	3.376.172	-
Varição no justo valor dos ativos disponíveis para venda (Nota 7)	1.334.793	(2.324.000)
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	(34.319)	7.757.008
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral	706.717	(1.370.575)
Outros	(1.122.547)	(580.561)
Outro rendimento integral do exercício	<u>(20.286.737)</u>	<u>(27.077.225)</u>
Total rendimento integral consolidado do exercício	<u>51.403.645</u>	<u>99.826.329</u>
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	16.001.551	77.575.933
Interesses sem controlo	<u>35.402.094</u>	<u>22.250.396</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Demonstrações Consolidadas das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos Acionistas da empresa-mãe											
	Reservas e Resultados Transitados							Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses Sem Controle (Nota 23)	Total do Capital Próprio	
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Justo Valor	Reservas de Cobertura	Outras Reservas e Resultados Transitados					Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011 - reexpresso	2.000.000.000	(135.679.489)	167.816.034	8.783.221	4.829.654	(9.770.493)	(859.226.316)	(855.383.934)	167.940.582	1.344.693.193	318.520.043	1.663.213.236
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(1.831.678)	(2.324.000)	6.335.536	(28.548.001)	(26.368.143)	103.944.076	77.575.933	22.250.396	99.826.329
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2010												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	19.321.614	-	-	-	148.618.968	148.618.968	(167.940.582)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(62.001.571)	(62.001.571)	-	(62.001.571)	(8.158.858)	(70.160.429)
Alienação de ações próprias / entrega de ações próprias aos colaboradores	-	3.784.159	-	-	-	-	1.649.006	1.649.006	-	5.433.165	265.648	5.698.813
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	283.893	283.893	-	283.893	3.991.032	4.274.925
Outros	-	-	-	-	-	-	(2.396.750)	(2.396.750)	-	(2.396.750)	(64.986)	(2.461.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2011 - reexpresso	2.000.000.000	(131.895.330)	187.137.648	6.951.543	2.505.654	(3.434.957)	(801.620.771)	(795.598.531)	103.944.076	1.363.587.863	336.803.275	1.700.391.138
Saldo em 1 de janeiro de 2012 - reexpresso	2.000.000.000	(131.895.330)	187.137.648	6.951.543	2.505.654	(3.434.957)	(801.620.771)	(795.598.531)	103.944.076	1.363.587.863	336.803.275	1.700.391.138
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(2.114.599)	(585.046)	740.563	(14.611.626)	(16.570.708)	32.572.259	16.001.551	35.402.094	51.403.645
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2011												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	103.944.076	103.944.076	(103.944.076)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(61.989.385)	(61.989.385)	-	(61.989.385)	(11.481.147)	(73.470.532)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.986.265)	(5.986.265)
Aquisição e alienação de ações próprias / entrega de ações próprias aos colaboradores	-	3.745.716	-	-	-	-	(1.859.506)	(1.859.506)	-	1.886.210	(257.882)	1.628.328
Variação de percentagem em filiais	-	-	-	-	-	-	(1.132.049)	(1.132.049)	-	(1.132.049)	(20.745.608)	(21.877.657)
Outros	-	-	-	-	-	-	303.610	303.610	-	303.610	16.166.654	16.470.264
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.000.000.000	(128.149.614)	187.137.648	4.836.944	1.920.608	(2.694.394)	(776.965.651)	(772.902.493)	32.572.259	1.318.657.800	349.901.121	1.668.558.921

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

Demonstrações Consolidadas dos Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

(Montantes expressos em euros)

Demonstrações Consolidadas dos Fluxo de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Nota 4)
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		5.347.329.798	5.473.433.045
Pagamentos a fornecedores		(4.011.203.641)	(4.246.523.328)
Pagamentos ao pessoal		(667.073.692)	(691.771.901)
Fluxos gerados pelas operações		<u>669.052.465</u>	<u>535.137.816</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(32.701.612)	(64.236.214)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(1.556.520)	(14.108.427)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>634.794.333</u>	<u>456.793.175</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	45	5.863.972	12.055.249
Ativos fixos tangíveis		17.748.276	110.471.113
Ativos intangíveis		541.879	1.656.390
Juros e rendimentos similares		9.089.453	12.528.652
Empréstimos concedidos		12.703.189	1.515.554
Dividendos		12.183.294	595.673
Outros		31.275.257	29.954
		<u>89.405.320</u>	<u>138.852.585</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	(39.496.295)	(13.766.401)
Ativos fixos tangíveis		(195.931.097)	(262.823.314)
Ativos intangíveis		(139.576.585)	(49.930.359)
Empréstimos concedidos		(17.433.995)	-
Outros		(15.005.500)	(42.204.197)
		<u>(407.443.472)</u>	<u>(368.724.271)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(318.038.152)</u>	<u>(229.871.686)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		5.199.568.253	5.522.029.849
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		15.882.000	-
Outros		2.444.713	1.470.000
		<u>5.217.894.966</u>	<u>5.523.499.849</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(5.395.770.802)	(5.378.072.189)
Juros e gastos similares		(98.801.011)	(91.343.702)
Dividendos		(83.878.895)	(74.594.979)
Aquisições de ações (quotas) próprias		(2.612.424)	(289.862)
Outros		(5.308.697)	(4.921.182)
		<u>(5.586.371.829)</u>	<u>(5.549.221.914)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(368.476.863)</u>	<u>(25.722.065)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(51.720.682)</u>	<u>201.199.424</u>
Efeito das diferenças de câmbio		368.525	(1.586.253)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	21	415.457.116	212.671.439
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	21	<u>363.367.909</u>	<u>415.457.116</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA ("Sonae Holding") tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 como Grupo Sonae ("Sonae"). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados no Relatório de Gestão e na Nota 47.

Durante o período o Grupo alterou as seguintes políticas contabilísticas:

1.1 Alteração do método de consolidação das empresas conjuntamente controladas de proporcional para equivalência patrimonial

A IFRS 11 – Joint arrangements, já se encontra emitida pelo IASB e aprovada ("endorsed") pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2014. Da aplicação desta norma era, até 31 de dezembro de 2011, expectável um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente no que se refere à extinção do método de consolidação proporcional para as entidades conjuntamente controladas, o que teria impacto, nomeadamente, sobre o segmento do grupo Centros Comerciais.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sonae decidiu, antecipando os previsíveis impactos desta norma e facilitando a comparabilidade futura das suas demonstrações financeiras, passar a reportar todas as suas filiais controladas conjuntamente de acordo com o método de equivalência patrimonial já desde 1 de janeiro de 2012, possibilidade prevista atualmente na IAS 31 – Empreendimentos conjuntos, que é uma aproximação do previsto no IFRS 11.

1.2 Capitalização dos encargos com a angariação de contratos de fidelização de clientes

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, o Grupo alinhado com as melhores práticas do sector das telecomunicações, alterou a política de contabilização dos encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais eram, até à data, registados como custo no exercício em que eram incorridos. A partir de 1 de janeiro de 2012, os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica "Ativos intangíveis" e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos, uma vez que apenas agora é possível efetuar, de forma fidedigna, a alocação dos custos aos respetivos contratos, bem como a identificação de qual a receita gerada pelos clientes associados a cada contrato, cumprindo assim o critério para a sua capitalização, conforme exigido pela IAS 38 – Ativos intangíveis. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados.

Esta política contabilística permite que as demonstrações financeiras revelem de forma mais fiável e relevante a sua posição e desempenho financeiro, uma vez que permite alinhar os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, com a receita por si gerada. Adicionalmente, e com a periodicidade entendida relevante, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

Os impactos destas alterações estão divulgados na Nota 4.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros e propriedades de investimento que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2012:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2012:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações (emitidas em 7 de outubro de 2010)	01-07-2011

A entrada em vigor durante 2012 da norma acima referida não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2012:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 - (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (*)	01-01-2014
IFRS 11 - (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) (*)	01-01-2014
IFRS 12 - (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) (*)	01-01-2014
IFRS 13 - (Mensuração ao Justo Valor)	01-01-2013
IAS 27 - (Demonstrações Financeiras Separadas) (*)	01-01-2014
IAS 28 - (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) (*)	01-01-2014
IAS 12 - Alterações (Emenda: Recuperação de ativos por impostos diferidos) (**)	01-01-2013

IAS 19 - Alterações (Planos de pensões de benefícios definidos)	01-01-2013
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	01-01-2013
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outro Rendimento Integral)	01-07-2012
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)	01-01-2013
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	01-01-2014
IFRIC 20 - Interpretação (Custos da fase produtiva de uma mina de superfície)	01-01-2013

(*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida;

(**) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda ao IAS 12, as entidades deverão aplicar a norma aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, com adoção antecipada permitida;

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas, nomeadamente em virtude do Grupo ter alterado a forma de mensuração de investimentos em empreendimentos conjuntos tendo passado a aplicar o método da equivalência patrimonial (Nota 4).

2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae:

a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Sonae), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses sem controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 5.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica "Outros rendimentos" após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos interesses dos mesmos.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que a Sonae detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 5.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 1 e 4). A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde a Sonae exerce uma influência significativa mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são também registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das empresas controladas conjuntamente e das associadas, por contrapartida do rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Rendimentos ou perdas relativos a empresas controladas conjuntamente e associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empresas controladas conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações com empresas controladas conjuntamente e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica Goodwill (Nota 12) ou mantidas na rubrica "Investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas" (Nota 6). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reservas de conversão".

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a ativos imobiliários. As perdas por imparidade do

Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de "Reserva de Conversão" incluída na rubrica "Outras Reservas e Resultados Transitados". As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de "Resultados Transitados".

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo ou transferida para interesses sem controlo no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:



	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,75792	0,77871	0,77286	0,71889
Franco Suíço	0,82836	0,82971	0,82264	0,81258
Libra Inglesa	1,22534	1,23368	1,19717	1,15256
Real Brasileiro	0,36988	0,39996	0,41392	0,43061
Dólar Australiano	0,78670	0,80630	0,78600	0,74200
Peso Chileno	0,00160	0,00160	0,00150	0,00150
Peso Mexicano	0,05820	0,05920	0,05540	0,05800
Dolar de Singapura	0,62070	0,62320	0,59460	0,57190
Lira Turca	0,42461	0,43242	0,40930	0,42996
Zloty Polaco	0,24546	0,23910	0,22432	0,24357

2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções em centros comerciais detidos para auferir rendimento ou valorização do capital ou ambos e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios e são detidas pela Sonae Sierra e suas participadas as quais são relevadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 6).

As propriedades de investimento em desenvolvimento que não reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável encontram-se registadas ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas de imparidade.

São consideradas propriedades de investimento, de acordo com os IFRS, as propriedades de investimento em desenvolvimento, que reúnam as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável.

Considera-se que as propriedades de investimento em desenvolvimento reúnem as condições para que o seu justo valor seja fiavelmente determinável quando existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto. É considerado que existe uma probabilidade elevada de a propriedade ser concluída num prazo relativamente curto quando, cumulativamente, são reunidas as seguintes condições:

- o terreno encontra-se adquirido
- existe licença de construção
- está assinado o contrato de financiamento da propriedade
- está iniciada a construção da propriedade
- estão negociados os contratos de locação com as lojas-âncora ou com os possíveis locatários

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações semestrais efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os ativos da Sonae Sierra que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível, de acordo com as condições acima indicadas. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, como se de um ativo fixo tangível se tratasse (Nota 2.3). A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

2.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae, sejam controláveis pela Sonae e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As licenças de operador de rede móvel e de rede fixa são amortizadas pelo período de tempo estimado de concessão.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

Os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados e amortizados de acordo com o período do respetivo contrato. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na Demonstração dos Resultados.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 6 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações e licenças do operador da rede móvel e fixa, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

2.6 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

a) Locações em que a Sonae age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou se inferior ao valor presente dos pagamentos mínimos a efetuar até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

b) Locações em que a Sonae age como locador

As locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.7 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.8 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica "Outros passivos não correntes" e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.9 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários ou propriedades de investimento em desenvolvimento, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11 Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzidos dos valores dos descontos obtidos ou estimados obter ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como gastos em "Custo das vendas".

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.13 Instrumentos financeiros

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 9.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados na demonstração da posição financeira consolidada como Investimentos correntes.

A Sonae classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados, em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" ou "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber não correntes

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos, nomeadamente ao nível do segmento Telecomunicações. Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados nas rubricas de Rendimentos e ganhos financeiros e Gastos e perdas financeiras da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.10. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Sonae utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding".

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" e "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Os critérios utilizados pela Sonae para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e que corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica "Reservas de cobertura", sendo transferidas para as rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" e "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica "Reservas de cobertura", são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem ou mantêm-se em capital no caso de se tratar de uma cobertura sobre uma transação altamente provável e cuja ocorrência é igualmente provável e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio ("forwards") de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de "hedge accounting". As coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de "hedge accounting", mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente "forwards" cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de "Rendimentos e Ganhos financeiros" e "Gastos e Perdas financeiras" da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente

relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em "Outras reservas", incluída em "Outras reservas e resultados transitados".

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Outros empréstimos", na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

2.14 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae Holding e/ou das suas filiais cotadas e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. O justo valor das opções sobre ações é determinado com base no modelo de "Black-Scholes". A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de Outras reservas, no capital próprio, por contrapartida de "Gastos com o pessoal".

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em "Gastos com pessoal" e "Outros passivos", de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.15 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.16 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.17 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, pelo Segmento de Retalho, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e Outros passivos correntes”.

Relativamente à atividade de prestação de serviços de agenciamento de viagens (atividade desenvolvida pela Geostar e suas participadas e atualmente mensurada pelo método da equivalência patrimonial), o reconhecimento de rendimentos verifica-se no momento da faturação ao cliente do serviço contratado. No encerramento de cada exercício contabilístico são feitos os ajustamentos necessários no sentido de reconhecer o rédito associado a serviços já prestados mas cuja faturação ainda não tinha ocorrido, bem como os gastos de subcontratos associados. Nas transações em que o Grupo atua como agente o rédito refere-se à comissão, nas transações em que atua como responsável principal (Programas/Pacotes desenvolvidos em nome próprio) o rédito é o valor global faturado ao cliente.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A faturação destes serviços é efetuada numa base mensal. Os valores não faturados, desde o último ciclo de faturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente. Os rendimentos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada exercício é efetuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

A receita relacionada com as comissões geradas com a atividade de mediação de seguros, é registada no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio. Relativamente aos prémios recebidos, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento do prémio, momento em que o Grupo assume a obrigação da entrega do montante de prémio líquido de comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, o Grupo procede ao registo da Comissão no momento em que é informado do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos ou descontos em futuras compras, pelos segmentos de Retalho e Telecomunicações, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outra dívidas a terceiros".

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos no período em que são atribuídos pelas participadas aos sócios ou acionistas.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.18 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor são registadas diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.g)).

2.19 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.20 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Cálculo das responsabilidades associadas aos programas de fidelização de clientes;

- e) Determinação do justo valor de propriedades de investimento e de instrumentos financeiros derivados;
- f) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.21 Contratos de seguros e resseguros

De forma a otimizar os custos de seguro suportados, a Sonae efetua através de uma filial, operações de resseguro sobre apólices de empresas filiais e relacionadas do Grupo Efanor, exclusivamente sobre seguros não vida.

A filial da Sonae atua como intermediária nas operações de seguro de forma a otimizar as coberturas e retenções coerentes com cada negócio, assegurando uma gestão efetiva de seguros a nível mundial, sendo o risco retido imaterial no contexto dos resseguros efetuados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

A provisão para prémios não adquiridos (Nota 32) corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro não vida imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento da demonstração da posição financeira até ao final do período a que o prémio se refere e é calculada para cada contrato em vigor.

Na provisão para sinistros (Nota 32) é registada o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros já ocorridos e não participados, e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão. As provisões registadas pela Sonae não são descontadas.

As provisões técnicas de resseguro cedido (Ativo - Nota 32) são determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro concedido, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras, a Sonae avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro.

2.22 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 47.

2.23 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.13.g), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

Reservas de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de investimentos disponíveis para venda conforme referido na Nota 2.13.a).

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae mas sim, quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio, podendo todavia existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae Holding é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros da Sonae para efeitos de reporte sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do Corporate Dealing Desk. As posições são registadas num sistema central (Treasury Management System) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

3.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1) Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura), ou de empréstimos a associadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

3.2.2) Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e conseqüentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

- Unidades de Retalho

O risco de crédito no relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação quantitativa e qualitativa prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos ou através da obtenção de garantias idóneas, visando a redução do risco da concessão do crédito. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

- Centros Comerciais (Sonae Sierra)

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

- Telecomunicações

A exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. A Sonaecom recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

- Gestão de Investimentos

O risco de crédito no âmbito da atividade operacional corrente é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito, fundamentalmente originado pela prestação de serviços relativa a agências de viagens (negócio efetuado pela Geostar – empreendimento conjunto).

- Sonae Holding

A Sonae Holding não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações. Como tal numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal da suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos no ponto 3.2.1).

Adicionalmente a Sonae Holding poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, etc) com a supervisão da Comissão Executiva.

O montante relativo a clientes, outros devedores e outros ativos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito.

3.3 Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2012, o total da dívida bruta consolidada é de 2.212 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 era de 2.390 milhões de euros) excluindo os contributos dos segmentos Centros Comerciais e Viagens que passaram a consolidar pelo método da equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2012 a maturidade média da dívida da Sonae é de aproximadamente 2,2 anos (2011: 2,3 anos) excluindo os contributos dos segmentos Centros Comerciais e Viagens que passaram a consolidar pelo método da equivalência patrimonial;
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;

- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 24, 25, 29 e 30, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2012, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2013 é de 524 milhões de euros (600 milhões de euros com vencimento para 2012) e em 31 de dezembro de 2012 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 410 milhões de euros (410 milhões de euros em 2011) com compromisso inferior ou igual a um ano e 401 milhões de euros (209 milhões de euros em 2011) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2012 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos correntes de 378 milhões de euros (426 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Face ao anteriormente exposto a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1) Políticas

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco

de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevaletes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

- Unidades de Retalho

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Sonae Investimentos é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

- Centros Comerciais

As receitas e "cash-flows" da Sonae Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sonae Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sonae Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash-flows" ("swaps" ou "zero cost collars" de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente "swaps" ou "zero cost collars" de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

- Telecomunicações

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Sonaecom apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. A Sonaecom segue os princípios comuns adotados pela Sonae atrás referidos na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro.

Uma vez que a totalidade do endividamento do segmento de Telecomunicações (Nota 49) se encontra indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Sonaecom acorda com

terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

- Gestão de Investimentos

Os negócios abrangidos por este segmento de negócios estão expostos ao risco de taxa de juro decorrentes essencialmente dos empréstimos bancários ou de empréstimos remunerados recebidos dos acionistas que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) alavancagem financeira controlada, sendo implementada de forma conservadora no que respeita à utilização de financiamento bancário, e pela (ii) provável correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) de alguns dos negócios, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge").

- Sonae Holding

A Sonae Holding está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps e opções). Uma parte significativa da dívida da Sonae Holding encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae Holding minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae Holding conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae Holding não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

3.4.2.) Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as

rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);

- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2012 seria inferior em cerca de 12,9 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 seria inferiores em cerca de 10 milhões euros). O capital próprio (incluindo interesses sem controlo e excluindo o resultado líquido) em resultado do efeito da variação da taxa de juro ao risco de taxa de juro em 31 de dezembro de 2012 seria superior em cerca de 5,8 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 seria superior em cerca de 8,1 milhões euros).

3.5 Risco de taxa de câmbio

3.5.1) Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 3.4.1).

- Unidades de Retalho

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está maioritariamente exposta ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

- Centros Comerciais

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e consequentemente a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

- Telecomunicações

A Sonaecom opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto, na Malásia, no Chile, no Panamá, em Singapura, entre outros, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sonaecom a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Sonaecom tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, a Sonaecom recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição da Sonaecom ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

- Gestão de Investimentos

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros.

Relativamente ao negócio de Corretagem de Seguros, que é desenvolvido em diferentes áreas geográficas, quando há transações mantidas numa divisa diferente da do país em que a participada opera, a exposição ao risco cambial é minimizada através da contratação de instrumentos derivados de cobertura.

- Sonae Holding

A Sonae Holding enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae Holding cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

3.5.2) Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:



	Ativos		Passivos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Euro	-	-	4.828.279	5.408.878
Real Brasileiro	12.040.467	15.631.230	7.071.362	7.864.882
Libra Inglesa	335.847	189.251	4.106.374	4.019.610
Lira Turca	549.490	566.082	218.135	231.926
Dólar Americano	31.247.430	7.466.715	13.351.369	10.702.080
Outras moedas	585.396	335.262	1.014.312	1.265.526

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de transação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6 Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 7.

Em 2007, a Sonae contratou um Total Return Swap (TRS), tendo por subjacente ações da Sonae Holding. Conforme explicado na Nota 22, o Total Return Swap não permitiu o desreconhecimento destas ações próprias, e como tal, uma mudança na cotação das ações da Sonae Holding terá um impacto sobre os fluxos de tesouraria por meio do TRS. Se a cotação das ações da Sonae Holding tivesse sido 1% superior/inferior a Sonae teria recebimentos/pagamentos adicionais de 847 mil de euros (em 31 de dezembro de 2011 o efeito seria de 580 mil de euros).

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Impacto decorrente das alterações da políticas contabilísticas mencionadas na Nota 1.

Conforme previsto pela IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, as alterações de políticas foram aplicadas retrospectivamente, pelo que foram efetuadas alterações nas Demonstrações das Posições Financeiras consolidadas a 1 de janeiro de 2011, e a 31 de dezembro de 2011 e nas Demonstrações Consolidadas dos resultados por natureza e de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os efeitos das alterações referidas podem ser analisadas como segue:



Demonstração da posição financeira a 1 de janeiro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Total do ativo	7.551.813.932	18.009.890	(1.434.631.031)	6.135.192.791
Ativo não corrente	6.045.726.131	18.009.890	(1.335.767.767)	4.727.968.254
Investimentos	113.499.526	-	505.197.007	618.696.533
Goodwill	740.738.759	-	(69.708.238)	671.030.521
Propriedades de Investimento	1.733.205.596	-	(1.733.205.596)	-
Outros ativos não correntes	3.458.282.250	18.009.890	(38.050.940)	3.438.241.200
Ativo corrente	1.506.087.801	-	(98.863.264)	1.407.224.537
Capital próprio	1.861.562.138	13.237.269	(211.586.171)	1.663.213.236
Atribuível aos acionistas	1.337.473.198	7.135.338	84.657	1.344.693.193
Interesses sem controlo	524.088.940	6.101.931	(211.670.828)	318.520.043
Total do passivo	5.690.251.794	4.772.621	(1.223.044.860)	4.471.979.555
Passivo não corrente	3.455.442.166	4.772.621	(1.057.438.230)	2.402.776.557
Empréstimos	2.839.950.773	-	(788.100.738)	2.051.850.035
Impostos diferidos passivos	371.308.829	4.772.621	(253.744.547)	122.336.903
Outros passivos	244.182.564	-	(15.592.945)	228.589.619
Passivo corrente	2.234.809.628	-	(165.606.630)	2.069.202.998
Empréstimos	264.464.248	-	(63.053.714)	201.410.534
Fornecedores e outros passivos	1.970.345.380	-	(102.552.916)	1.867.792.464
Total do capital próprio e do passivo	7.551.813.932	18.009.890	(1.434.631.031)	6.135.192.791

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Total do ativo	7.740.715.012	17.692.621	(1.441.644.990)	6.316.762.643
Ativo não corrente	6.050.397.022	17.692.621	(1.321.145.276)	4.746.944.367
Investimentos	107.576.109	-	467.498.817	575.074.926
Goodwill	728.060.436	-	(68.246.943)	659.813.493
Propriedades de Investimento	1.679.859.268	-	(1.679.859.268)	-
Outros ativos não correntes	3.534.901.209	17.692.621	(40.537.882)	3.512.055.948
Ativo corrente	1.690.317.990	-	(120.499.714)	1.569.818.276
Capital próprio	1.964.971.050	13.004.076	(277.583.988)	1.700.391.138
Atribuível aos acionistas	1.356.845.014	7.088.613	(345.764)	1.363.587.863
Interesses sem controle	608.126.036	5.915.463	(277.238.224)	336.803.275
Total do passivo	5.775.743.962	4.688.545	(1.164.061.002)	4.616.371.505
Passivo não corrente	3.184.095.918	4.688.545	(1.025.256.825)	2.163.527.638
Empréstimos	2.551.772.643	-	(761.037.048)	1.790.735.595
Impostos diferidos passivos	382.609.963	4.688.545	(253.106.959)	134.191.549
Outros passivos	249.713.312	-	(11.112.818)	238.600.494
Passivo corrente	2.591.648.044	-	(138.804.177)	2.452.843.867
Empréstimos	644.296.261	-	(44.586.390)	599.709.871
Fornecedores e outros passivos	1.947.351.783	-	(94.217.787)	1.853.133.996
Total do capital próprio e do passivo	7.740.715.012	17.692.621	(1.441.644.990)	6.316.762.643

Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Volume de negócios	5.738.153.991	-	(197.303.653)	5.540.850.338
Varição das propriedades de investimentos	(18.932.562)	-	18.555.384	(377.178)
Ganhos e perdas relativos a investimentos	(58.319)	-	83.274	24.955
Outros rendimentos	482.506.776	-	(11.214.636)	471.292.140
Total de rendimentos	6.201.669.886	-	(189.879.631)	6.011.790.255
Total de gastos	(5.538.705.926)	22.488.804	120.165.583	(5.396.051.539)
Amortizações e depreciações	662.963.960	22.488.804	(69.714.048)	615.738.716
Provisões e perdas por imparidade	(311.730.714)	(22.806.073)	2.191.474	(332.345.313)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	(56.504.634)	-	7.765.118	(48.739.516)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	294.728.612	(317.269)	(59.757.456)	234.653.887
Resultados financeiros	(109.229.902)	-	27.643.767	(81.586.135)
Resultados de associadas	(9.902.057)	-	7.845.042	(2.057.015)
Resultados antes de impostos	175.596.653	(317.269)	(24.268.647)	151.010.737
Impostos sobre o rendimento	(36.781.076)	84.076	12.589.817	(24.107.183)
Resultado líquido	138.815.577	(233.193)	(11.678.830)	126.903.554
Atribuível aos acionistas	103.429.779	(127.114)	641.411	103.944.076
Interesses sem controle	35.385.798	(106.079)	(12.320.241)	22.959.478
Resultados por ação				
Básico	0,055244	-	0,000274	0,055518
Diluído	0,054989	-	0,000278	0,055267

Demonstração do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Resultado líquido consolidado do exercício	138.815.577	-	(11.912.023)	126.903.554
Varição nas reservas de conversão cambial	(22.615.448)	-	19.032.836	(3.582.612)
Participação em outro rendimento integral líquido de imposto relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	3.408.587	-	(30.385.072)	(26.976.485)
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	4.545.943	-	3.211.065	7.757.008
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral	(740.622)	-	(629.953)	(1.370.575)
Outros	(2.257.602)	-	(646.959)	(2.904.561)
Outro rendimento integral do exercício	(17.659.142)	-	(9.418.083)	(27.077.225)
Total rendimento integral consolidado do exercício	121.156.435	-	(21.330.106)	99.826.329
Atribuível a:				
Acionistas da empresa-mãe	92.278.102	-	(14.702.169)	77.575.933
Interesses sem controlo	28.878.333	-	(6.627.937)	22.250.396

Demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Capitalização encargos angariação clientes	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Fluxos da atividades operacionais	541.239.247	-	(84.446.072)	456.793.175
Fluxos da atividades de investimento	(238.645.917)	-	8.774.231	(229.871.686)
Fluxos da atividades de financiamento	(50.810.964)	-	25.088.899	(25.722.065)
Varição de caixa e seus equivalentes	251.782.366	-	(50.582.942)	201.199.424

5 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Porcentagem de capital detido			
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
		Direto	Total	Direto	Total
Sonae - SGPS, S.A.	Maia	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Unidades de Retalho					
Arat Inmuebles, SA	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

BB Food Service, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente - Indústria e Distribuição Carnes, SA	a)	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Discovery Sports, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Edições Book.it, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	a)	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farmácia Selecção, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	a)	Maia	67,64%	67,64%	54,55%	54,55%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosona Dois	a)	Maia	99,89%	99,89%	100,00%	99,90%
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalloop - Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente International Trade, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1)	SDSR - Sports Division SR, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Center Serviços II, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Investimentos, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae MC - Modelo Continente SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Retalho Espanha - Servicios Generales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos, SA	a)	Maia	100,00%	90,00%	100,00%	90,00%
	Sonaerp - Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone Espanha - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
	Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	Worten España Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Worten Canárias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
	Zippy - Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	ZYEvolution-Invest.Desenv., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Telecomunicações							
	Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Cape Technologies Limited	a)	Dublin (Irlanda)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
2)	Connectiv Solutions Inc	a)	Delaware (EUA)	100,00%	54,57%	-	-
	Digitmarket - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	75,10%	40,98%	75,10%	40,94%
	Lugares Virtuais, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Magma - Operação de Titularização de Créditos	c)	Portugal	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Miauger - Org. Gestão Leilões Electrónicos, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Optimus - Comunicações, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
3)	Optimus SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Per-Mar - Sociedade de Construções, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Praesidium Services Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Público - Comunicação Social, SA	a)	Porto	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Saphety Level - Trusted Services, SA	a)	Maia	86,99%	47,47%	86,99%	47,42%
	Sonae Telecom, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
4)	Sonaecom - Serviços Partilhados, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	-	-
	Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Sonaecom - Sistemas de Información España, SL	a)	Madrid	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Sonaecom BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Sonaecom, SGPS, SA	a)	Maia	55,10%	54,57%	55,63%	54,51%
	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	Tecnológica Telecomunicações, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,99%	54,51%	99,99%	54,46%
	We Do Brasil Soluções Informáticas, Ltda	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	99,91%	54,52%	99,91%	54,46%
	We Do Consulting - Sistemas de Informação, SA	a)	Maia	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	We Do Poland Sp.Z.o.o.	a)	Posnan (Polónia)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies (UK) Limited	a)	Berkshire (R.U.)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Australia PTY Limited	a)	Austrália	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Chile, SpA	a)	Santiago (Chile)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Egypt Limited Liability Company	a)	Cairo (Egipto)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Mexico S. de RL	a)	Cidade do México	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Panamá SA	a)	Cidade do Panamá	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Technologies Singapore PTE. LDT	a)	Singapura	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Tecnologias Americas, Inc.	a)	Miami (EUA)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	We Do Tecnologias BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	54,57%	100,00%	54,51%
	<i>Gestão de Investimentos</i>						
	ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
5)	ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	a)	Brasil	99,98%	50,00%	99,98%	50,00%
5)	ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Herco Consultoria de Risco e Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
6)	Herco, Consultoria de Risco, SA	a)	Maia	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	HighDome PCC Limited	a)	Malta	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Larim Corretora de Resseguros Ltda	a)	Brasil	99,99%	50,01%	99,99%	50,01%
	Lazam/mds Correctora Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS - Corretor de Seguros, SA	a)	Porto	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	a)	Porto	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
4)	MDS África, SGPS, SA	a)	Porto	100,00%	50,01%	-	-
5) 7)	MDS Associação Corretora de Seguros Ltda	a)	Brasil	99,99%	50,01%	99,99%	50,01%
	MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	a)	Porto	50,01%	25,01%	50,00%	25,01%
	Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	a)	Lisboa	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS Malta Holding Limited	a)	Malta	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	MDS, SGPS, SA	a)	Maia	50,01%	50,01%	50,01%	50,01%
	Miral Administração e Corretagem de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
8)	Polinsur - Mediação de Seguros, Lda	a)	Oeiras	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	Quorum Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
	RSI Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
8)	Serenitas - Soc. Mediação Seguros, Lda	a)	Lisboa	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%

9)	Terra Nossa Corretora de Seguros, Ltda	a)	Brasil	100,00%	50,01%	100,00%	50,01%
Outras							
	Libra Serviços, Lda	a)	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae Investments, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae RE, SA	a)	Luxemburgo	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%
	Sonaecenter Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sontel, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

- a) Controlo detido por maioria dos votos;
- b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;
- c) Controlo determinado ao abrigo da SIC 12 - Entidades de Finalidades Especiais.

- 1) Ex- Sport Zone - Comércio de artigos de Desporto, SA;
- 2) Filial adquirida em 1 de maio de 2012;
- 3) Ex- Sonae Telecom, SGPS, SA;
- 4) Filial constituída no período;
- 5) Filiais incorporadas por fusão na Lazam/mds Correctora Ltda com efeitos a 1 de agosto de 2012;
- 6) Ex- MDS Consulting, SA;
- 7) Ex- Fontana Corretora de Seguros Ltd;
- 8) Filiais incorporadas por fusão na MDS - Corretor de Seguros, SA com efeitos a 1 de setembro de 2012;
- 9) Filial incorporada por fusão na Lazam/mds Corretora, Ltda com efeitos a 1 de julho de 2012;

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

6 INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS

As entidades controladas conjuntamente e associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

6.1 Empresas conjuntamente controladas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011		
		Direto	Total	Direto	Total	
Centros Comerciais						
	8ª avenida Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	23,75%	100,00%	23,75%
1)	3DO Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

3shoppings - Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Adlands BV	Amsterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Aegean Park, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Airone - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
ALBCC - Albufeirashopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
ALEXA Administration GmbH	Berlim (Alemanha)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Alexa Asset GmbH & Co	Dusseldorf (Alemanha)	9,00%	4,50%	9,00%	4,50%
ALEXA Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
ALEXA Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Algarveshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
ARP Alverca Retail Park, SA	Maia	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Arrábidasshopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Avenida M-40, BV	Amsterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Beralands BV	Amsterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Campo Limpo Lda	S. Paulo (Brasil)	20,00%	3,33%	20,00%	3,33%
Cascaishopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Cascaishopping Holding I, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Centro Colombo - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Coimbrashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Colombo Towers Holding, BV	The Hague (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Craiova Mall BV	Amsterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Dortmund Tower GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Dos Mares - Shopping Centre, BV	Amsterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Dos Mares - Shopping Centre, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Estação Viana - Centro Comercial, SA	Viana do Castelo	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Freccia Rossa - Shopping Centre, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
2) Fundo de Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center (FundII)	São Paulo (Brasil)	50,00%	10,34%	50,00%	3,99%
2) Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro Shopping	São Paulo (Brasil)	87,61%	15,78%	87,61%	16,90%
Gaiashopping I - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Gaiashopping II - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Gli Orsi Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

Guimarãeshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Harvey Dos Iberica, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Iberian Assets, SA	Madrid (Espanha)	49,78%	12,47%	49,78%	12,48%
Inparsa - Gestão de Galeria Comerc., SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
La Farga - Shopping Centre, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	12,48%	100,00%	12,48%
Larissa Development of Shopping Centres, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
LCC - Leiriashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	23,75%	100,00%	23,75%
Le Terrazze - Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Loop 5 - Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Loureshopping - Centro Comercial, SA	Maia	50,00	11,88%	50,00	11,88%
Luz del Tajo - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Luz del Tajo, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Madeirashopping - Centro Comercial, SA	Funchal (Madeira)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Maiashopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Münster Arkaden, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
Norte Shopping Retail and Leisure Centre, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Norteshopping - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
Pantheon Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
Paracentro - Gestão de Galerias Comerciais, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Park Avenue Development of Shopping Centers, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial SA	Ponta Delgada (Açores)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Parque D. Pedro 1, BV Sarl	Luxemburgo	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
Parque de Famalicão - Empreendimentos Imobiliários, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Parque Principado, SL	Madrid (Espanha)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
Pátio Boavista Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Goiânia Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Londrina Empreendimentos e Participações, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Penha Shopping, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Sertório Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Pátio Uberlândia Shopping Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
Plaza Eboli - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	Plaza Eboli, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA	Maia	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Parque de Ócio, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Parque de Ócio, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Shopping, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Plaza Mayor Shopping, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	PORTCC – Portimãoshopping – Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	Project 4, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project SC 1, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project SC 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 10 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
3)	Project Sierra 11 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
4)	Project Sierra 12 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra 6, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project Sierra 8 BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Project Sierra Four SRL	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 2 (two), Shopping Centre GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 3 (three), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Germany 4 (four), Shopping Centre, GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Italy 2 - Development of Shopping Centres, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
5)	Project Sierra Portugal VIII - Centro Comercial, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
6)	Project Sierra Spain 3 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Project Sierra Spain 3, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Spain 7 - Centro Comercial, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Project Sierra Two Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Rio Sul – Centro Comercial, SA	Lisboa	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	River Plaza BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	River Plaza Mall, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

7)	S.C. Caelum Development Srl	Bucareste (Roménia)	50,00%	25,00%	-	-
	S.C. Microcom Doi Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SC Aegean, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	SC Mediterranean Cosmos, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Serra Shopping – Centro Comercial, SA	Covilhã	50,00%	11,88%	50,00%	11,88%
	Shopping Centre Colombo Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Shopping Centre Parque Principado, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
8)	Sierra Air Retail BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Berlin Holding BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Brazil 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	25,00%	100,00%	25,00%
	Sierra Central, S.A.S.	Santiago de Cali (Colômbia)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sierra Cevital Shopping Center, Spa	Argélia	49,00 %	24,50%	49,00 %	24,50%
	Sierra Corporate Services Holland, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Development of Shopping Centres Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Developments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Developments, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Enplanta, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV	Amesterdão (Holanda)	50,10%	25,05%	50,10%	25,05%
	Sierra Germany GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra GP, Limited	Guernesey (U.K.)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investimentos Brasil Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Sierra Investments (Holland) 1, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments (Holland) 2, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Investments SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Italy Holding, BV	Amesterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Italy, Srl	Milão (Itália)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Management, SGPS, SA	Maia	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Portugal, SA	Lisboa	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Property Management Greece, SA	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
9)	Sierra Property Management, Srl	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
10)	Sierra Romania Shopping Centers Services, SRL	Bucareste (Roménia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	Sierra Solingen Holding GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Sierra Spain – Shopping Centers Services, SL	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
11)	Sierra Spain 2 Services, SA	Madrid (Espanha)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Solingen Shopping Center GmbH	Dusseldorf (Alemanha)	50,00%	25,00%	100,00%	50,00%
	Sonae Sierra Brasil, SA	São Paulo (Brasil)	66,65%	16,66%	66,65%	16,66%
	Sonae Sierra Brazil, BV Sarl	Luxemburgo	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
	Sonae Sierra, SGPS, SA	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	SPF - Sierra Portugal	Luxemburgo	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	SPF - Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Luxemburgo	47,50%	23,75%	47,50%	23,75%
	Torre Ocidente - Imobiliária, SA	Maia	50,00%	12,50%	50,00%	12,50%
	Unishopping Administradora, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	16,66%	100,00%	16,66%
	Unishopping Consultoria Imobiliária, Ltda	São Paulo (Brasil)	99,98%	16,66%	99,98%	16,66%
	Valecenter, Srl	Milão (Itália)	100,00%	25,05%	100,00%	25,05%
	Via Catarina - Centro Comercial, SA	Maia	50,00%	12,53%	50,00%	12,53%
	Vuelta Omega, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	12,53%	100,00%	12,53%
	Weierstadt Shopping BV	Amsterdão (Holanda)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, SA	Madrid (Espanha)	49,83%	12,48%	49,83%	12,48%
	Telecomunicações					
	Unipress - Centro Gráfico, Lda	Vila Nova de Gaia	50,00%	27,28%	50,00%	27,26%
12)	Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.	Luanda (Angola)	50,00%	27,28%	-	-
	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	Porto	45,00%	24,56%	45,00%	24,53%
7)	SSI Angola, S.A.	Luanda (Angola)	100,00%	27,28%	-	-
12)	ZOPT, SGPS, SA	Porto	50,00%	50,00%	-	-
	Gestão de Investimentos					
	Equador & Mendes - Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	37,50%	50,00%	37,50%
	Marcas do Mundo - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Movimentos Viagens - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Nova Equador Internacional, Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	37,50%
13)	Puravida - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Nova Equador P.C.O. e Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	37,50%
	Raso SGPS, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Raso - Viagens e Turismo, SA	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Viagens y Turismo de Geotur España, S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

- 1) Filial incorporada por fusão na subsidiária Sierra Solingen Holding GmbH com efeitos a 1 de janeiro de 2012;
- 2) Em outubro de 2012, a subsidiária Fundo Investimento Imobiliário Parque Dom Pedro Shopping Center (Fundo II) exerceu a opção de adquirir através da sociedade Sierra Investimentos Brasil Ltda 17,7% do capital social do Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro (Fundo I). Na mesma data a Sierra Investimentos Brasil Ltda realiza o aumento de capital no Fundo II pelo mesmo valor;
- 3) Ex- Project Sierra Germany Shopping Centre 1 BV;
- 4) Ex- Project Sierra Germany Shopping Centre 2 BV;
- 5) Filial incorporada por fusão na subsidiária Project Sierra Germany 4 (four) – Shopping Centre, GmbH com efeitos a 1 de janeiro de 2012;
- 6) Filial liquidada em 2012;
- 7) Filiais adquiridas em 2012;
- 8) Ex- Project Sierra Spain 7, BV;
- 9) Filial incorporada por fusão na subsidiária Sierra Romania Shopping Centers Services, Srl comm efeitos a 30 de junho de 2012;
- 10) Ex- Sierra Developments Romania SRL;
- 11) Ex- El Rosal Shopping, SA;
- 12) Filiais constituídas em 2012;
- 13) Filial incorporada por fusão na Movimentos Viagens – Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda com efeitos a 30 de setembro de 2012.

6.2 Empresas associadas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
		Direto	Total	Direto	Total
Unidades de Retalho					
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	Lisboa	33,34%	33,34%	33,34%	33,34%
Gestão de Investimentos					
1) Cooper Gay Swett & Crawford Ltd	U.K.	9,72%	4,86%	25,10%	12,55%
1) Alienação de ações representativas de 15,38% do capital social em outubro de 2012, passando a partir dessa data a ser considerada participada pelo facto do grupo deixar de ter influência significativa. No momento da alteração os interesses retidos foram registados pelo seu justo valor.					

As empresas controladas conjuntamente e as associadas foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

O valor das participações em entidades controladas conjuntamente e associadas pode ser analisado como segue:

FIRMA	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Centros Comerciais		
Sonae Sierra SGPS, SA (consolidado)	448.355.598	503.322.781
Telecomunicações		
Unipress - Centro Gráfico, Lda	453.620	661.185
Infosystems - Sociedade de Sistemas de Informação, S.A.	1.003	-
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, SA	-	-
SSI Angola, S.A.	-	-
ZOPT, SGPS, S.A.	25.000	-
Gestão de Investimentos		
Raso SGPS, SA (consolidado)	6.713.236	9.475.661
Investimentos em empreendimentos conjuntos	455.548.457	513.459.627
Unidades de Retalho		
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	897.831	1.006.690
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA (Nota 36)	-	1.101.337
Gestão de Investimentos		
Cooper Gay Swett & Crawford Ltd	-	18.566.435
Investimentos em associadas	897.831	20.674.462
Total	456.446.288	534.134.089

Os valores agregados dos principais indicadores financeiros destas entidades, podem ser resumidos como segue:

	Ativo		Passivo	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Unidades de Retalho	12.966.266	22.327.332	11.959.946	21.044.150
Centros Comerciais	3.608.333.536	3.826.964.473	2.235.848.486	2.334.697.287
Telecomunicações	6.162.864	7.115.708	5.089.640	6.008.405
Gestão de Investimentos	65.247.647	676.395.425	35.392.945	732.213.964
TOTAL	3.692.710.313	4.532.802.938	2.288.291.017	3.093.963.806
	Rendimentos e ganhos		Gastos e perdas	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Unidades de Retalho	63.465.069	76.183.218	63.608.550	76.283.915
Centros Comerciais	286.912.729	382.282.886	331.581.034	347.758.579
Telecomunicações	4.214.111	4.406.481	4.151.585	4.303.717
Gestão de Investimentos	42.764.046	305.610.835	48.411.033	317.050.937
TOTAL	397.355.955	768.483.420	447.752.202	745.397.148

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em entidades controladas conjuntamente e associadas, foi o seguinte:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Valor proporção nos capitais próprios	Diferenças de consolidação	Total do investimento	Valor proporção nos capitais próprios	Diferenças de consolidação	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	419.702.609	114.431.480	534.134.089	463.296.891	112.100.939	575.397.830
Constituições durante o exercício	31.182	-	31.182	-	-	-
Perda de influência significativa	13.174.585	(33.987.738)	(20.813.153)	-	-	-
Equivalência patrimonial						
Efeito em perdas relativas a associadas	(22.841.079)	(1.541.456)	(24.382.535)	(2.057.015)	-	(2.057.015)
Dividendos distribuídos	(10.666.052)	-	(10.666.052)	(12.230.783)	-	(12.230.783)
Efeito em capitais próprios e interesses sem controle	(20.898.379)	142.472	(20.755.907)	(29.306.484)	3.829.308	(25.477.176)
Outros efeitos em resultados	688.418	(1.789.754)	(1.101.336)	-	(1.498.767)	(1.498.767)
	<u>379.191.284</u>	<u>77.255.004</u>	<u>456.446.288</u>	<u>419.702.609</u>	<u>114.431.480</u>	<u>534.134.089</u>

O efeito em capitais próprios resulta fundamentalmente do efeito de conversão cambial das empresas com moeda funcional diferente do euro.

O efeito de Goodwill registado em capital próprio corresponde ao impacto da atualização cambial que é registado diretamente em reservas de conversão.

A rubrica de "Perda de influência significativa" traduz a perda de influência significativa na Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd em resultado da alienação de ações representativas 11,3% do capital social daquela sociedade, seguido de um aumento de capital daquela participada que provocou uma diminuição da percentagem de capital detido para 9,72%. Em consequência da operação referida foi registado em "Ganhos e perdas relativos a investimentos financeiros" 15.227.674 euros (incluindo o efeito de revalorização dos interesses retidos à data da operação no montante de 3.471.588 euros) na rubrica da demonstração dos resultados. Na rubrica da Demonstração da Posição Financeira "Outras dívidas de terceiros" (Nota 17) encontra-se registado o montante de 20.535.907 euros (aproximadamente 27,1 milhões de dólares), relativo ao preço da alienação o qual foi recebido em Janeiro de 2013. O valor remanescente da participação foi transferido para a rubrica da Demonstração da Posição Financeira "Outros Investimentos".

7 EMPRESAS DO GRUPO, EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE, EMPRESAS ASSOCIADAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO E OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

As empresas do Grupo e associadas excluídas da consolidação e outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são as seguintes:



Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso		31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
		Direto	Total	Direto	Total		
Unidades de Retalho							
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	7,14%	7,14%	7,14%	7,14%	9.976	9.976
Inscó - Insular de Hipermerc., SA	Ponta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	748.197	748.197
Telecomunicações							
Lusa - Agên. de Notícias de Portugal, SA	Lisboa	1,38%	0,75%	1,38%	0,75%	197.344	197.344
Gestão de Investimentos							
Cooper Gay Swett & Crawford Ltd ¹⁾	Londres	9,72%	4,86%	-	-	22.854.831	-
Outros investimentos						36.067.375	39.985.320
Total (Nota 13)						<u>59.877.723</u>	<u>40.940.837</u>

- 1) Alienação de ações representativas de 15,38% do capital social em outubro de 2012, passando a partir dessa data a ser considerada participada pelo facto do grupo deixar de ter influência significativa. No momento da alteração os interesses retidos foram registados pelo seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2012 estão incluídos em "Outros investimentos", entre outros:

- 33.716.476 euros (33.737.856 euros em 31 de dezembro de 2011), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 32 e 33);

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a Escrow account já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência quanto à utilização da referida Escrow account, nomeadamente quanto à possibilidade ou não de retenção da Escrow account para processos fiscais em curso ainda não decididos (Nota 33). É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Sonae.

- e 4.482.000 euros em 31 de dezembro de 2011 relativos ao ativo registado correspondente à valorização das ações Sonae Capital, SGPS, SA as quais se encontravam registadas a justo valor e que foram alienadas no exercício (Nota 36).

Todos os investimentos, com exceção da Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd e da Sonae Capital, SGPS, SA, estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, atendendo ao facto de que se trata de investimentos em ações não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável.

A participação financeira na Cooper Gay Sweet & Crawford, Ltd foi reavaliada na data da perda de influência significativa e em 31 de dezembro de 2012. A valorização da referida participação foi efetuada com base nos pressupostos utilizados para efeitos da valorização da transação, i.e com base em múltiplos de EBITDA da participação suportados em múltiplos observáveis de mercado para empresas cotadas do setor de corretagem de seguros e utilizando para o efeito os dados financeiros daquela participada com referência a 31 de dezembro de 2012.

Durante o exercício, e entre a data de perda de influência significativa e 31 de dezembro de 2012 a participação apresentou uma valorização de 3.840.447 euros a qual foi registada em capital próprio na rubrica "Reservas de justo valor".

8 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

8.1 As principais aquisições de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram as seguintes (Nota 5):



FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido	
		À data da aquisição	
		Direto	Total
Telecomunicações Connectiv Solutions, Inc.	Delaware (EUA)	100,00%	54,98%

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012:



	Telecomunicações			
	À data de aquisição	Ajustamentos para o justo valor	À data de aquisição	31 dezembro 2012
Ativos líquidos adquiridos				
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 10 e 11)	625.758	3.190.109	3.815.867	3.848.266
Outros ativos	1.271.965	-	1.271.965	1.403.719
Caixa e equivalentes a caixa	315.304	-	315.304	1.303.877
Empréstimos	(184.608)	-	(184.608)	(106.759)
Outros passivos	(1.144.459)	-	(1.144.459)	(811.395)
	883.960	3.190.109	4.074.069	5.637.708
Goodwill (Nota 12)	8.357.884	(3.190.109)	5.167.775	
Custo de aquisição	9.241.844	-	9.241.844	
Pagamentos efetuados	6.285.976		6.285.976	
Valores em dívida	2.955.868		2.955.868	
	9.241.844		9.241.844	
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição				
Pagamentos efetuados	6.285.976		6.285.976	
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(315.304)		(315.304)	
	5.970.672		5.970.672	

No seguimento da aquisição da Connectiv, a empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de software e carteira de clientes no valor de 3.190.109 euros.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor dos ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificado, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor nos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido de cerca de 1,4 milhões de euros (2 milhões de USD) a pagar em 2013 e 2014, e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de 1,4 milhões de euros (2 milhões de USD).

A alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pelo IFRS 3 Concentrações Empresariais.

Não obstante, a Empresa não estima alterações significativas na posição financeira em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

9 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.13, foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados (Nota 26)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2012							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	7 e 13	33.716.476	26.161.247	-	59.877.723	-	59.877.723
Outros ativos não correntes	14	27.312.961	-	-	27.312.961	22.218.354	49.531.315
		<u>61.029.437</u>	<u>26.161.247</u>	<u>-</u>	<u>87.190.684</u>	<u>22.218.354</u>	<u>109.409.038</u>
Ativos correntes							
Clientes	16	171.053.729	-	-	171.053.729	-	171.053.729
Outras dívidas de terceiros	17	117.941.848	-	-	117.941.848	-	117.941.848
Investimentos	13	881.581	-	30.341	911.922	-	911.922
Caixa e equivalentes de caixa	21	376.635.163	-	-	376.635.163	-	376.635.163
		<u>666.512.321</u>	<u>-</u>	<u>30.341</u>	<u>666.542.662</u>	<u>-</u>	<u>666.542.662</u>
		<u>727.541.758</u>	<u>26.161.247</u>	<u>30.341</u>	<u>753.733.346</u>	<u>22.218.354</u>	<u>775.951.700</u>
A 31 de dezembro de 2011 - reexpresso							
Ativos não correntes							
Outros investimentos	7 e 13	33.737.855	7.202.982	-	40.940.837	-	40.940.837
Outros ativos não correntes	14	27.003.960	-	-	27.003.960	10.988.054	37.992.014
		<u>60.741.815</u>	<u>7.202.982</u>	<u>-</u>	<u>67.944.797</u>	<u>10.988.054</u>	<u>78.932.851</u>
Ativos correntes							
Clientes	16	175.080.053	-	-	175.080.053	-	175.080.053
Outras dívidas de terceiros	17	92.701.931	-	-	92.701.931	-	92.701.931
Investimentos	13	3.064.147	-	2.797.071	5.861.218	-	5.861.218
Caixa e equivalentes de caixa	21	420.169.386	-	-	420.169.386	-	420.169.386
		<u>691.015.517</u>	<u>-</u>	<u>2.797.071</u>	<u>693.812.588</u>	<u>-</u>	<u>693.812.589</u>
		<u>751.757.332</u>	<u>7.202.982</u>	<u>2.797.071</u>	<u>761.757.384</u>	<u>10.988.054</u>	<u>772.745.439</u>



Passivos financeiros	Notas	Derivados (Nota 26)	Passivos financeiros registados pelo custo amortizado	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
A 31 de dezembro de 2012						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	-	364.137.659	364.137.659	-	364.137.659
Empréstimos obrigacionistas	24	-	1.287.944.455	1.287.944.455	-	1.287.944.455
Credores por locação financeira	24 e 25	-	27.593.734	27.593.734	-	27.593.734
Outros empréstimos	24	6.993.896	90.166	7.084.062	-	7.084.062
Outros passivos não correntes	27	-	54.308.839	54.308.839	33.649.592	87.958.431
		<u>6.993.896</u>	<u>1.734.074.853</u>	<u>1.741.068.749</u>	<u>33.649.592</u>	<u>1.774.718.341</u>
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	-	65.557.681	65.557.681	-	65.557.681
Empréstimos obrigacionistas	24	-	450.820.688	450.820.688	-	450.820.688
Credores por locação financeira	24 e 25	-	7.037.038	7.037.038	-	7.037.038
Outros empréstimos	24	2.627.817	33.466	2.661.283	-	2.661.283
Fornecedores	29	-	1.221.772.727	1.221.772.727	-	1.221.772.727
Outras dívidas a terceiros	30	-	227.781.624	227.781.624	-	227.781.624
		<u>2.627.817</u>	<u>1.973.003.224</u>	<u>1.975.631.041</u>	<u>-</u>	<u>1.975.631.041</u>
		<u>9.621.713</u>	<u>3.707.078.077</u>	<u>3.716.699.790</u>	<u>33.649.592</u>	<u>3.750.349.382</u>
A 31 de dezembro de 2011 - reexpresso						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	-	401.355.061	401.355.061	-	401.355.061
Empréstimos obrigacionistas	24	-	1.349.434.313	1.349.434.313	-	1.349.434.313
Credores por locação financeira	24 e 25	-	28.812.037	28.812.037	-	28.812.037
Outros empréstimos	24	11.007.789	126.395	11.134.184	-	11.134.184
Outros passivos não correntes	27	-	141.119.296	141.119.296	6.444.821	147.564.117
		<u>11.007.789</u>	<u>1.920.847.102</u>	<u>1.931.854.891</u>	<u>6.444.821</u>	<u>1.938.299.712</u>
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	-	226.882.229	226.882.229	-	226.882.229
Empréstimos obrigacionistas	24	-	365.856.920	365.856.920	-	365.856.920
Credores por locação financeira	24 e 25	-	6.894.512	6.894.512	-	6.894.512
Outros empréstimos	24	42.744	33.466	76.210	-	76.210
Fornecedores	29	-	1.244.537.123	1.244.537.123	-	1.244.537.123
Outras dívidas a terceiros	30	-	142.699.263	142.699.263	-	142.699.263
		<u>42.744</u>	<u>1.986.903.513</u>	<u>1.986.946.257</u>	<u>-</u>	<u>1.986.946.257</u>
		<u>11.050.533</u>	<u>3.907.750.615</u>	<u>3.918.801.148</u>	<u>6.444.821</u>	<u>3.925.245.969</u>

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os instrumentos financeiros registados a justo valor por resultados são apenas os derivados que se encontram classificados como de cobertura (Nota 26).

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.



	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos	-	22.854.831	-	4.482.000	2.797.069	-
Derivados	-	30.341	-	-	-	-
	-	22.885.172	-	4.482.000	2.797.069	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	9.621.713	-	-	11.050.533	-
	-	9.621.713	-	-	11.050.533	-

10 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011 - reexpresso	1.954.539.711	2.089.794.841	21.773.707	301.500.395	43.169.579	83.389.267	4.494.167.500
Investimento	5.690.061	9.612.724	128.208	15.606.580	342.735	214.632.245	246.012.553
Aquisições de filiais	666.625	15.936	89.925	304.138	12.528	-	1.089.152
Desinvestimento	(32.711.103)	(101.838.757)	(872.744)	(15.384.988)	(1.454.397)	(905.368)	(153.167.357)
Variações cambiais	(23.085)	(128.544)	(44.806)	(321.312)	(14.452)	(10.493)	(542.692)
Transferências	15.438.329	192.228.337	860.841	14.565.230	3.091.166	(232.557.983)	(6.374.080)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	1.943.600.538	2.189.684.537	21.935.131	316.270.043	45.147.159	64.547.668	4.581.185.076
Investimento	3.946.530	8.062.867	89.529	17.113.479	46.127	186.179.820	215.438.352
Aquisições de filiais (Nota 8)	-	103.084	-	1.004.738	-	-	1.107.822
Desinvestimento	(4.224.270)	(89.596.736)	(969.701)	(14.164.383)	(1.354.215)	(2.374.690)	(112.683.995)
Variações cambiais	(14.782)	(173.673)	(52.162)	(426.686)	16.015	(43.617)	(694.905)
Transferências	942.580	161.205.855	674.169	5.626.851	1.648.853	(195.618.231)	(25.519.924)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	1.944.250.596	2.269.285.934	21.676.966	325.424.042	45.503.939	52.690.950	4.658.832.426
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial 1 de janeiro de 2011	382.594.714	1.100.870.423	16.940.195	244.854.845	33.525.223	-	1.778.785.400
Depreciações e perdas de imparid. do exercício	37.039.414	169.699.260	1.567.636	31.158.037	5.213.367	-	244.677.714
Aquisições de filiais	55.875	15.936	66.203	291.367	8.735	-	438.116
Desinvestimento	(5.151.651)	(88.859.563)	(839.148)	(15.144.481)	(1.426.371)	-	(111.421.214)
Variações cambiais	(6.519)	(77.328)	(27.897)	(153.785)	(140)	-	(265.669)
Transferências	221.128	(3.384.877)	(73.121)	(111.030)	(88.267)	-	(3.436.167)
Saldo inicial 1 de janeiro de 2012	414.752.961	1.178.263.851	17.633.868	260.894.953	37.232.547	-	1.908.778.180
Depreciações e perdas de imparid. do exercício	35.914.835	170.277.222	1.397.600	30.492.896	3.948.955	-	242.031.508
Aquisições de filiais (Nota 8)	-	90.165	-	441.202	-	-	531.367
Desinvestimento	(2.143.516)	(73.678.088)	(931.824)	(13.701.428)	(1.290.821)	-	(91.745.677)
Variações cambiais	(11.584)	(110.105)	(37.574)	(251.304)	-	-	(410.567)
Transferências	(142.103)	(662.838)	(345.316)	(2.231.555)	(80.351)	-	(3.462.163)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	448.370.593	1.274.180.207	17.716.754	275.644.764	39.810.330	-	2.055.722.648
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2011	1.528.847.577	1.011.420.686	4.301.263	55.375.090	7.914.612	64.547.668	2.672.406.896
A 31 de dezembro de 2012	1.495.880.003	995.105.727	3.960.212	49.779.278	5.693.609	52.690.950	2.603.109.778

As adições do exercício de 2012 e de 2011 incluem cerca de 75 milhões de euros (57 milhões de euros em 2011) relativos a um conjunto de ativos associados às operações de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution), parte dos quais estão associados a projetos em curso, pelo que se mantêm registados em "Ativos fixos tangíveis em curso".

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" referem-se aos seguintes projetos:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Portugal	22.221.243	14.405.432
Remodelação e expansão de lojas da unidade do retalho em Espanha	842.420	4.028.693
Projectos de lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	8.274.617	9.184.617
Desenvolvimento da rede móvel/fixa	15.652.408	27.787.877
Sistemas de informação	1.514.961	1.326.769
Outros	4.185.301	7.814.280
	<u>52.690.950</u>	<u>64.547.668</u>

Em 31 de dezembro de 2012 os "Ativos fixos tangíveis" incluem o montante de 25,1 milhões de euros (23,3 milhões de euros em 2011) relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

O valor de desinvestimento líquido em "Ativos fixos tangíveis", inclui:

- no exercício de 2011, relativamente ao negócio do Retalho, 25,7 milhões euros relativos à operação de Sale & leaseback das lojas Continente e Worten situadas no Centro Comercial Vasco da Gama do Segmento do Retalho. A operação foi seguida do início de contratos de locação operacional por um período inicial de 20 anos, renováveis automaticamente por opção do arrendatário, por dois períodos consecutivos de 10 anos cada;

- nos exercícios de 2012 e de 2011, relativamente ao negócio das Telecomunicações, cerca de 11,6 milhões de euros relativos à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW). Estas alienações não geraram mais-valias significativas.

As transferências e abates do exercício incluem cerca de 8,9 milhões de euros relativos à provisão para desmantelamento de sites do segmento Telecomunicações. O valor deve-se ao registo da atualização para o valor presente das provisões criadas para desmantelamento de sites, tendo em consideração a data prevista de utilização das mesmas (Nota 32).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o segmento de negócio das Telecomunicações, apresenta um valor de compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Investimentos da área técnica	9.344.084	26.716.979
Investimentos em sistemas de informação	997.717	1.272.257
	<u>10.341.801</u>	<u>27.989.236</u>

11 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	454.452.874	408.280.275	48.956.308	32.135.978	943.825.435
Investimento	26.691.792	2.446.920	2.995.528	153.523.507	185.657.747
Aquisições de filiais	-	-	1.765.891	-	1.765.891
Desinvestimento	(19.795.375)	(8.730.283)	-	(450.213)	(28.975.871)
Justo valor ativos adquiridos	-	-	6.707.040	-	6.707.040
Variações cambiais	(5.518)	(341.825)	(2.906.622)	(141)	(3.254.106)
Transferências	50.586	53.097.083	(26.142)	(50.253.309)	2.868.218
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	461.394.359	454.752.170	57.492.003	134.955.822	1.108.594.354
Investimento	24.156.887	1.772.860	110.563	42.349.366	68.389.676
Aquisições de filiais (Nota 8)	1.608.263	1.686.153	-	-	3.294.416
Desinvestimento	(12.808.851)	(993.025)	(795.628)	(907.764)	(15.505.268)
Variações cambiais	(2.983)	(424.996)	(3.589.201)	(14.305)	(4.031.485)
Transferências	100.123.221	42.630.156	(4.521.369)	(132.265.679)	5.966.329
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	574.470.896	499.423.318	48.696.368	44.117.440	1.166.708.022
Amortizações e perdas por impar. acumuladas					
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	146.812.550	302.964.449	19.232.527	-	469.009.526
Amortizações do exercício	44.828.017	40.508.487	3.828.028	-	89.164.532
Desinvestimento	(19.795.375)	(8.690.796)	-	-	(28.486.171)
Justo valor ativos adquiridos	-	-	212.531	-	212.531
Variações cambiais	295	(238.859)	(468.576)	-	(707.140)
Transferências	(340.186)	167.499	(208.026)	-	(380.713)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	171.505.301	334.710.780	22.596.484	-	528.812.565
Amortizações do exercício	46.596.030	41.167.126	3.313.882	-	91.077.038
Aquisições de filiais (Nota 8)	-	55.004	-	-	55.004
Desinvestimento	(12.425.614)	(860.640)	(795.628)	-	(14.081.882)
Variações cambiais	(1.849)	(344.377)	(918.268)	-	(1.264.494)
Transferências	303.814	(8.882)	(640.363)	-	(345.431)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	205.977.682	374.719.011	23.556.107	-	604.252.800
Valor líquido					
A 31 de dezembro de 2011	289.889.058	120.041.390	34.895.519	134.955.822	579.781.789
A 31 de dezembro de 2012	368.493.214	124.704.307	25.140.261	44.117.440	562.455.222

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações, S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (“MOPTC”), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, será realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus – Comunicações, S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de dezembro de 2012, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a Optimus – Comunicações, S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto “Iniciativas E” (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a

sua atividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes". Desta forma, em 31 de dezembro de 2012, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo (Nota 27 e 31).

O ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondentes ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800MHz, 1800MHz e 2600MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution). O valor total a pagar será de 113 milhões, tendo sido pago em janeiro de 2012, um montante de 83 milhões. O restante poderá ser pago em 5 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) foi transferido para firme (92,9 milhões de euros) e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041).

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o Grupo tinha registado na rubrica "Propriedade Industrial" 170.425.449 euros e 180.271.530 euros, respetivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 54.005.186 euros (57.005.474 euros em 2011) relativos à licença, (ii) 18.045.113 euros (19.047.619 euros em 2011) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças em Portugal, (iii) 5.542.199 euros (5.850.099 euros em 2011) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social do Fundo para a Sociedade de Informação no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 88.218.718 euros (93.497.759 euros em 2011) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

A rubrica "Propriedade industrial e outros direitos", inclui ainda cerca de 13,1 milhões de euros líquidos de amortizações (17,7 milhões de euros, em 2011) referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da subsidiária Optimus (Nota 4).

Adicionalmente encontrava-se ainda registado nesta rubrica o justo valor atribuído a um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente no valor de 75.000.000 Euros (igual montante em 2011).

Os restantes montantes que compõem a rubrica de ativos intangíveis em curso dizem essencialmente respeito a projetos informáticos e desenvolvimento de software.

12 GOODWILL

O valor de Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócios e dentro destes a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- Unidades de Retalho - O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio, Retalho de base Alimentar e Retalho Especializado, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento, e a cada um dos imóveis no caso do segmento de Imobiliário do Retalho;
- Telecomunicações - O valor de Goodwill é alocado por tipo de negócio do segmento (Telecomunicações, Multimédia e Sistemas de informação);
- Gestão de Investimentos - O valor de Goodwill deste segmento é fundamentalmente relativo: (i) ao negócio de seguros tendo sido alocada às carteiras de clientes adquiridas em data anterior à entrada em vigor dos IFRS razão pela qual não são registadas no ativo intangível; e (ii) ativos adquiridos em data posterior, nomeadamente Lazam/MDS;

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Retalho base Alimentar	472.932.511	472.932.511
Retalho Especializado	87.653.701	87.653.701
Imobiliário de Retalho	3.671.352	4.211.625
Telecomunicações	48.829.978	43.778.086
Gestão de Investimentos	45.140.508	51.237.570
	<u>658.228.050</u>	<u>659.813.493</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Valor Bruto:		
Saldo inicial	664.766.628	673.559.363
Reafetação do goodwill	-	(4.712.604)
Novas empresas no consolidado (Nota 8)	5.167.775	561.100
Aumentos	-	1.583.656
Diminuições	(1.604.413)	(2.535.422)
Variação cambial	(3.827.285)	(3.675.627)
Abates	-	(13.838)
Saldo final	<u>664.502.705</u>	<u>664.766.628</u>
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	4.953.135	2.528.842
Aumentos (Nota 32)	1.321.520	2.424.293
Saldo final	<u>6.274.655</u>	<u>4.953.135</u>
Valor líquido	<u>658.228.050</u>	<u>659.813.493</u>

A Sonae efetua testes anuais de Imparidade sobre o Goodwill e sempre que existam indicações que o Goodwill pode estar em Imparidade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sonae procedeu à análise de imparidade de Goodwill, tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Retalho base Alimentar	-	1.178.450
Retalho Especializado	-	298.000
Imobiliário de Retalho	540.273	-
Gestão de Investimentos	781.247	947.843
	<u>1.321.520</u>	<u>2.424.293</u>

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa, com exceção do relativo a formatos do retalho especializado, é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. Os formatos do retalho especializado tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos. Face a 2011, o período de projeção sofreu um incremento de 5 para 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de carácter mais discricionário) mas também atuais condições macro económicas e as restrições no acesso a novos financiamentos, que limitam um processo de internacionalização mais acelerado.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

Unidade de Retalho

Para este efeito os segmentos da área do Retalho recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os cash-flows de cada uma das unidades, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada um dos negócios, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade de:



	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas *	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas *
Retalho base Alimentar	9% a 10%	≤ 1%	3%	9% a 10%	≤ 1%	5%
Retalho Especializado	9% a 11%	≤ 1%	10%	9% a 11%	≤ 1%	16%
Gestão de Investimentos (excluindo Seguros)	8% a 10%	≤ 1,5%	5%	8% a 9%	≤ 1,5%	9%

*No Retalho especializados as taxas de crescimento do planos de 2011 correspondem a taxas compostas para um período de 5 anos e em 2012 para um período de 10 anos

Telecomunicações

Para este efeito o segmento recorre aos resultados da valorização interna das suas áreas de negócio através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os cash-flows de cada uma das unidades para períodos de 5 anos, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados suportados no conhecimento histórico do negócio.

As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital, estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos.

As taxas de desconto utilizadas são:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Telecomunicações	9,5%	9,5%
Multimédia	12,0%	10,0%
Sistemas de informação	14,0%	11,5%

Seguros

O valor do goodwill gerado em Portugal, foi alocado a carteiras de clientes do negócio de seguros, pelo que a análise de imparidade é efetuada com base na rentabilidade estimada dessa carteira. Os principais pressupostos para a valorização interna do negócio dos seguros para pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Taxa de crescimento das vendas durante o período projetado	2% a 6%	8% a 12,3%	2% a 3,5%	15%
Taxa de crescimento na perpetuidade	2%	4,5%	2%	4,5%
Taxa de desconto utilizada	8,9% a 10,7%	13,9%	10,7%	13,9%

13 OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os movimentos ocorridos na rubrica Outros Investimentos podem ser decompostos como segue:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Investimentos em filiais, empresas controladas conjuntamente ou empresas associadas excluídas				
Saldo em 1 de janeiro - reexpresso	164.090	-	224.090	-
Aquisições durante o exercício	-	-	(60.000)	-
Saldo em 31 de dezembro	164.090	-	164.090	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	164.090	-	164.090	-
Outros investimentos				
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro	40.776.747	3.064.147	43.074.613	15.195.954
Aumentos durante o exercício	580.805	177.247	118.142	-
Diminuições durante o exercício	(4.498.750)	(2.359.813)	(89.993)	(12.131.807)
Aumento/(diminuição) no justo valor	3.840.447	-	(2.324.000)	-
Transferências (Nota 6)	19.014.384	-	(2.015)	-
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 31 de dezembro	59.713.633	881.581	40.776.747	3.064.147
Outros investimentos	59.877.723	881.581	40.940.837	3.064.147
Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)				
Justo valor em 1 de janeiro	-	2.797.071	-	457.160
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	(2.766.730)	-	2.339.911
Justo valor em 31 de dezembro	-	30.341	-	2.797.071
	59.877.723	911.922	40.940.837	5.861.218

O montante de aumento de justo valor e de transferências na rubrica "Outros Investimentos não correntes" está associado ao registo a justo valor da participação da Cooper Gay Sweet & Crawford (Nota 7).

O montante de diminuições na rubrica "Outros investimentos não correntes" está associado essencialmente à alienação das ações da Sonae Capital SGPS, SA (Nota 7).

Os investimentos financeiros em filiais, em empresas conjuntamente controladas e empresas associadas excluídas da consolidação estão registados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade. É entendimento da Sonae que estimar um justo valor para estes investimentos não é razoável dada a inexistência de dados de mercado observáveis para estes investimentos. A rubrica de Outros investimentos não correntes inclui 3.306.383 euros (2.720.949 euros a 31 de dezembro de 2011) de investimentos registados ao custo deduzido de perdas de imparidade pelo motivo acima indicado.

Os outros investimentos não correntes estão deduzidos de perdas por imparidade acumuladas (Nota 32) no valor de 85.778 euros (94,406 euros em 31 de dezembro de 2011).

Em outros investimentos financeiros não correntes estão registados 33.716.476 euros (33.737.856 euros a 31 de dezembro de 2011), relativos a montantes depositados numa Escrow Account (Nota 7).

14 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos Outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 32)	Valor líquido
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	10.001.942	(1.000.000)	9.001.942	9.140.430	-	9.140.430
Cientes e outros devedores						
Depósitos judiciais	973.963	-	973.963	851.831	-	851.831
Reconhecimento do valor a receber da Carrefour	9.468.476	-	9.468.476	10.595.846	-	10.595.846
Cauções	5.919.711	-	5.919.711	5.962.373	-	5.962.373
Outros	1.948.869	-	1.948.869	453.480	-	453.480
	<u>18.311.019</u>	<u>-</u>	<u>18.311.019</u>	<u>17.863.530</u>	<u>-</u>	<u>17.863.530</u>
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	<u>28.312.961</u>	<u>(1.000.000)</u>	<u>27.312.961</u>	<u>27.003.960</u>	<u>-</u>	<u>27.003.960</u>
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.126.693	-	22.126.693	10.575.646	-	10.575.646
Outros ativos não correntes	91.661	-	91.661	412.408	-	412.408
	<u>50.531.315</u>	<u>(1.000.000)</u>	<u>49.531.315</u>	<u>37.992.014</u>	<u>-</u>	<u>37.992.014</u>

Os valores incluídos em "Empréstimos concedidos a empresas relacionadas" vencem juros a taxas de mercado e não têm maturidade definida por terem carácter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respetivo valor da demonstração da posição financeira.

Em resultado dos acordos celebrados em 2005, pela anterior subsidiária - Sonae Distribuição Brasil, S.A. (alienada ao Grupo Wall-Mart em 2005) com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, a Sonae assumiu a responsabilidade de indemnizar o Carrefour por eventuais despesas que viessem a revelar-se necessárias para efeitos de finalização do processo de licenciamento de 10 lojas no Estado de S. Paulo que foram vendidas àquela entidade. Durante 2010, o Carrefour exerceu uma garantia bancária "on first demand" pelo valor de 25.340.145,80 Reais (aproximadamente 9,5 milhões de euros) para fazer as supostas despesas incorridas com as referidas lojas e que alegadamente se destinaram a sanar deficiências apontadas pelas autoridades competentes para efeitos de licenciamento das lojas, sem que contudo tenha sido apresentada à Sonae prova das referidas despesas e bem assim demonstrada a necessidade da realização das referidas despesas para efeitos de licenciamento das lojas, nos termos dos contratos celebrados.

Com base no entendimento do Conselho de Administração e parecer dos advogados do grupo, o valor do pagamento efetuado é considerado indevido tendo o Grupo já instaurado processo judicial contra o Carrefour Comércio e Indústria Ltda no sentido de recuperar judicialmente tais montantes, cuja probabilidade de sucesso de acordo com os advogados e de acordo com o Conselho de Administração é muito elevada atendendo ao facto da inexistência de evidência e prova da realização das despesas e sua elegibilidade nos termos do contrato, e bem assim atendendo aos prazos de prescrição definidos na lei brasileira.

De acordo com os advogados, ao valor indevidamente recebido pelo Carrefour e que será objeto de pedido de indemnização por parte da Sonae (25.340.145,80 Reais), acrescerão juros à taxa SELIC sendo expetativa que o processo se mantenha em curso durante um período de até 7 anos.

Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro cedido" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposto, basicamente, por 7.448.667 euros (8.962.478 euros

em 31 de dezembro de 2011) relativos a provisões para prêmios não adquiridos e 14.678.026 euros (1.613.168 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a provisões para sinistros declarados (Nota 32).

15 INVENTÁRIOS

O detalhe dos Inventários em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.447.061	1.569.737
Mercadorias	584.072.124	694.746.852
Produtos acabados e intermédios	318.157	707.206
Produtos e trabalhos em curso	187.376	455.467
	586.024.718	697.479.262
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 32)	(47.538.541)	(46.773.559)
	<u>538.486.177</u>	<u>650.705.703</u>

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 ascendem a 3.561.004.682 euros e 3.627.642.374 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Inventários iniciais	696.316.589	717.190.764
Compras	3.472.629.581	3.624.587.836
Regularizações de inventários	(31.893.725)	(31.278.113)
Inventários finais	585.519.185	696.316.589
	<u>3.551.533.260</u>	<u>3.614.183.898</u>
Perdas por imparidade (Nota 32)	16.762.583	16.974.333
Reversão de perdas por imparidade (Nota 32)	(7.291.161)	(3.515.857)
	<u>3.561.004.682</u>	<u>3.627.642.374</u>

A rubrica de Regularização de inventários inclui cerca de 22 milhões de euros (23 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos essencialmente a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica de "Inventários" para a rubrica de "Ativos fixos tangíveis" ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes do segmento Telecomunicações. O valor remanescente refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelo segmento de retalho.

16 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:



Clientes correntes e clientes de cobrança duvidosa	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 32)	Valor líquido
Retalho alimentar	25.511.894	(2.797.278)	22.714.616	30.048.533	(3.369.557)	26.678.976
Retalho especializado	6.791.166	(519.778)	6.271.388	6.678.364	(819.975)	5.858.389
Imobiliário de Retalho	851.799	(47.024)	804.775	80.784	(47.024)	33.760
Telecomunicações	221.226.998	(82.069.573)	139.157.425	217.923.496	(77.847.394)	140.076.102
Gestão de Investimentos	1.789.017	(60.266)	1.728.751	2.072.308	(71.972)	2.000.336
Sonae Holding	376.774	-	376.774	432.490	-	432.490
	256.547.648	(85.493.919)	171.053.729	257.235.975	(82.155.922)	175.080.053

A exposição da Sonae ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela Sonae, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A Sonae entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de dezembro 2012 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:



31 dezembro 2012	Clientes				
	Unidades de retalho	Telecomunicações	Gestão de investimentos	Sonae Holding	Total
Não vencido	10.640.201	51.700.564	312.850	376.480	63.030.095
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	2.413.702	18.008.982	856.513	-	21.279.197
30 - 90 dias	14.638.258	16.684.529	138.293	-	31.461.080
+ 90 dias	1.615.641	24.279.347	421.095	294	26.316.377
Total	18.667.601	58.972.858	1.415.901	294	79.056.654
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	502.766	3.957.205	1.741	-	4.461.712
90 - 180 dias	11.949	2.829.240	1.741	-	2.842.930
180 - 360 dias	78.851	6.284.434	9.071	-	6.372.356
+ 360 dias	3.253.491	97.482.697	47.713	-	100.783.901
Total	3.847.057	110.553.576	60.266	-	114.460.899
	33.154.859	221.226.998	1.789.017	376.774	256.547.648
31 dezembro 2011	Clientes				
	Unidades de retalho	Telecomunicações	Gestão de investimentos	Sonae Holding	Total
Não vencido	11.983.202	54.894.832	169.962	432.490	67.480.486
Vencido mas sem registo de imparidade					
0 - 30 dias	2.671.330	19.527.816	1.022.640	-	23.221.786
30 - 90 dias	15.622.057	6.184.611	588.418	-	22.395.086
+ 90 dias	989.294	29.258.545	219.316	-	30.467.155
Total	19.282.681	54.970.972	1.830.374	-	76.084.027
Vencido com registo de imparidade					
0 - 90 dias	679.451	4.015.724	964	-	4.696.139
90 - 180 dias	676.692	6.519.847	964	-	7.197.503
180 - 360 dias	187.768	2.172.959	-	-	2.360.727
+ 360 dias	3.997.887	95.349.162	70.044	-	99.417.093
Total	5.541.798	108.057.692	71.972	-	113.671.462
	36.807.681	217.923.496	2.072.308	432.490	257.235.975

Na determinação da recuperabilidade dos valores a receber de clientes a Sonae analisa todas as alterações de qualidade de crédito das contrapartes desde a data da concessão do crédito até à data de reporte das demonstrações financeiras consolidadas. A Sonae não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes. Consideramos que o risco de crédito não excede a imparidade criada para clientes de cobrança duvidosa.

Adicionalmente a Sonae considera que a máxima exposição ao risco de crédito é o total de clientes evidenciado na demonstração da posição financeira consolidada.

17 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das Outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empréstimos concedidos a empresas relacionadas	7.947.797	4.350.253
Outros devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	30.250.465	40.525.100
Alienação de investimentos financeiros (Nota 6)	20.535.907	-
Regime esp.reg.dívidas ao Fisco e Seg.Social (Dec.Lei 248-A)	12.047.569	12.047.568
TRS relativo a ações próprias (Nota 22)	12.693.574	2.283.134
Projeto "Iniciativas E"	10.918.467	12.626.005
Dividendos a receber de empresas conjuntamente controladas	10.567.050	11.867.610
Operações com resseguradoras	6.638.468	7.264.352
Vales e cheques oferta	2.231.940	3.286.352
Adiantamentos a agentes	1.479.606	875.217
Adiantamentos a fornecedores	1.406.353	3.516.899
IVA de imóveis e de descontos de talões	1.143.779	444.020
Alienação de ativos fixos	914.767	884.139
Permuta de equipamento	805.280	-
Outros ativos correntes	14.072.095	13.793.028
	125.705.320	109.413.424
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 32)	(15.711.269)	(21.061.746)
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	117.941.848	92.701.931

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

Os valores incluídos em Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social corresponde essencialmente a impostos pagos que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae.

A 31 de dezembro de 2012, a posição líquida do segmento telecomunicações com a "Fundação para as Comunicações Móveis", no âmbito do programa "Iniciativas E", correspondia a um valor a receber no montante de 10.918.467 euros (12.626.005 euros a 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, encontra-se ainda registada em "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" os montantes de 13.944.247 euros (2.253.107 euros em 31 de dezembro de 2011) e 640.159 euros (15.793.539 euros em 31 de dezembro de 2011), respetivamente, relativos às parcelas ainda não realizadas da estimativa associada aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito do programa "Iniciativas-E".

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Não vencido	61.107.297	32.813.221
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	5.717.263	6.380.348
30 - 90 dias	20.561.119	21.554.780
+ 90 dias	22.608.372	27.126.263
Total	48.886.754	55.061.391
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	854.012	1.136.182
90 - 180 dias	753.583	770.268
180 - 360 dias	872.727	1.493.853
+ 360 dias	13.230.947	18.138.509
Total	15.711.269	21.538.812
	125.705.320	109.413.424

A 31 de dezembro 2011 não temos indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em outros devedores não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Os valores incluídos em "Outros devedores" aproximam-se do seu justo valor.

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	41.227.464	37.615.583
Imposto sobre o valor acrescentado	31.316.124	59.420.551
Outros Impostos	2.399.280	2.374.989
	74.942.868	99.411.123
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	8.075.614	13.856.257
Imposto sobre o valor acrescentado	33.082.297	35.437.705
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	5.760.480	6.139.642
Contribuições para a Segurança Social	12.007.806	11.880.897
Outros Impostos	816.021	743.500
	59.742.218	68.058.001

19 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos Outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Faturação a emitir	54.632.025	56.960.732
Receitas comerciais	30.687.590	29.937.096
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	24.864.876	18.552.692
Custos diferidos - rendas	6.459.176	6.563.537
Comissões a receber	1.926.548	1.794.095
Indeminizações relativas a sinistros	7.423.141	103.175
Outros ativos correntes	13.917.189	11.257.197
	<u>139.910.545</u>	<u>125.168.524</u>

A rubrica "Faturação a emitir" corresponde fundamentalmente ao segmento de telecomunicações respeitando a faturação a emitir a clientes e a outros operadores de telecomunicações.

A rubrica de "Receitas comerciais" diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, participadas por parceiros da Sonae (Nota 38).

A rubrica de "Indeminizações relativas a sinistros" espelha a melhor estimativa da Sonae sobre os valores a serem recuperados da instituição de seguros com que opera, relacionada com o incêndio numa das suas lojas "Continente" em Portimão.

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	3.914.608	3.408.306	38.686.766	40.380.932
Homogeneização de amortizações	6.690.907	7.018.308	68.360.997	60.359.533
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	50.059.893	38.080.776	89.711	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	34.731.470	43.925.949	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	13.516.992	20.202.721	1.159.359	12.574
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	107.198	9.426	48.946	582.921
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	6.440.000	-	-
Amortização da diferença de consolidação para efeitos fiscais	-	-	23.732.055	22.336.051
Diferimento de custos com angariação de clientes	-	-	995.025	4.688.545
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	1.737.802	1.845.556
Prejuízos fiscais reportáveis	100.082.810	96.826.480	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	1.000.609	1.197.663
Benefícios fiscais	9.709.216	3.519.525	-	-
Outros	2.685.397	2.443.758	1.132.330	2.787.774
	<u>224.718.491</u>	<u>221.875.249</u>	<u>136.943.600</u>	<u>134.191.549</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi como segue:



	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Saldo inicial	221.875.249	207.284.904	134.191.549	122.336.903
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	511.651	762.990	(1.818.029)	(1.006.283)
Homogeneização de amortizações	(348.110)	(188.921)	5.445.911	7.809.067
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	11.606.575	18.892.209	93.775	(110.454)
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(9.227.386)	(3.662.373)	-	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	(6.685.729)	(6.015.326)	1.146.785	-
Reavaliações de ativos fixos tangíveis reintegrável	-	-	(143.299)	(126.252)
Prejuízos fiscais reportáveis	3.239.385	8.273.275	-	-
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	(3.220.000)	(3.220.000)	-	-
Amortização das diferenças de consolidação para efeitos fiscais	-	-	1.396.003	1.396.003
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(205.410)	(141.278)
Efeito de alteração de taxa de imposto	734.663	939.076	3.640.629	2.309.496
Benefícios fiscais	6.189.691	(1.593.851)	-	-
Outros	(54.201)	155.774	(4.852.839)	(649.360)
	2.746.539	14.342.853	4.703.526	9.480.939
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	130.612	(836.526)	(574.230)	282.308
Outros	(33.909)	1.084.018	(1.377.245)	(375.000)
	96.703	247.492	(1.951.475)	(92.692)
Aquisição de filiais (Nota 8)	-	-	-	471.963
Imputação de justo valor em aquisição de filiais	-	-	-	1.994.436
Saldo final	224.718.491	221.875.249	136.943.600	134.191.549

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, nas empresas em Portugal, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos ativos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%, acrescido de aproximadamente 3%, nas empresas que se perspectiva o pagamento de derrama estadual nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:



	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2007	1.223.112	305.778	2013	1.223.112	305.778	2013
Gerados em 2008	1.399.902	349.975	2014	1.522.393	380.598	2014
Gerados em 2009	22.658.706	5.664.676	2015	26.546.566	6.636.641	2015
Gerados em 2010	99.670	24.918	2014	99.670	24.918	2014
Gerados em 2011	1.214.539	303.635	2015	1.209.525	302.381	2015
Gerados em 2012	87.055	21.764	2017	-	-	-
	26.682.984	6.670.746		30.601.266	7.650.316	
Sem limite de data de utilização	1.076.048	134.506		2.179.028	509.519	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (a)	310.915.439	93.277.558		295.437.281	88.666.645	
	311.991.487	93.412.064		297.616.309	89.176.164	
	338.674.471	100.082.810		328.217.575	96.826.480	

(a) Inclui a 31 de dezembro de 2012 cerca de 76 milhões de euros (72 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a ativos por impostos diferidos cujo prazo de utilização ainda não se iniciou.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos ativos por impostos diferidos no montante de aproximadamente 16,1 milhões de euros, no segmento das Telecomunicações decorrente da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008. Em resultado desta transação os 100 milhões de euros da operação foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados os ativos por impostos diferidos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 31 de dezembro de 2012, foi revertido um montante de 12,9 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 no segmento Retalho Especializado, foram constituídos ativos por impostos diferidos no montante de, aproximadamente, 18,3 milhões de euros (18,2 milhões de euros em 2011) relativos a prejuízos fiscais reportáveis da filial Worten España, S.A. gerados no exercício e em exercícios anteriores, dos quais 11,8 milhões de euros (11,8 milhões de euros em 2011) relativos a prejuízos gerados em data anterior à aquisição e tendo afetado o cálculo da respetiva diferença de consolidação negativa constatada. Nos exercícios posteriores foram acrescidos os ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos gerados no valor de 17,6 milhões de euros (27,2 milhões de euros em 2011) na Worten Espanã, S.A. e 2,4 milhões de euros (4,2 milhões de euros em 2011) na Zippy Espanha que se encontram incluídos nos ativos por impostos diferidos registados no consolidado fiscal em Espanha, conforme referido no parágrafo seguinte. Adicionalmente foram ainda constatados ativos por impostos diferidos de 14,2 milhões de euros (14,2 milhões de euros em 2011) na Sport Zone Espanã, S.A. O registo de ativos por impostos diferidos está suportado em planos de negócio das Empresas que prevêm a sua recuperação na íntegra, sendo que para a Sport Zone Espanã, S.A. o prazo para reporte de prejuízos fiscais é de 18 anos e para as restantes sociedades ainda não se iniciou o período de utilização. É entendimento do Conselho de Administração que os referidos ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2012 no segmento do Retalho um valor de 57,7 milhões de euros (54,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores da Sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. e que podem, ser recuperados na esfera tributária da Sucursal em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. em Espanha era em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, entidade dominante de um consolidado fiscal em Espanha. É entendimento do Conselho de Administração, com base em planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos relativos à operação do Grupo em Espanha, estão dependentes do cumprimento efetivo dos planos de negócios a 10 anos, aprovado pelo Conselho de Administração, para aqueles mercados os quais pressupõe a ocorrência de um aumento de crescimento de vendas após 2016 bem como plano de expansão do número de lojas. Estes planos foram também utilizados na análise de imparidade sobre goodwill e restantes ativos não correntes.

Adicionalmente a legislação espanhola permitia a dedução anual, para efeitos fiscais, de 5% do goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em sociedades não residentes que tenham ocorrido em data anterior a 21 de Dezembro de 2007, no entanto em 2012 e 2013 esta taxa foi reduzida para 1%. O Grupo, neste âmbito, encontra-se a registar passivos por impostos diferidos relacionados com a amortização efetuada para efeitos fiscais do goodwill gerado com a compra da participação financeira na Continente Hipermercados (ex-Carrefour Portugal).

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. para cada um dos exercícios em causa. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe será favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Empresa, por parte do Tribunal Económico-Administrativo

Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de prejuízos fiscais gerados com a amortização de Goodwill, incluindo os relativos a 2008, ascendem a 79,1 milhões de euros (74,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Relativamente a esta natureza mantêm-se constatados ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de 23,7 milhões de euros (22,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 322,6 milhões de euros (401,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2006	-	-	2012	19.421.434	4.855.359	2012
Gerados em 2007	55.856.584	13.964.147	2013	56.171.546	14.042.888	2013
Gerados em 2008	9.842.086	2.460.522	2014	10.256.055	2.564.014	2014
Gerados em 2009	18.025.218	4.506.304	2015	24.814.767	6.203.691	2015
Gerados em 2010	15.161.998	3.790.499	2014	15.265.401	3.816.351	2014
Gerados em 2011	7.520.471	1.880.118	2015	7.205.829	1.801.457	2015
Gerados em 2012	11.693.227	2.923.307	2017	-	-	
	<u>118.099.584</u>	<u>29.524.897</u>		<u>133.135.032</u>	<u>33.283.760</u>	
Sem limite de data de utilização	36.048.907	9.941.860		37.624.334	10.604.792	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	168.461.162	43.067.009		231.159.040	57.635.615	
	<u>322.609.653</u>	<u>82.533.766</u>		<u>401.918.406</u>	<u>101.524.167</u>	

21 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Numerário	7.117.200	7.167.909
Depósitos bancários	290.568.494	262.539.711
Aplicações de tesouraria	78.949.469	150.461.766
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>376.635.163</u>	<u>420.169.386</u>
Descobertos bancários (Nota 24)	<u>(13.267.254)</u>	<u>(4.712.270)</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>363.367.909</u>	<u>415.457.116</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de Empréstimos bancários.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

Em 15 de novembro de 2007, a Sonae Holding alienou, através de operação de bolsa, 132.856.072 ações Sonae Holding detidas diretamente pela própria sociedade. As ações foram vendidas ao preço unitário de 2,06 euros por ação e geraram um encaixe (líquido de comissões de corretagem) de 273.398.877 euros.

Na mesma data a Sonae Investments, BV, sociedade cuja totalidade do capital social e de direitos de voto é titular a Sonae Holding, celebrou com uma instituição financeira, um instrumento financeiro derivado - Cash Settled Equity Swap - sobre um total de 132.800.000 ações Sonae Holding, representativas de 6,64% do respetivo capital social.

Esta transação tem liquidação estritamente financeira, não existindo qualquer obrigação ou direito à compra do título subjacente por parte desta sociedade ou de qualquer sua participada. Esta transação permite à Sonae Investments BV manter na íntegra a exposição económica aos títulos vendidos.

Neste contexto, apesar de juridicamente terem sido transferidos para o comprador todos os direitos e deveres inerentes a estas ações, a Sonae Holding optou por manter as ações próprias no sua demonstração da posição financeira consolidada tendo registado um passivo na rubrica de "Outros passivos correntes" (Nota 30), uma vez que de acordo com a interpretação dada pela Sonae do IAS 39 aplicado por analogia aos instrumentos de capital próprio este não permite o desreconhecimento de instrumentos financeiros caso a entidade vendedora mantenha substancialmente os riscos e proveitos associados ao instrumento financeiro alienado.

Consequentemente, a Sonae manteve registado no seu capital próprio o custo de aquisição das 132.800.000 ações (138.568.275 euros), tendo registado com referência à data da transação na rubrica Outros passivos não correntes o montante do valor recebido relativo às ações referidas (273.568.000 euros).

Em consequência do destaque, em 4 de janeiro de 2008, dos direitos de cisão da Sonae Capital, SGPS, SA atribuíveis às ações da Sonae Holding, objeto do contrato acima referido, foi registado um ativo correspondente ao justo valor dos direitos atribuídos às 132.800.000 ações Sonae Holding mantendo-se registado no passivo a correspondente responsabilidade uma vez que foi também celebrado um Cash Settled Equity Swap sobre as ações Sonae Capital, SGPS, SA.

No período de 2009 a 2012 a Sonae Investments BV solicitou o cancelamento parcial do Cash Settled Equity Swap relativamente a 9.561.419 ações Sonae Holding respetivamente, passando o instrumento financeiro derivado a incidir sobre 123.238.581 ações Sonae Holding.

Em 19 de Outubro de 2010 a Sonae Investments BV acordou com a instituição financeira a prorrogação do prazo de maturidade do Cash Settled Equity Swap sobre as ações Sonae Holding. A renovação é efetuada por um prazo máximo adicional de 3 anos, até Novembro de 2013 e mantém o mecanismo de liquidação da transação que continua a ser estritamente financeira. A operação de Cash Settled Equity Swap, sobre títulos Sonae Capital, não foi objeto de prorrogação do prazo de maturidade, tendo a Sonae adquirido em mercado 16.600.000 ações Sonae Capital, representativas de 6,6% do capital social pelo seu justo valor e que correspondia ao valor do passivo que se encontrava registado à data da transação. Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2012 as ações Sonae Capital foram alienadas (Nota 7).

Desta forma e relativamente às operações acima descritas, o valor do passivo é de 84.664.905 euros (Nota 30) (58.219.905 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo ao valor de mercado das ações Sonae Holding.

O valor destes passivos é ajustado no final de cada mês pelo efeito da variação do preço da ação Sonae Holding sendo registado um ativo/passivo corrente de forma a apresentar o direito/obrigação relativo ao recebimento/liquidação financeira que ocorre mensalmente (Nota 30). A 31 de dezembro de 2012 o valor a receber decorrente do efeito da variação de preço da Sonae SGPS, SA é de 12.693.574 euros (2.283.134 euros em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, são registados na demonstração dos resultados os gastos relativos ao "floating amount" os quais são indexados à Euribor a 1 mês.

O valor a receber apurado com base nos dividendos distribuídos pela Sociedade é creditado em capital próprio de forma a compensar a variação negativa provocada pela sua distribuição. O valor de dividendos atribuídos às ações Sonae SGPS, SA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 ascendeu a 4.079.197 euros (4.198.429 euros em 2011) que foram creditados em capitais próprios.

O número de ações para efeitos de cálculo do resultado líquido por ação, considera ainda as ações acima referidas como dedução às ações emitidas pela Empresa (Nota 44).

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2012:

Entidade	%
Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais	52,48

A estrutura do capital é analisada na secção do Relatório de Gestão: "Resumo da informação financeira".

23 INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram os seguintes:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Saldo inicial em 1 de janeiro	336.803.275	318.520.043
Dividendos distribuídos	(11.481.147)	(8.158.858)
Distribuição de rendimentos	(5.986.265)	-
Variação resultante da conversão cambial	(2.094.864)	108.179
Aumento de capital e prémio de emissão	1.166.629	1.276.562
Entradas facultativas de capital	15.000.000	-
Variação de percentagem por aquisição de ações	-	2.729.871
Variação de percentagem por alienação de ações	(20.745.608)	-
Variação das reservas de cobertura e justo valor	(68.165)	50.897
Aquisição e alienação de ações próprias / entrega de ações próprias aos colaboradores	(257.882)	265.648
Perda de influência significativa (Cooper Gay)	1.775.180	-
Variação no justo valor de investimentos disponíveis para venda	1.919.839	-
Outras variações	(5.247.995)	(948.545)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	39.118.124	22.959.478
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	349.901.121	336.803.275

24 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae, SGPS, SA	1.961.683	75.000.000	-	-
Sonae, SGPS, SA - papel comercial	-	-	90.600.000	-
Sonae Investimentos, SGPS, SA - papel comercial	28.500.000	147.500.000	-	282.000.000
Filial da Sonae Holding	-	-	10.000.000	-
Filial da Sonae Investimentos	10.000.000	65.000.000	-	75.000.000
Sonaecom SGPS, SA - papel comercial	-	30.000.000	118.000.000	-
MDS, SGPS, SA - papel comercial	1.250.000	17.400.000	-	14.400.000
Lazam, SA	-	18.863.880	-	21.109.920
Outros	10.614.896	12.016.722	3.741.248	10.000.384
	<u>52.326.579</u>	<u>365.780.602</u>	<u>222.341.248</u>	<u>402.510.304</u>
Descobertos bancários (Nota 21)	13.267.254	-	4.712.270	-
Custos de montagem de financiamentos	(36.152)	(1.642.943)	(171.289)	(1.155.243)
Empréstimos bancários	<u>65.557.681</u>	<u>364.137.659</u>	<u>226.882.229</u>	<u>401.355.061</u>
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações Sonae / 05	100.000.000	-	-	100.000.000
Obrigações Sonae / 2007/2014	-	150.000.000	-	150.000.000
Obrigações Sonae / 2007/2015	-	250.000.000	-	250.000.000
Obrigações Continente -7% -2015	-	200.000.000	-	-
Obrigações Modelo Continente / 2005/2012	-	-	150.000.000	-
Obrigações Modelo Continente / 2007/2012	-	-	200.000.000	-
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015	-	200.000.000	-	200.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015	155.000.000	155.000.000	-	310.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2009/2014	16.000.000	10.000.000	16.000.000	26.000.000
Obrigações Sonae Investimentos/ 2012/2017	-	170.000.000	-	-
Obrigações Sonaecom / 2005/2013	150.000.000	-	-	150.000.000
Obrigações Sonaecom / 2010/2013	30.000.000	-	-	30.000.000
Obrigações Sonaecom / 2010/2015	-	40.000.000	-	40.000.000
Obrigações Sonaecom / 2011/2015	-	100.000.000	-	100.000.000
Obrigações Sonaecom / 2012/2015	-	20.000.000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	(179.312)	(7.055.545)	(143.080)	(6.565.687)
Empréstimos por obrigações	<u>450.820.688</u>	<u>1.287.944.455</u>	<u>365.856.920</u>	<u>1.349.434.313</u>
Outros empréstimos	33.466	90.166	33.466	126.395
Instrumentos derivados (Nota 26)	2.627.817	6.993.896	42.744	11.007.789
Outros empréstimos	2.661.283	7.084.062	76.210	11.134.184
Credores por locações financeiras (Nota 25)	7.037.038	27.593.734	6.894.512	28.812.037
	<u>526.076.690</u>	<u>1.686.759.911</u>	<u>599.709.871</u>	<u>1.790.735.595</u>

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2012 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 2,83% (2,82% em 31 de dezembro de 2011).

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, com exceção do empréstimo obrigacionista Continente 7% que é determinado através do preço de mercado à data do balanço.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 26).

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locação financeira) tem as seguintes maturidades:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1 ^{a)}	523.664.337	58.827.139	599.981.496	55.899.488
N+2	218.237.298	53.350.955	470.421.202	42.632.357
N+3	1.147.031.249	41.879.085	395.395.553	32.121.253
N+4	202.327.938	11.888.422	781.588.750	17.852.317
N+5	101.814.617	3.438.725	117.157.936	1.961.951
Após N+5	19.053.401	644.212	22.885.295	505.162
	<u>2.212.128.840</u>	<u>170.028.538</u>	<u>2.387.430.232</u>	<u>150.972.528</u>

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2012 no segmento de Unidades de Retalho e no Segmento de Telecomunicações, existiam em algumas operações de financiamento compromissos de manutenção de covenants cujas condições se encontram previamente negociados de acordo com as práticas normais de mercado. À data do reporte as empresas dos mencionados segmentos de negócio não se encontram em incumprimento de nenhum dos referidos compromissos e, o Conselho de Administração considera improvável a ocorrência de tais incumprimentos.

À data de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as linhas de crédito disponíveis são:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis				
Unidades de retalho	185.763.449	400.000.000	239.202.973	203.000.000
Telecomunicações	69.000.000	-	106.430.000	-
Gestão de investimentos	3.000.000	1.350.000	2.046.100	5.600.000
Sonae Holding	152.695.242	-	62.095.242	-
	<u>410.458.691</u>	<u>401.350.000</u>	<u>409.774.315</u>	<u>208.600.000</u>
Montantes de linhas contratadas				
Unidades de retalho	227.260.000	547.500.000	239.760.000	485.000.000
Telecomunicações	69.000.000	30.000.000	224.430.000	-
Gestão de investimentos	4.250.000	18.750.000	3.000.000	20.000.000
Sonae Holding	152.695.242	-	162.695.242	-
	<u>453.205.242</u>	<u>596.250.000</u>	<u>629.885.242</u>	<u>505.000.000</u>

25 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os Credores por locações financeiras tinham o seguinte detalhe:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	8.854.409	8.266.278	7.037.038	6.894.512
N+2	5.889.151	5.504.005	4.743.290	4.260.537
N+3	6.215.015	4.905.117	5.249.632	3.821.740
N+4	5.230.293	4.797.748	4.504.835	3.889.058
N+5	2.743.611	4.725.458	2.201.459	3.993.460
Após N+5	12.317.802	15.085.197	10.894.518	12.847.242
	41.250.281	43.283.803	34.630.772	35.706.549
Juros futuros	(6.619.509)	(7.577.254)		
	34.630.772	35.706.549		
Componente de curto prazo			7.037.038	6.894.512
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			27.593.734	28.812.037

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado, com exceção dos acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra ótica.

Nas situações em que a Sonae, em resultado de tais acordos, tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estima-se que o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponda, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

Bens objecto de locação financeira	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Terrenos e edifícios	17.740.946	18.078.328
Equipamento básico	19.627.978	18.354.222
Equipamento transporte	18.775	11.861
Equipamento administrativo	6.766.188	9.929.487
Total de ativos fixos tangíveis	44.153.887	46.373.898
Software	856.718	-
Total de ativos fixos intangíveis	856.718	-
	45.010.605	46.373.898

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendia a 73.081.529 euros (72.029.407 euros em 31 de dezembro de 2011).

Derivados de taxa de câmbio

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma a Sonae contratou diversos "forwards" de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

Em 31 de dezembro de 2012 não existem derivados de taxa de câmbio que sejam considerados de especulação. O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 953.531 euros, e no ativo de 30.341 euros (42.744 euros no passivo e 2.797.071 euros no ativo em 31 de dezembro de 2011).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de "Rendimentos e Ganhos financeiros" ou "Gastos e Perdas financeiras".

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de "Reservas de cobertura", quando considerados de cobertura de Cash Flow e na rubrica "Diferenças Cambiais Operacionais", quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros gastos".

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pela Sonae existentes em 31 de dezembro de 2012, respeitam, fundamentalmente a "swaps" e opções de taxa de juro ("cash flow hedges") contraídas com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 250.000.000 euros (400.000.000 euros em 31 de dezembro de 2011) cujo justo valor líquido ascendia a -8.668.182 euros (-11.007.789 euros em 31 de dezembro de 2011) de derivados registados no passivo.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos, admitindo o exercício da opção de cancelamento por parte das contrapartes a partir do momento em que as taxas de juro forward sejam superiores à taxa fixa contratada. É intenção da Sonae deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efetuadas pela Sonae com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes.

Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2012 a Sonae não tem contratado instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro em simultâneo.

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Ativos		Passivos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Derivados de cobertura				
Taxa de câmbio	30.341	2.797.071	953.531	42.744
Taxa de juro	-	-	8.668.182	11.007.789
	<u>30.341</u>	<u>2.797.071</u>	<u>9.621.713</u>	<u>11.050.533</u>

27 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica Outros passivos não correntes pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Acionistas	22.678.988	36.639.791
Fornecedores de ativos fixos	1.676.708	1.726.708
Espectro para 4ª Geração	21.602.124	27.423.410
Outras dívidas a terceiros não correntes	8.351.019	75.329.387
Total de instrumentos financeiros (Nota 9)	54.308.839	141.119.296
Sociedade de informação (Nota 11)	13.944.247	2.253.107
Diferimento da alienação das extensões de garantia	14.550.263	-
Outros acréscimos e diferimentos	5.155.082	4.191.714
Outros passivos não correntes	<u>87.958.431</u>	<u>147.564.117</u>

A rubrica de "Acionistas" corresponde a valores de financiamento de acionistas em empresas participadas, fundamentalmente dos segmentos Retail e Gestão de Investimentos. Estes passivos não têm maturidade definida e vencem juros a taxas variáveis de mercado.

A rubrica de "Outras dívidas a terceiros" não correntes incluía em 31 de dezembro de 2011 o valor de 58.219.905 euros referente ao justo valor das ações Sonae Holding abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 22 reclassificados em 2012 para a rubrica Outras dívidas a terceiros correntes (Nota 30).

A rubrica "Espectro para 4ª Geração" corresponde ao valor atual do montante a pagar nos próximos anos, resultante da atribuição à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços da 4ª Geração (Nota 11).

Estima-se que os valores incluídos em "Outros passivos" não correntes sejam aproximadamente o seu justo valor.

28 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae concedeu, em 2012 e em anos anteriores, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

A 31 de dezembro de 2012, todos os planos de ações Sonae Holding estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em "Outras reservas" por contrapartida de "Gastos com o pessoal" pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2012, 2011 e 31 de Dezembro de 2010 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

Os planos que continuam a ser liquidados em numerário mantêm-se a ser contabilizados, na demonstração da posição financeira, em Outros Passivos por contrapartida de Gastos com o pessoal.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o número total das ações atribuídas decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto podem ser resumido como segue:

Ações	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes		Número de ações			
			Sonae SGPS	Sonaecom	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
					Sonae SGPS	Sonaecom	Sonae SGPS	Sonaecom
	2009	2012			-	-	5.989.246	3.469.227
	2010	2013	67*	5*	1.557.748	250.987	4.026.140	2.485.188
	2011	2014	436	365	4.112.348	2.944.458	3.806.013	2.938.055
	2012	2015	439	362	6.959.217	3.057.697	-	-
Total					12.629.313	6.253.142	13.821.399	8.892.470

*Algumas das empresas do grupo pagaram este plano antecipadamente, em dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o justo valor total das ações na data da atribuição das responsabilidades decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Justo Valor			
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
		Sonae SGPS	Sonaecom	Sonae SGPS	Sonaecom
2009	2012	-	-	2.519.975	3.863.852
2010	2013	980.992	340.736	1.077.999	1.761.377
2011	2014	1.648.023	2.543.766	436.740	892.434
2012	2015	1.195.246	1.132.112	-	-
Total		3.824.261	4.016.614	4.034.714	6.517.663

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2012 e de 2011, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	(440.586)	5.751.306
Registado em exercícios anteriores	8.513.785	9.631.305
	8.073.199	15.382.611
Registado em outros passivos	534.457	641.749
Valor registado em Outras reservas	7.538.742	14.740.862
	8.073.199	15.382.611

29 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os Fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2012	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente			
Retalho alimentar	648.181.889	647.644.599	537.290
Retalho especializado	329.929.456	329.124.500	804.956
Imobiliário de Retalho	1.865.266	1.837.169	28.097
Telecomunicações	131.179.782	101.266.174	29.913.608
Gestão de Investimentos	9.989.163	9.896.898	92.265
Sonae Holding	183.564	183.564	-
	1.121.329.120	1.089.952.904	31.376.216
Fornecedores, faturas em receção e conferência	100.443.607	100.443.607	-
	1.221.772.727	1.190.396.511	31.376.216
		A pagar	
	31 dezembro 2011	até 90 dias	mais de 90 dias
	Reexpresso		
Fornecedores conta corrente			
Retalho alimentar	646.123.606	645.589.321	534.285
Retalho especializado	343.303.792	343.285.013	18.779
Imobiliário de Retalho	3.885.117	3.858.761	26.356
Telecomunicações	127.833.787	97.920.179	29.913.608
Gestão de Investimentos	10.023.235	9.895.318	127.917
Sonae Holding	117.256	117.256	-
	1.131.286.793	1.100.665.848	30.620.945
Fornecedores, faturas em receção e conferência	113.250.330	113.250.330	-
	1.244.537.123	1.213.916.178	30.620.945

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

O saldo de fornecedores conta corrente, com maturidade superior a 90 dias, do Segmento Telecomunicações, corresponde ao diferendo da subsidiária Optimus Comunicações, SA, mantida, essencialmente, com a TMN – Telecomunicações Móveis, SA relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001 (Nota 33).

A partir do ano de 2010, foi disponibilizado a um número muito restrito de fornecedores do Segmento Unidades de Retalho o sistema de pagamentos através de programas de confirming, possibilitando aos fornecedores efetuar o seu desconto em data antecipada. Em 31 de dezembro de 2012, o valor das dívidas nesta situação ascendia a 71.680.001 euros (59.296.644 euros em 31 de dezembro de 2011).

30 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica Outras dívidas a terceiros pode ser detalhada como segue:



	31 dezembro 2012	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	82.777.613	80.559.285	770.919	1.447.409
Outras dívidas	144.551.555	41.610.534	7.354.070	95.586.951
	227.329.168	122.169.819	8.124.989	97.034.360
Empresas participadas e participantes	452.456			
	227.781.624			

	31 dezembro 2011 Reexpresso	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos	81.500.948	78.676.826	572.178	2.251.944
Outras dívidas	60.213.370	41.388.078	9.969.793	8.855.499
	141.714.318	120.064.904	10.541.971	11.107.443
Empresas participadas e participantes	984.945			
	142.699.263			

A rubrica Outras dívidas inclui:

- 84.664.905 euros referentes ao justo valor das ações Sonae Holding abrangidas pelo derivado financeiro referido na Nota 22 e reclassificado de "Outros passivos não correntes" em 2012;
- 22.632.350 euros (19.209.200 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não abatidos;
- 8.690.788 euros (8.716.058 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 5.208.150 euros (5.828.261 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 33);
- 2.262.387 euros (2.824.896 euros a 31 de dezembro de 2011) relativos a valores a pagar a companhias de seguros, tomadores de seguros e agentes de seguros;
- 7.309.099 euros (9.630.386 euros a 31 de dezembro de 2011) relativos a valores a pagar relacionados com operações de resseguros;

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de imobilizado e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

31 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a rubrica Outros passivos correntes pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Acréscimos relativos a ativos fixos	10.940.733	87.109.212
Gastos com o pessoal	115.799.220	114.622.709
Encargos financeiros a liquidar	16.796.482	16.085.067
Faturação a emitir por operadores	30.053.910	33.764.156
Comissões a agentes	2.858.892	4.107.730
Publicidade e propaganda	17.812.013	15.219.486
Sociedade de informação	640.159	15.793.539
Outros fornecimentos e serviços externos	49.041.584	48.281.811
Receitas antecipadas de clientes	24.547.723	27.305.184
Rendas fixas debitadas antecipadamente	637.896	402.199
Outros	33.735.471	32.881.749
	<u>302.864.083</u>	<u>395.572.842</u>

A rubrica "Acréscimos relativos a ativos fixos" em 31 de dezembro de 2012, inclui 6,6 milhões de euros (83 milhões de euros em 2011) referentes ao valor a pagar no curto prazo, resultante da atribuição, à subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços de 4ª Geração (Nota 11).

A rubrica "Receitas antecipadas de clientes" está associada aos carregamentos de telemóveis e à compra de minutos ainda não consumidos do segmento Telecomunicações.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor relativo a "Sociedade de Informação" de 640.159 euros (15.793.539 euros em 2011), é referente à parcela de curto prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pelo grupo, no âmbito do programa "Iniciativas-E".

32 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 31 dezembro 2011 Reexpresso	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2012
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 6 e 13)	94.406	1.101.337	(8.628)	1.187.115
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 14)	-	1.000.000	-	1.000.000
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	82.155.922	20.784.764	(17.446.767)	85.493.919
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	21.061.746	8.231.857	(13.582.334)	15.711.269
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 15)	46.773.559	16.762.583	(15.997.601)	47.538.541
Provisões não correntes	91.036.377	36.324.755	(12.890.687)	114.470.445
Provisões correntes	2.266.767	235.726	(75.684)	2.426.809
	<u>243.388.777</u>	<u>84.441.022</u>	<u>(60.001.701)</u>	<u>267.828.098</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

Rubricas	Saldo em 31 dezembro 2010 Reexpresso	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2011 Reexpresso
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 13)	4.413	91.119	(1.126)	94.406
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 16)	74.282.757	24.159.129	(16.285.964)	82.155.922
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 17)	18.970.459	5.980.111	(3.888.824)	21.061.746
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 15)	35.596.931	16.974.864	(5.798.236)	46.773.559
Provisões não correntes	62.636.516	33.735.920	(5.336.059)	91.036.377
Provisões correntes	1.598.055	700.000	(31.288)	2.266.767
	<u>193.089.131</u>	<u>81.641.143</u>	<u>(31.341.497)</u>	<u>243.388.777</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Provisões e perdas por imparidade	48.931.954	48.739.516
Perdas de imparidade não refletidas nesta nota		
Diferenças de consolidação (Nota 12)	(1.321.520)	2.424.293
Ativos intangíveis	-	(1.496.000)
Investimentos financeiros (Nota 14)	1.101.337	-
Provisão para desmantelamento de sites de telecomunicações ^(a)	-	1.365.080
Registada em custo das vendas (Nota 15)	16.762.583	16.974.333
Reclass. responsabilidades registradas em "Outros passivos correntes"	1.658.066	14.637.379
Provisão técnicas de resseguros	17.225.851	(2.246.302)
Outros	82.751	1.242.844
	<u>84.441.022</u>	<u>81.641.143</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor de diminuições de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Reversão de provisões e de perdas por imparidade	(10.843.954)	(3.861.581)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(22.390.153)	(14.509.746)
Utilizações e reversões registrados em inventários	(15.997.601)	(5.798.236)
Utilizações e reversões registrados em ativos fixos tangíveis	(8.964.477)	-
Outras responsabilidades (d)	(1.805.516)	(7.171.934)
	<u>(60.001.701)</u>	<u>(31.341.497)</u>

A 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe das Provisões Correntes e Não Correntes para outros riscos e encargos pode ser analisado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Provisão técnicas de resseguros (a)	24.410.745	7.184.894
Responsabilidades futuras relativas a filiais da operação Retalho no Brasil alienadas (b)	24.423.571	10.545.595
Desmantelamento de sites	13.983.949	22.863.571
Garantias de clientes (c)	19.316.820	21.089.854
Processos judiciais em curso	6.933.018	8.622.709
Outras responsabilidades (d)	27.829.151	22.996.521
	<u>116.897.254</u>	<u>93.303.144</u>

- (a) Os valores incluídos em "Provisões técnicas de resseguro" relacionam-se com uma filial da Sonae cuja atividade é resseguro em ramos não-Vida. O valor da provisão pode ser decomposto por 3.212.000 euros (2.321.970 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a provisões para prémios não adquiridos e 21.198.745 euros (4.862.924 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a provisões para sinistros declarados. A parcela a recuperar das resseguradoras encontra-se registada na rubrica do ativo "Provisões técnicas de resseguro cedido" (Nota 15) e "Outras dívidas de terceiros" (Nota 18).
- (b) A rubrica "Provisões não correntes" inclui 24.423.571 euros (10.545.595 euros em 31 de dezembro de 2011) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor. Durante o exercício o Grupo procedeu a uma alteração de estimativa com base nos resultados do 6º processo de conferência de valores com o comprador da antiga subsidiária no Brasil.
- (c) A rubrica de "Provisões não correntes" e o movimento do exercício nesta mesma rubrica, inclui ainda a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de programas de extensão de garantias nos produtos transacionados pelo segmento de negócio do Retalho Especializado no valor de 19.316.820 euros (21.089.854 euros em 31 de dezembro de 2011). Estas extensões são concedidas por um período de um a três anos, após a garantia legalmente obrigatória.
- (d) A rubrica "Outras Responsabilidades" inclui o valor de cerca de 19 milhões de euros (14,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a custos imputados ao exercício corrente ou a exercícios passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa, nos quais se incluem o montante de cerca de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001 e 5,2 milhões de euros relacionados com descontos de roaming.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

33 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	289.550.598	324.515.879
por processos judiciais em curso	289.988	623.465
por processos autárquicos em curso	6.140.484	6.582.372
outras garantias	67.919.086	47.245.424
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	256.179.353	127.221.883

a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

Filiais do segmento Unidades de Retalho prestaram garantias ou fianças a favor da administração fiscal associadas a processos referentes a liquidações adicionais de IVA no valor de 193,9 milhões de euros (148,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos aos períodos de 2004 a 2008, para os quais foram apresentadas ou pretende apresentar as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

As fianças acima referidas foram constituídas por parte da Sonae SGPS, SA a favor da Sonae Investimentos, SGPS, SA. Os mais relevantes dos processos são: i) no valor de cerca de 60 milhões de euros, surge como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada, e II) no valor de cerca de 50 milhões de euros, surge como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2002, correspondem à não aceitação por parte da Administração Fiscal o reconhecimento de perdas fiscais correspondentes à venda e posterior liquidação de uma subsidiária do Grupo.

A rubrica de “Garantias prestadas – por processos fiscais em curso” inclui:

- garantias prestadas no valor de 36 milhões de euros a favor da Administração Fiscal relativas a impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas referentes ao exercício de 2007, o valor mais relevante destas garantias está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro naquele exercício. A Sonae procedeu à impugnação judicial desta liquidação adicional, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que a referida impugnação será procedente;

- uma garantia prestada por uma filial no Brasil do segmento unidades de retalho prestou em exercícios anteriores uma garantia no montante de 27,1 milhões de euros (65,6 milhões de reais), relativos a um processo fiscal que se encontra a ser julgado em tribunal referente a imposto de renda (65,6 milhões de reais em 31 de dezembro de 2011).

Para além das garantias divulgadas anteriormente, na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2012, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (26 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2012 a 39,3 milhões de euros

(39,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 61,3 milhões de euros (57,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, uma subsidiária do segmento das Telecomunicações foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva Nota de Liquidação foi rececionada em Abril de 2011. A subsidiária foi posteriormente notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 e de 2010. A subsidiária impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008 e de 2009 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente ao exercício de 2010. É convicção do Conselho de Administração do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à subsidiária, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos ativos associados a esta operação.

Em 31 de dezembro de 2012, no segmento das Telecomunicações, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37,1 milhões de euros e 29,9 milhões de euros, respetivamente, assim como saldos de 'Outros ativos correntes' no valor de 0,4 milhões de euros, e de 'Outros passivos correntes' no valor de 6,8 milhões de euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. O Grupo considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável ao Grupo. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Por deliberação do Conselho de Administração do ICP - Anacom, foi aplicada, a uma subsidiária do segmento Telecomunicação, uma coima no valor de cerca de 6,5 milhões de euros, no âmbito do processo de contraordenação relativo ao alegado incumprimento, pela subsidiária, da deliberação do Conselho de Administração do ICP- Anacom de 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa. Os Conselhos de Administração da Optimus e da Sonaecom entendem que a Optimus sempre cumpriu com a referida deliberação, pelo que a Optimus impugnou judicialmente a aplicação da referida coima, sendo seu entendimento que a impugnação será julgada procedente.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae.

34 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, ascenderam a 6.054.795 euros e 8.954.885 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	2.565.216	2.451.135
N+1	3.555.872	4.295.221
N+2	2.973.480	3.809.132
N+3	2.126.479	2.774.167
N+4	1.600.837	1.877.972
N+5	1.218.532	1.049.548
Após N+5	1.075.010	525.059
	<u>15.115.426</u>	<u>16.782.234</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 135.810.961 euros (136.088.262 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional em que a Sonae age como locatário.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Sonae tinha celebrado, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	15.717.772	27.316.677
N+1	122.376.391	124.847.030
N+2	113.367.351	115.093.790
N+3	99.247.492	105.602.001
N+4	87.757.974	87.495.031
N+5	77.393.161	76.873.024
Após N+5	537.084.095	499.935.452
	<u>1.052.944.236</u>	<u>1.037.163.005</u>

35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser detalhados como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Vendas de mercadorias	4.540.093.697	4.662.156.812
Vendas de produtos	12.454.179	15.628.444
	<u>4.552.547.876</u>	<u>4.677.785.256</u>
Prestações de serviços	825.974.638	863.065.082
Vendas e prestações de serviços	<u>5.378.522.514</u>	<u>5.540.850.338</u>

36 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser detalhados como segue:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Dividendos	216.683	232.500
Alienação da Cooper Gay Swett & Crawford (Nota 6)	11.756.086	-
Outros	60.317	(116.710)
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais e associadas	11.816.403	(116.710)
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em ativos disponíveis para venda (Nota 6)	1.592.654	-
Outros	3.471.588	-
Imparidade de investimentos em filiais	-	(78.453)
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 6)	(1.101.337)	-
Imparidade de investimentos em ativos disponíveis para venda	-	(12.382)
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	(1.101.337)	(90.835)
	15.995.991	24.955

Em "outros" está incluído o valor de 3.464.657 euros relativos ao justo valor da participação retida na Cooper Gay Swett & Crawford (Nota 7).

37 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser detalhados como segue:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(19.857.844)	(16.684.769)
relativos a obrigações não convertíveis	(50.075.846)	(43.110.814)
relativos a contratos de locação financeira	(1.228.152)	(1.089.816)
relativos a derivados de cobertura	(5.928.650)	(2.575.517)
outros	(7.112.377)	(14.058.710)
	(84.202.869)	(77.519.626)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5.371.806)	(4.543.977)
Encargos de emissão de dívida	(9.165.094)	(7.023.671)
Outros	(7.948.197)	(9.821.253)
	(106.687.966)	(98.908.527)
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	1.843.768	1.378.956
outros	5.749.990	7.821.064
	7.593.758	9.200.020
Diferenças de câmbio favoráveis	4.369.916	6.358.824
Descontos de pronto pagamento obtidos	62.372	89.005
Outros rendimentos e ganhos financeiras	485.785	1.674.543
	12.511.831	17.322.392
Resultados financeiros	(94.176.135)	(81.586.135)

38 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Proveitos suplementares	372.871.531	365.757.183
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.107.864	32.077.546
Diferenças câmbio favoráveis	9.129.377	28.178.595
Trabalhos para a própria empresa	10.223.404	12.588.788
Ganhos na alienação de ativos	4.064.263	19.355.694
Goodwill negativo	-	1.068.375
Reversão de perdas de imparidade	8.989.119	3.503.636
Subsídios	287.866	398.747
Restituição de impostos	580.505	324.454
Outros	8.968.266	7.350.174
	<u>441.222.195</u>	<u>470.603.192</u>

A rubrica de “Proveitos Suplementares” diz essencialmente respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento Retalho, participadas pelos parceiros da Sonae.

A rubrica “Ganhos na alienação de ativos” incluiu cerca de 2,5 milhões de euros em 2012 associados ao ganho decorrente da estimativa de indemnização do incêndio de uma loja “Continente” em Portimão (nota 14). No exercício de 2011 explicam-se pelo processo de *sale & leaseback* operacional que o Grupo conduziu, tendo gerado no processo um encaixe financeiro de cerca de 42 milhões de euros.

39 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Subcontratos	229.996.755	244.253.569
Trabalhos especializados	86.544.622	96.169.512
Publicidade e propaganda	132.451.132	147.958.234
Rendas e alugueres	169.302.012	165.358.921
Comissões	25.944.320	27.472.499
Transportes de mercadorias	51.298.947	57.911.063
Eletricidade e combustíveis	71.097.165	63.420.449
Custos com terminais pagamento automático	23.647.388	25.773.390
Conservação e reparação	27.538.034	35.198.320
Vigilância e segurança	24.178.439	26.432.378
Limpeza, higiene e conforto	21.669.595	22.843.401
Seguros	6.258.158	6.166.431
Comunicação	8.931.991	10.013.665
Deslocações e estadas	13.823.888	15.145.860
Outros	75.508.042	73.002.755
	<u>968.190.488</u>	<u>1.017.120.447</u>

40 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Remunerações	524.671.500	544.245.228
Encargos sobre remunerações	106.210.385	108.626.929
Seguros	9.883.964	12.066.232
Gastos com ação social	3.436.918	1.847.025
Outros gastos com pessoal	12.180.409	11.552.125
	<u>656.383.176</u>	<u>678.337.539</u>

41 OUTROS GASTOS

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Varição cambial	9.173.380	27.838.053
Outros impostos	22.443.030	20.723.916
Perdas na alienação de ativos	1.391.311	1.713.301
Imposto municipal sobre imóveis	2.690.816	3.450.545
Donativos	8.648.722	8.686.609
Dívidas incobráveis	1.094.624	1.931.831
Outros	6.435.704	8.606.924
	<u>51.877.587</u>	<u>72.951.179</u>

42 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são detalhados como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Imposto corrente	23.371.874	28.969.097
Imposto diferido (Nota 20)	1.956.986	(4.861.914)
	<u>25.328.860</u>	<u>24.107.183</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2012 e de 2011 pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Resultado antes de impostos	97.019.243	151.010.737
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(16.573.400)	954.610
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	24.382.535	2.057.015
Imparidade de goodwill (Nota 12)	1.321.520	2.424.293
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	17.101.337	16.728.620
Lucro tributável	123.251.235	173.175.275
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(10.003.332)	(46.079.681)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	36.291.601	12.498.919
	149.539.504	139.594.513
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	37.384.876	34.898.628
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(7.498.355)	(7.259.113)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	(14.038.031)	2.977.049
Utilização de benefícios fiscais	(9.023.280)	(9.357.095)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	1.792.900	(2.369.329)
Tributação autónoma	1.586.008	2.272.109
Derrama	13.476.502	6.338.408
Outros	1.648.240	(3.393.474)
Imposto sobre o rendimento	25.328.860	24.107.183

43 PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, podem ser detalhados como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	155.727	157.611	302.932	-
Empresas controladas conjuntamente	11.179.046	11.324.163	36.818.686	39.093.987
Empresas associadas	32.998.508	33.418.707	1.672.794	2.115.175
Entidades parceiras, acionistas e participadas	64.147.544	65.785.537	21.253.333	22.516.126
	108.480.825	110.686.018	60.047.745	63.725.288
	Juros auferidos		Juros suportados	
Transações	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	-	336.053	607.674	977.984
Empresas controladas conjuntamente	357.634	148.119	-	-
Empresas associadas	472.021	359.462	-	-
Entidades parceiras, acionistas e participadas	-	-	1.812.391	1.841.420
	829.655	843.634	2.420.065	2.819.404



Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	18.901	340.141	912.998	-
Empresas controladas conjuntamente	15.620.816	19.631.101	5.269.818	6.481.764
Empresas associadas	5.374.847	4.465.269	378.425	527.249
Entidades parceiras, acionistas e participadas	15.436.493	16.071.324	13.221.879	7.269.485
	<u>36.451.057</u>	<u>40.507.835</u>	<u>19.783.120</u>	<u>14.278.498</u>

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	-	-	-	-
Empresas controladas conjuntamente	-	-	7.939.822	4.342.159
Empresas associadas	-	-	8.317.566	9.136.860
Entidades parceiras, acionistas e participadas	22.209.147	35.938.565	-	-
	<u>22.209.147</u>	<u>35.938.565</u>	<u>16.257.388</u>	<u>13.479.019</u>

Na rubrica Outras partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, SA, Raso SGPS, SA, Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS SA assim como outros acionistas de empresas filiais ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras filiais da empresa mãe Efanor Investimentos, SGPS, SA.

No exercício de 2012 alienámos a participação detida na Sonae Capital SGPS, SA pelo montante de 3.569.000 euros a uma parte relacionada. Adicionalmente incrementamos a percentagem detida no Fundo de Investimentos Imobiliário Fechado do Imosede através da aquisição de 13% de capital social pelo valor de 20 milhões de euros a parte relacionada.

No exercício de 2012 foram alienadas a administradores da Sonae ou a entidades / pessoas com eles relacionadas 19 obrigações Magma N°1 Securitization Notes detidas pela Sonae Holding pelo valor de 332.590 euros.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, tem a seguinte composição:



	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 ^(b)	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica ^(a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica ^(a)
Benefícios a curto prazo	2.973.905	8.778.605	2.530.270	11.177.621
Benefícios com base em ações	652.000	2.376.524	644.200	3.194.887
	<u>3.625.905</u>	<u>11.155.129</u>	<u>3.174.470</u>	<u>14.372.508</u>

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Holding);

(b) Inclui os colaboradores da Sonae Sierra.

44 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	32.572.259	103.944.076
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	32.572.259	103.944.076
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.872.720.391	1.872.249.464
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido	12.629.313	12.720.766
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(7.553.334)	(4.207.658)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	1.877.796.370	1.880.762.572
Resultado por ação		
Básico	0,017393	0,055518
Diluído	0,017346	0,055267

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 considera 123.238.581 ações como ações próprias (126.840.751 ações em 31 de dezembro de 2011) (Nota 22).

45 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser analisadas como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Recebimentos		
Aplicação Financeira Bradesco e Citibank (Nota 13)	2.182.230	11.913.419
Alienação de 16.600.000 ações da Sonae Capital SGPS	3.569.000	-
Outros	112.742	141.830
	5.863.972	12.055.249
Pagamentos		
Dívida da Lazam pela aquis da ADD e Miral	5.583.606	10.233.268
Aquisição Connectiv (Nota 8)	5.970.672	-
Compra UP'S Imosede	20.000.000	-
Aquisição de ações Sonaecom	6.646.428	2.223.287
Aquisição de Polinsur e Serenitas	695.178	-
Aquisição de filiais do Grupo MDS	-	1.199.288
Outros	600.411	110.558
	39.496.295	13.766.401

46 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2012 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,0331 euros por ação (0,0331 euros por ação em 2011) correspondendo a um valor total de 66.200.000 euros (66.200.000 euros em 2011).

Relativamente a 2012, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0331 euros por ação correspondendo a um valor total de 66.200.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

47 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Conforme apresentado no Relatório de Gestão em maior detalhe os segmentos utilizados pelos órgãos de gestão do Grupo são os seguintes:

- Retalho de base alimentar
- Retalho especializado
- Imobiliário do retalho
- Telecomunicações
- Gestão de Investimentos

A informação por segmentos reportáveis da Sonae de acordo com o IFRS 8 ao nível da Demonstração de resultados pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012	Intragrupo	31 dezembro 2011 Reexpresso	Intragrupo
Volume de negócios				
Sonae MC	3.281.052.311	(3.296.830)	3.347.235.392	(3.500.118)
Ex-Fuel	3.281.052.311	(3.296.830)	3.327.239.402	(3.500.118)
Fuel	-	-	19.995.990	-
Sonae SR	1.180.236.401	-	1.235.035.320	-
Sonae RP	119.889.493	(108.478.175)	119.311.667	(108.253.046)
Sonaeacom	825.438.380	(22.448.806)	863.634.415	(22.752.742)
Gestão de investimentos	104.802.919	(2.074.497)	106.291.960	(709.116)
Eliminações e ajustamentos	(132.896.990)	-	(130.658.416)	(171.022)
Total consolidado	5.378.522.514	(136.298.308)	5.540.850.338	(135.386.044)
Amortizações, provisões e perdas por imparidade				
Sonae MC	84.304.190		90.497.938	
Sonae SR	60.314.264		65.754.240	
Sonae RP	25.493.101		24.986.334	
Sonaeacom	166.942.454		171.217.061	
Gestão de investimentos	9.377.686		9.551.881	
Outros	35.608.805		19.077.375	
Total consolidado	382.040.500		381.084.829	
EBIT				
Sonae MC	160.701.736		134.756.993	
Sonae SR	(106.848.721)		(60.644.822)	
Sonae RP	75.988.596		89.176.715	
Sonaeacom	92.582.895		82.172.902	
Gestão de investimentos	12.291.914		(6.543.642)	
Eliminações e ajustamentos	(2.253.853)		(4.496.759)	
Total consolidado direto	232.462.567		234.421.387	

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2012

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Investimento (CAPEX)		
Sonae MC	77.516.635	91.804.002
Sonae SR	33.558.073	83.757.110
Sonae RP	15.507.647	8.866.877
Sonae com	143.208.000	238.458.804
Gestão de investimentos	1.242.508	6.017.826
Eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	20.965.218	181.454
Total consolidado	291.998.081	429.086.073
Capital Investido		
Sonae MC	395.111.744	483.891.990
Sonae SR	258.068.203	347.470.390
Sonae RP	1.334.747.641	1.360.659.243
Sonae com	955.991.451	826.985.263
Gestão de investimentos	152.294.468	134.490.985
Eliminações e ajustamentos ⁽¹⁾	388.792.687	509.907.063
Total consolidado	3.485.006.194	3.663.404.934
Dívida Líquida Total ⁽²⁾		
Unidades de retalho	784.342.592	975.691.161
Sonae com	360.560.000	309.547.000
Gestão de investimentos	70.926.455	93.349.820
Holding ⁽¹⁾	600.618.233	584.425.797
Total consolidado	1.816.447.280	1.963.013.778

1) Inclui as contas individuais da Sonae;

2) Inclui suprimentos e exclui o contributo de financiamentos de intragrupo titulados;

A rubrica de eliminações e ajustamentos pode ser analisada com segue:

	Volume de Negócios		EBIT	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	(136.298.308)	(135.386.044)	6.868.829	2.331
Contributos das empresas não incluídas nos segmentos	3.401.318	4.946.226	(9.122.682)	(4.499.090)
Outros	-	(218.598)	-	-
Eliminações e ajustamentos	(132.896.990)	(130.658.416)	(2.253.853)	(4.496.759)
	Investimento		Capital Investido	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Intragrupos intersegmentos	366.360	150.069	18.299.053	51.824.968
Participações financeiras	20.000.000	-	455.548.457	513.459.627
Cash settled equity swap ⁽³⁾	-	-	(84.664.905)	(55.936.771)
Outros	598.858	31.385	(389.918)	559.239
Eliminações e ajustamentos	20.965.218	181.454	388.792.687	509.907.063

3) Instrumento financeiro explicitado da Nota 22.

Glossário:

Capital Investido = Imobilizado bruto + outros ativos imobilizados (incluindo Goodwill) - amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de maneo (o qual inclui valores de ativos e passivos não correntes, que não dívida líquida total);

Dívida Líquida Total = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos + locações financeiras + derivados – caixa, depósitos bancários e investimentos correntes – outras aplicações de longo prazo;

EBIT Direto = EBT + resultado financeiro + resultado direto dos centros comerciais + outros resultados

Eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições; Investimento bruto, excluindo o encaixe decorrente da alienação de ativos

Resultado direto – exclui os contributos para o resultado indireto;

Resultados indiretos – Inclui resultados da Sonae Sierra, líquidos de impostos, relativos a : i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas de imparidade (incluindo goodwill) e (iv) provisões para assets at risk; e outras provisões para possíveis responsabilidades futuras e imparidades em ativos não "core" e/ou em operações descontinuadas

As vendas e prestações de serviços e o resultado antes de imposto por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Resultado antes de impostos	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Resultado antes de impostos
Portugal	4.996.418.443	103.686.067	5.176.590.159	153.991.026
Espanha	327.728.784	(32.455.460)	315.700.240	(15.709.338)
Inglaterra	3.493.835	79.614	3.866.176	(323.252)
Brasil	35.363.447	(18.032.204)	35.150.657	(6.108.769)
Resto da Europa	5.996.893	43.417.012	6.309.635	19.953.736
Resto do Mundo	9.521.112	324.214	3.233.472	(792.666)
	<u>5.378.522.514</u>	<u>97.019.243</u>	<u>5.540.850.339</u>	<u>151.010.737</u>

A repartição dos colaboradores da Sonae pelos diversos negócios pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
	Retalho	29.643
Telecomunicações	2.083	2.103
Gestão de investimentos	1.251	1.121
Sonae Holding	17	17
	<u>32.994</u>	<u>32.393</u>

48 INFORMAÇÃO FINANCEIRA RELATIVAMENTE AOS EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os valores de Ativos, Passivos, Rendimentos e ganhos e Gastos e perdas relativos aos empreendimentos conjunto estão divulgados na Nota 6. No entanto tendo em consideração a relevância das demonstrações financeiras da Sonae Sierra e dado que esta está a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial, apresentamos de seguida as situações mais relevantes (os valores divulgados não estão proporcionalizados pela percentagem de detenção):

a) Propriedades de investimentos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, foi o seguinte:

	Propriedades de investimento					Total
	Em exploração	"Fit Out"	em desenvolvimento		Adiantamentos	
			ao custo	ao justo valor		
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	3.259.697.429	4.057.499	123.287.636	78.528.389	1.725.000	3.467.295.954
Adições	24.032.320	(0)	29.463.930	62.228.801	(0)	115.725.051
"Write-off" e imparidades	-	-	(9.558.884)	-	-	(9.558.884)
Recebimentos	(120.000.000)	-	(13.399.528)	-	-	(133.399.528)
Recebimento de Fit-out	-	(384.103)	-	-	-	(384.103)
Transferências	-	-	(4.080)	(1.308.403)	-	(1.312.483)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:						
Custo de produção	13.017.636	-	-	(13.017.636)	-	-
Ajustamento para justo valor	1.535.365	-	-	(1.311.250)	-	224.114
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre anos:						
- Ganhos	84.938.408	173.103	-	-	-	85.111.510
- Perdas	(122.453.992)	(35.000)	-	-	-	(122.488.992)
Adições por concentrações de atividades empresariais	-	-	6.000.000	-	-	6.000.000
Diferenças de conversão cambial	(39.809.665)	-	(1.551.955)	(4.545.797)	-	(45.907.417)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	3.100.957.500	3.811.499	134.237.120	120.574.104	1.725.000	3.361.305.223
Adições	12.216.007	42.500	89.736.186	14.317.315	-	116.312.007
Recebimentos	15.236.513	-	-	-	-	15.236.513
"Write-off" e imparidades	(12.494.000)	-	(19.926.287)	-	-	(32.420.287)
Alienações	(208.763.193)	-	(8.609.386)	-	-	(217.372.579)
Recebimento de Fit-out	-	(400.617)	-	-	-	(400.617)
Transferências	-	(15.089)	(1.222.037)	(143.114)	-	(1.380.240)
Adições por transferência de propriedades de investimento em construção:						
Custo de produção	105.064.307	15.089	25.873.322	(130.952.718)	-	-
Ajustamento para justo valor	4.388.899	-	(11.765.623)	(1.301.522)	-	(8.678.246)
Variação no justo valor das propriedades de investimento entre ano:						
- Ganhos	53.731.346	43.789	-	-	-	53.775.136
- Perdas	(177.116.239)	(714.267)	-	-	-	(177.830.506)
Adições por concentrações de atividades empresariais	-	-	24.144.733	-	-	24.144.733
Diferenças de conversão cambial	(57.536.342)	-	(9.470.851)	(2.494.065)	-	(69.501.257)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	2.835.684.798	2.782.905	222.997.177	-	1.725.000	3.063.189.880

O montante de 19.926.287 euros reconhecido como "Imparidades e abates" refere-se essencialmente, às perdas por imparidade referentes às propriedades de investimento em desenvolvimento para as quais existe incerteza quanto à sua viabilidade futura.

Adicionalmente, o Grupo reconheceu uma perda por imparidade no montante de 12.494.000 euros relativamente ao centro comercial Pantheon Plaza.

As alienações no montante de 208.763.193 euros respeitam: (i) à alienação do centro comercial localizado na Alemanha, detido pela participada Münster Arkaden BV (167.094 mil euros) e (ii) à alienação pela Sonae Sierra Brasil dos 10% de detenção no

centro comercial Pátio Boavista, dos 73,18% de detenção no centro comercial Shopping Penha e dos 30% de detenção no centro comercial Tivoli Shopping (41.669 mil euros).

O montante de 8.609.386 euros relativo a “alienações de propriedades de investimento em desenvolvimento” respeita ao recebimento em 2012 de adiantamentos efetuados em exercícios anteriores a projetos em Itália e no Brasil que foram cancelados.

O montante de 24.144.733 euros considerado como “Adições por concentração de atividades empresariais” refere-se à compra de 50% da S.C. Caelum Development Srl que é detentora do ParkLake Plaza localizado na Roménia.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o montante das propriedades de investimento em exploração pode ser detalhado como segue:



	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011		
	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	milhares de euros	10 anos "discount rate" (intervalo)	Intervalo de Yields	milhares de euros
Península Ibérica	9,10% e 13,65%	6,85% e 11,15%	1.795.978	8,15% e 12,05%	6,15% e 10,05%	1.930.202
Resto da Europa	6,75% e 14,50%	6,25% e 11,50%	533.874	6,50% e 13,00%	6,00% e 10,00%	684.483
Brasil	8,65% e 14,00%	6,45% e 9,50%	505.833	12,75% e 14,00%	8,25% e 9,50%	486.272
			<u>2.835.685</u>			<u>3.100.957</u>

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield, CBRE e Jones Lang LaSalle).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os “Practice Statements” do “RICS Appraisal and Valuation Manual” publicado pelo “The Royal Institution of Chartered Surveyors” (“Red Book”), sediado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rentabilidade de mercado (“Exit yield” ou “cap rate”). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rentabilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em conta algumas premissas que, de acordo com a classificação do “Red Book”, são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

Incerteza do mercado

De acordo com os avaliadores, sempre que a incerteza do mercado possa ter um efeito material no valor da propriedade, o Red Book exige a divulgação do facto, com indicação da causa e do grau de incerteza que foi refletido na avaliação.

É opinião dos avaliadores que a falta de financiamento continua a ter impacto no mercado, especialmente para os ativos secundárias, que tiveram um volume de transações anormalmente baixas. Como consequência, os avaliadores tiveram de exercer um maior grau de julgamento do que é habitual. Os avaliadores consideraram as evidências do mercado atual e histórica disponível e esforçou-se por refletir o sentimento do mercado atual, embora os sinais se apresentem misturados.

Considera-se que os avaliadores podem fechar as suas avaliações, com um intervalo de valores. Num mercado ilíquido este intervalo deverá ser maior, porque a incerteza que lhe é inerente obriga a um maior juízo de valor.

Apesar de algumas empresas enfrentarem dificuldades financeiras, não se pode concluir que toda a recente atividade do mercado tenha sido devida a transações forçadas. O desequilíbrio entre a oferta e a procura (por exemplo, menos compradores que vendedores) nem sempre é sinónimo de transações forçadas. Um vendedor que esteja sob pressão financeira para vender poderá conseguir vender a preço de mercado se houver mais do que um potencial comprador e se tiver o tempo necessário para comercializar o imóvel. De igual modo, as transações iniciadas durante um processo de falência não devem automaticamente ser consideradas como transações forçadas.

b) Goodwill

O valor do goodwill associado ao segmento de Centros Comerciais é alocado a cada uma das empresas que detêm propriedades de investimento. Os testes de imparidade são efetuados por comparação com o "Net Asset Value" à data da demonstração da posição financeira das participações que detêm as referidas propriedades.

O "Net Asset Value" resulta da valorização das propriedades de investimento a valores de mercado (Open Market Value) não incluindo a dedução de impostos diferidos sobre mais-valias não realizadas.

c) Outros ativos não correntes

A Sonae Sierra tem registado em "Outros ativos não correntes" o montante 7.8 milhões de euros a receber da Câmara Municipal de Lisboa respeitante aos trabalhos executados pela participada Centro Colombo – Centro Comercial, S.A. ("Colombo") na área circundante do centro Colombo, por conta da Câmara Municipal de Lisboa ("CML") ao abrigo de protocolos assinados, que foram acordados entre os serviços técnicos da CML e a Colombo no final de 2001. Por outro lado a rubrica de "Outros credores não correntes" em 31 de dezembro de 2012 e 2011 inclui o montante de 3.2 milhões de euros relativo a trabalhos executados pela CML por conta da Colombo e licenças camarárias. Foi interposta uma ação judicial em 2001, visando a cobrança dos valores referidos acrescidos de juros e outros custos incorridos pela Colombo no âmbito dos referidos protocolos, sendo convicção da Administração da Colombo, suportada em pareceres dos seus assessores legais, que a mesma lhe será favorável, razão pela qual não registou qualquer perda por imparidade para fazer face a perdas na recuperação desta conta a receber.

d) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2012, os principais passivos contingentes da Sonae Sierra respeitavam às seguintes situações:

- a) Durante 2010, a subsidiária Gli Orsi foi notificada pela Administração fiscal italiana no pagamento de imposto sobre o rendimento no montante de 10,6 milhões de euros. Esta notificação foi reclamada pelo Grupo, sendo que para a prossecução da mesma por via judicial, o Grupo teve de efetuar um adiantamento no montante de 3,2 milhões de euros; em janeiro de 2012 a decisão de primeira instância foi favorável à empresa e o referido adiantamento foi devolvido. As autoridades fiscais recorreram por sua vez da decisão do tribunal e a audiência teve lugar em dezembro de 2012 mas até à data de fecho destas contas ainda não tinha sido disponibilizada a decisão final;
- b) Durante 2010 a subsidiária Sierra Investments SGPS S.A. prestou uma garantia à administração fiscal portuguesa, no montante de 5.6 milhões de euros, para fazer face à reclamação apresentada pela Sonae Sierra em relação a uma notificação em sede de imposto sobre o rendimento recebida. Não foi registada pelo Grupo nenhuma provisão por ser entendimento que o risco desta contingência não é provável.
- c) Em Março de 2011 o Grupo ganhou um procedimento arbitral contra a Olympic Properties S.A. (agora denominada de ETA e dona do terreno dum projeto na Grécia) permitindo-lhe suspender o pagamento das rendas até que a licença de construção seja emitida. Nessa mesma data o Grupo comprometeu-se perante a ETA a cumprir as obrigações assumidas no contrato de concessão.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 existiam as seguintes garantias bancárias prestadas pela Sonae Sierra a terceiros:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Garantias prestadas (milhares de euros):		
por processos fiscais em curso	3.501	3.501
por processos judiciais em curso	105	167
por bom cumprimento da construção de vários projetos	3.569	15.454
por bom cumprimento das obrigações com o comprador do Munster	19.000	-
por conta de empréstimos bancários obtidos	11.500	11.500
outras garantias	3.888	2.410

Não foi constituída qualquer provisão para fazer face aos compromissos de construção / desenvolvimento de projetos, por os mesmos estarem relacionados com investimentos futuros.

Relativamente às garantias bancárias relativas a processos fiscais, não foi registada pelo Grupo nenhuma provisão por ser entendimento que o risco dos mesmos não é provável.

49 COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A ALIENAÇÃO DE PARTICIPADAS SUJEITA A REVISÕES DE PREÇO

No âmbito da alienação de 49,9% das ações da Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings BV (Sierra BV) a um grupo de Investidores, ocorrida em 2003, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV, desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente, detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sonae Sierra às Luxcos ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais valias.

A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos Investidores na Sierra BV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- (i) no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 118 milhões de euros;
- (ii) no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 59 milhões de euros;
- (iii) no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente, detém o ativo, a revisão de preço, somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV ("Net Asset Value").

Garantias semelhantes foram prestadas pela Sonae Sierra em relação às sociedades transferidas para a Sierra BV após 2003.

Estas garantias são válidas durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sonae Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes deste ou daquelas serem oferecidos a terceiros.

O Conselho de Administração entende que relativamente à estratégia de saída do Sierra BV a qual de acordo com o contrato de constituição estava prevista ocorrer em Outubro de 2013 (10 anos após a constituição), será para já tomada a opção prevista no mesmo de estender o período do Sierra Bv por dois períodos de 1 ano (a contar a partir de 2013), tal como previsto no contrato. Adicionalmente, encontram-se a ser negociadas com os investidores do Sierra BV, alternativas para a extensão do mesmo por um período adicional de tempo.

É entendimento da Sonae, que a venda direta do ativo não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.

50 APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e EBITDA recorrente, a demonstração de resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto de acordo com a prática corrente no segmento dos Centros Comerciais, conforme descrito no parágrafo seguinte. O resultado Indireto inclui o efeito de provisões para possíveis responsabilidades futuras relativos a operações descontinuadas e imparidades em ativos não core.

O Resultado Indireto inclui os resultados do segmento dos Centros Comerciais para a demonstração de resultados consolidada, líquidos de impostos, que resultam de: i) avaliação de propriedades de investimento; (ii) ganhos (perdas) registadas com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas de imparidade (incluindo goodwill); (iv) provisões para assets a risk

O valor de EBITDA é calculado apenas na componente de Resultado direto, i.e. excluindo os contributos indiretos.

Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração de resultados consolidada dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto	Consolidado	Resultado indireto	Resultado direto
Volume de negócios	5.378.522.514	-	5.378.522.514	5.540.850.338	-	5.540.850.338
Ganhos ou perdas relativos a investimentos						
Dividendos e outros ajustamentos	216.683	216.683	-	232.500	232.500	-
Imparidades	(1.101.337)	(1.101.337)	-			
Outros (Nota 38)	16.880.645	-	16.880.645	(207.545)	-	(207.545)
Outros proveitos						
Goodwill negativo	-	-	-	1.068.375	-	1.068.375
Reversão de perdas por imparidade	10.889.667	-	10.889.667	3.938.989	-	3.938.989
Outros	430.332.529	-	430.332.529	465.218.650	-	465.218.650
Total de proveitos	5.835.740.701	(884.654)	5.836.625.355	6.011.101.307	232.500	6.010.868.807
Total de gastos	(5.224.312.538)	-	(5.224.312.538)	(5.395.362.591)	-	(5.395.362.591)
Amortizações e depreciações	(333.108.546)	-	(333.108.546)	(332.345.313)	-	(332.345.313)
Imparidades não recorrentes de inventários	(13.809.750)	-	(13.809.750)	-	-	-
Provisões e perdas por imparidade						
Provisões para extensões de garantia	(75.245)	-	(75.245)	(8.358.133)	-	(8.358.133)
Provisões e imparidades não usuais	(906.000)	-	(906.000)	(4.896.878)	-	(4.896.878)
Outras	(47.950.709)	(16.000.000)	(31.950.709)	(35.484.505)	-	(35.484.505)
Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas	215.577.913	(16.884.654)	232.462.567	234.653.887	232.500	234.421.387
Resultados financeiros	(94.176.134)	-	(94.176.134)	(81.586.135)	-	(81.586.135)
Resultados de associadas e outros						
Sonae Sierra	(23.847.555)	(55.139.875)	31.292.320	4.874.153	(27.154.530)	32.028.683
Outros	(534.981)	(216.683)	(318.298)	(6.931.168)	(232.500)	(6.698.668)
Resultados antes de impostos	97.019.243	(72.241.212)	169.260.455	151.010.737	(27.154.530)	178.165.267
Impostos sobre o rendimento	(25.328.860)	-	(25.328.860)	(24.107.183)	-	(24.107.183)
Resultado líquido	71.690.383	(72.241.212)	143.931.595	126.903.554	(27.154.530)	154.058.084
Atribuível aos acionistas	32.572.259	(72.241.212)	104.813.471	103.944.076	(27.154.530)	131.098.606
Interesses sem controlo	39.118.124	-	39.118.124	22.959.478	-	22.959.478
EBITDA (a)			600.441.905			602.140.719

- (a) EBITDA é calculado como Volume de negócios + Outras receitas - Goodwill negativo - Reversão de perdas por imparidade - Gastos operacionais - Provisões para extensões de garantias + Ganhos/perdas com alienação de filiais- imparidades não recorrentes de inventários - Provisões e imparidades não usuais.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:



Resultado indireto	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Resultado indireto da Sonae Sierra	(55.139.875)	(27.154.530)
Provisão para contingências no Brasil (Nota 32)	(15.000.000)	-
Imparidade do investimentos financeiros e suprimentos (Nota 6 e 32)	(2.101.337)	-
Total	(72.241.212)	(27.154.530)

O recorrente pode ser analisados como segue:



	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
EBITDA	600.441.905	602.140.719
Mais valia com a alienação da Cooper Gay Sweet & Crawford (Nota 6)	(15.227.674)	-
Mais valia na alienação de imóveis	-	(16.300.000)
Gastos não recorrentes da Sonae RE relativos a sinistros	5.000.000	2.500.000
Indemnizações	2.800.000	-
Outros gastos considerados não recorrentes	3.540.773	3.700.000
EBITDA recorrente	596.555.004	592.040.719

51 EVENTOS SUBSEQUENTES

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, SA, a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada United International Holdings BV, conjuntamente referidas como "Kento/Jadeium"), de terem alcançado um acordo no sentido de promover juntos das administrações da Zon Multimedia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA ("Zon"), e da Optimus SGPS, SA uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom SGPS, SA efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira da Optimus SGPS, SA para a ZOPT.

A 7 de Março, as Assembleias Gerais extraordinárias de acionistas da Optimus SGPS e da Zon aprovaram o projeto de fusão por incorporação em que são intervenientes ambas as empresas nos termos que tinha sido aprovados pelos Conselhos de Administração em 21 de janeiro de 2013. A eficácia destas deliberações ficará sujeita à verificação prévia das seguintes condições: (i) à não oposição da Autoridade da Concorrência; (ii) emissão de declaração de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória (OPA) por parte da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários; e (iii) o cumprimento das demais formalidades administrativas e societárias aplicáveis ou necessárias à concretização da fusão.

A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Telecom ("FT-Orange") concluíram um acordo que consiste na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom atualmente detidos por uma subsidiária da FT-Orange. A opção de compra da Sonae poderá ser exercida nos 18 meses seguintes e a opção de venda da FT-Orange nos 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas as opções é de 98,9 milhões de euros, podendo ser elevado para 113,5 milhões de euros no caso de participação da Sonaecom ou da Optimus em alguma operação material de consolidação ou reestruturação do sector das Telecomunicações em Portugal, cujo anúncio tenha lugar nos 24 meses seguintes. Este acordo fica condicionado a que a CMVM confirme que dele não resulta o exercício concertado de influência com imputação à FT-Orange dos direitos de voto inerentes às ações da Sonaecom detidas pela Sonae, considerando ilidida a presunção prevista no art. 20º, nº4, do Código dos Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2013. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo; Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela; membro do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia; membro do Conselho de Administração

Bernd Bothe; membro do Conselho de Administração

Christine Cross; membro do Conselho de Administração

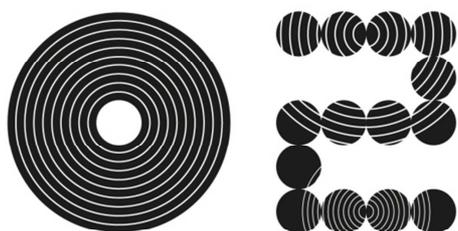
Michel Marie Bon; membro do Conselho de Administração

José Neves Adelino; membro do Conselho de Administração

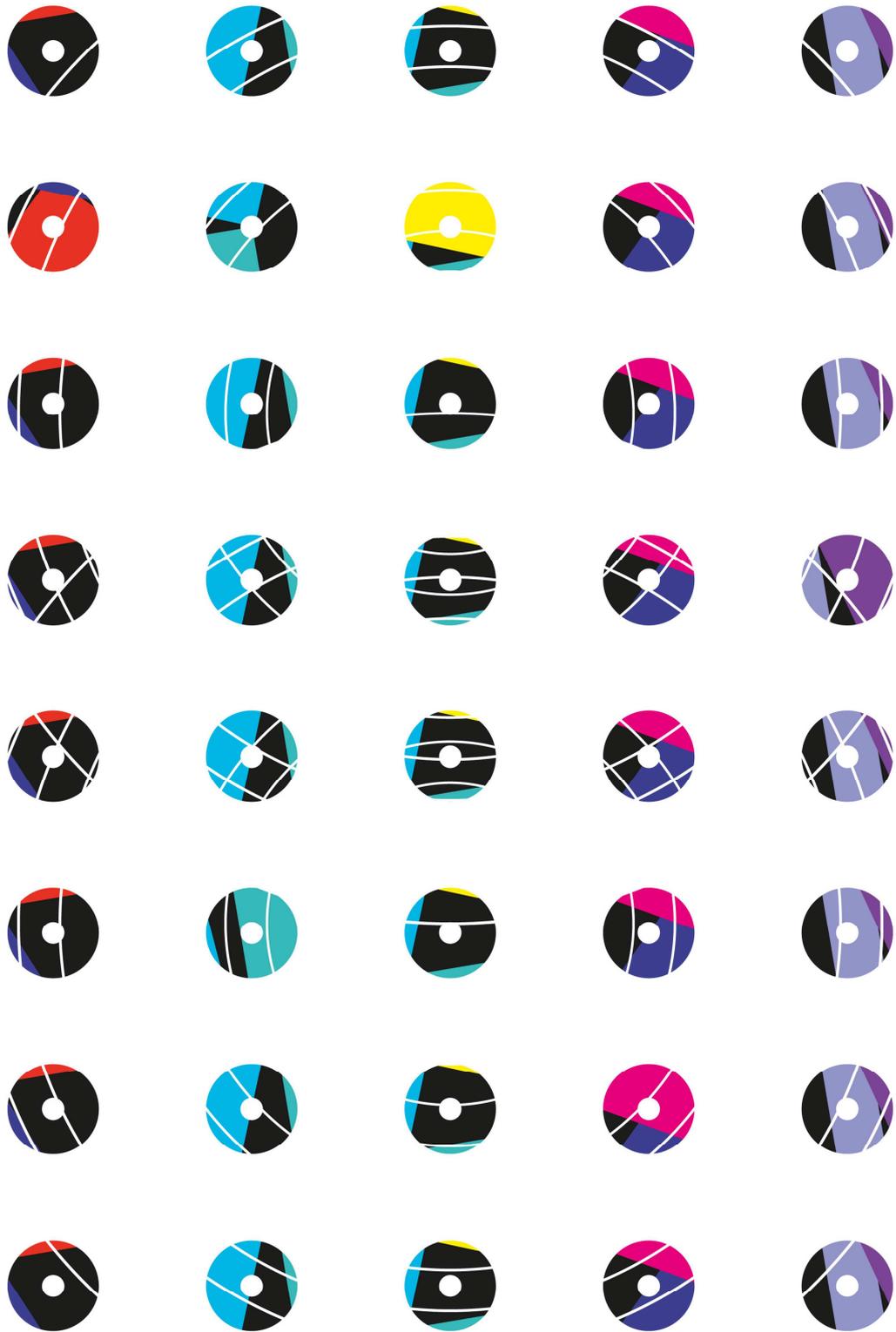
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo; CEO

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério; membro da Comissão Executiva

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão; membro da Comissão Executiva



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS



Demonstrações da Posição Financeira Individual em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
ATIVOS NÃO CORRENTES:			
Ativos fixos tangíveis	6	178.042	208.831
Ativos intangíveis	7	28.770	77.138
Investimentos em empresas do grupo	4, 8	3.503.796.314	3.561.020.983
Outros investimentos	4, 9	38.628.607	42.214.426
Outros ativos não correntes	4, 10	352.823.000	393.745.945
Total de ativos não correntes		<u>3.895.454.733</u>	<u>3.997.267.323</u>
ATIVOS CORRENTES:			
Clientes	4, 11	467.461	503.725
Outras dívidas de terceiros	4, 12	11.287.813	13.909.190
Estado e outros entes públicos	13	1.270.260	798.587
Outros ativos correntes	4, 14	2.057.079	431.397
Caixa e equivalentes de caixa	4, 15	158.667.623	75.589
Total de ativos correntes		<u>173.750.236</u>	<u>15.718.488</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>4.069.204.969</u>	<u>4.012.985.811</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	16	2.000.000.000	2.000.000.000
Reservas legais	17	187.137.648	187.137.648
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	18	1.119.192.176	1.243.726.640
Resultado transitados		(63.194.492)	322.737
Resultado líquido do exercício		22.964.317	(63.517.229)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>3.266.099.649</u>	<u>3.367.669.796</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 20	595.047.114	497.997.648
Empréstimos bancários	4, 20	74.024.250	-
Outros passivos não correntes	4, 8	3.992.080	-
Outros empréstimos	4, 20	6.993.896	11.007.789
Total de passivos não correntes		<u>680.057.340</u>	<u>509.005.437</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 20	99.919.906	-
Empréstimos bancários	4, 20	1.961.683	90.600.000
Outros empréstimos	4, 20	1.674.286	-
Fornecedores	4	443.191	662.785
Outras dívidas a terceiros	4, 21	7.680.960	40.240.610
Estado e outros entes públicos	13	214.619	555.382
Outros passivos correntes	4, 22	11.153.335	4.251.801
Total de passivos correntes		<u>123.047.980</u>	<u>136.310.578</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>4.069.204.969</u>	<u>4.012.985.811</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

Demonstrações Individuais dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Prestações de serviços	26	476.701	472.682
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	27	26.836.460	(78.016.561)
Rendimentos e ganhos financeiros	28	33.388.218	42.447.504
Outros rendimentos		2.458.028	1.506.844
Fornecimentos e serviços externos	29	(2.995.820)	(2.077.556)
Gastos com o pessoal	30	(2.450.853)	(2.255.791)
Depreciações e amortizações	6, 7	(108.546)	(105.431)
Gastos e perdas financeiras	28	(33.079.256)	(24.768.475)
Outros gastos e perdas		(1.551.201)	(581.026)
Resultado antes de impostos		<u>22.973.731</u>	<u>(63.377.810)</u>
Imposto sobre o rendimento	31	(9.414)	(139.419)
Resultado líquido individual do exercício		<u>22.964.317</u>	<u>(63.517.229)</u>
Resultados por ação			
Básico	32	0,011485	(0,031759)
Diluído	32	0,011480	(0,031744)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

Demonstrações Individuais do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Resultado líquido individual do exercício	22.964.317	(63.517.229)
Varição no justo valor dos ativos disponíveis para venda	(61.201.255)	(41.401.857)
Transferência de justo valor dos ativos disponíveis para venda para resultados do exercício	50.271	(6.345)
Perdas de imparidade em ativos disponíveis para venda	-	2.490.000
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	2.646.872	2.632.607
Outro rendimento integral do exercício	(58.504.112)	(36.285.595)
Total rendimento integral individual do exercício	(35.539.795)	(99.802.824)

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

Demonstrações Individuais das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Reservas e resultados transitados										
		Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas de justo valor	Reservas cobertura	Reserva para planos pagamento baseados em ações	Reservas livres	Resultados transitados	Total reservas e res.transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011		2.000.000.000	-	167.816.034	612.472.662	(7.662.771)	725.653	373.469.086	322.737	1.147.143.401	386.432.293	3.533.575.694
Total rendimento integral individual do exercício		-	-	-	(38.918.202)	2.632.607	-	-	-	(36.285.595)	(63.517.229)	(99.802.824)
Aplicação do resultado individual de 2010:												
Transferência para reserva legal e reservas livres	17	-	-	19.321.614	-	-	-	300.910.679	-	320.232.293	(320.232.293)	-
Dividendos distribuídos	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(66.200.000)	(66.200.000)
Aquisição de ações próprias		-	(289.862)	-	-	-	-	-	-	-	-	(289.862)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	19	-	289.862	-	-	-	100.300	(3.374)	-	96.926	-	386.788
Saldo em 31 de dezembro de 2011		2.000.000.000	-	187.137.648	573.554.460	(5.030.164)	825.953	674.376.391	322.737	1.431.187.025	(63.517.229)	3.367.669.796
Saldo em 1 de janeiro de 2012		2.000.000.000	-	187.137.648	573.554.460	(5.030.164)	825.953	674.376.391	322.737	1.431.187.025	(63.517.229)	3.367.669.796
Total rendimento integral individual do exercício		-	-	-	(61.150.984)	2.646.872	-	-	-	(58.504.112)	22.964.317	(35.539.795)
Aplicação do resultado individual de 2011:												
Transferência para resultados transitados		-	-	-	-	-	-	-	(63.517.229)	(63.517.229)	63.517.229	-
Dividendos distribuídos	34	-	-	-	-	-	-	(66.187.813)	-	(66.187.813)	-	(66.187.813)
Aquisição de ações próprias		-	(2.612.424)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.612.424)
Alienação de ações próprias		-	2.346.376	-	-	-	-	98.337	-	98.337	-	2.444.713
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	19	-	266.048	-	-	-	(170.952)	230.076	-	59.124	-	325.172
Saldo em 31 de dezembro de 2012		2.000.000.000	-	187.137.648	512.403.476	(2.383.292)	655.001	608.516.991	(63.194.492)	1.243.135.332	22.964.317	3.266.099.649

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

Demonstrações Individuais dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		512.727	466.755
Pagamentos a fornecedores		(2.876.547)	(2.651.766)
Pagamentos ao pessoal		(2.085.266)	(1.906.825)
Fluxos gerados pelas operações		(4.449.086)	(4.091.836)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(610.903)	118.428
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		512.413	(124.377)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(4.547.576)	(4.097.785)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	33	22.689.000	19.549.954
Ativos fixos tangíveis		170	2.066
Ativos intangíveis		-	650
Juros e rendimentos similares		33.671.828	47.499.246
Dividendos	27	29.071.221	107.599
Outros		3.291.839	-
Empréstimos concedidos		668.825.307	1.352.499.177
		757.549.365	1.419.658.692
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	33	(23.263.454)	(500.002.245)
Ativos fixos tangíveis		(20.201)	(37.014)
Ativos intangíveis		(9.188)	(14.071)
Empréstimos concedidos		(627.783.241)	(895.333.546)
		(651.076.084)	(1.395.386.876)
Fluxos das atividades de investimento (2)		106.473.281	24.271.816
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		1.722.262.341	2.743.131.000
Venda de ações próprias		2.189.569	-
		1.724.451.910	2.743.131.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.568.619.259)	(2.673.776.000)
Juros e gastos similares		(30.367.342)	(23.274.245)
Dividendos		(66.186.556)	(66.196.465)
Aquisição ações próprias		(2.612.424)	(289.862)
		(1.667.785.581)	(2.763.536.572)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		56.666.329	(20.405.572)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		158.592.034	(231.541)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15	75.589	307.130
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	158.667.623	75.589

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

SONAE, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE, SGPS, SA (“Empresa” ou “Sonae”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia.

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais intercalares foram apresentadas trimestralmente, de acordo com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros, incluindo participações em empresas subsidiárias, que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2012, e que se encontram divulgados na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos nas demonstrações financeiras anexas dado não serem aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da Empresa.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não irão implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa.

2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar fiavelmente o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

2.5 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes ativos não são amortizados.

2.6 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes.

Os investimentos em partes de capital em filiais, associadas ou empreendimentos conjuntos, são classificados como investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira (medido pela cotação ou valor de avaliação), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição ou referencial da última data para os quais foi possível mensurar com fiabilidade o seu justo valor, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor através de resultados são registados na demonstração dos resultados nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano é considerado que o efeito de desconto seria imaterial.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de gastos e perdas financeiras da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

f) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para os quais o efeito do desconto é imaterial.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1..

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura caso existam, são registadas nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação ser coberta no início da cobertura;
- Transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura da demonstração da posição financeira, sendo transferidas para as rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Nos instrumentos derivados, embora contratados de acordo com a Política de Risco de Taxa de Juro definida no ponto 3.4.1 (derivados sob a forma de opções de taxa de juro), em relação aos quais a Empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo e que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, sendo que as variações de justo valor afetam diretamente as rubricas de ganhos ou perdas financeiras da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os instrumentos de acolhimento não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

j) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

k) Imparidade

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar a existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

No caso de investimentos em partes de capital classificados como disponíveis para venda considera-se que um investimento se encontra em imparidade quando ocorre um declínio significativo ou prolongado do seu justo valor abaixo do seu custo de aquisição.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias que não sejam cotadas e, consequentemente mensurados pelo seu custo de aquisição líquido de imparidade (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias) a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor dos ativos líquidos da filial em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da Empresa.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Com exceção de ativos financeiros relativos a instrumentos de capital próprio, se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

2.7 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.9 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

2.11 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

Quando a liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal.

Quando a liquidação é efetuada em dinheiro o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição e posteriormente atualizado no final de cada período de reporte em função do número de ações e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em gastos com pessoal e outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.12 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

São registados impostos diferidos nas situações aplicáveis de acordo com o método da demonstração da posição financeira, sendo que os ativos por impostos diferidos apenas são constatados nas situações em que seja provável a sua recuperação.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Empresa.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Departamento Financeiro e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma holding, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portfólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias.

Adicionalmente a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portfolio (venda de participações), mas nessas situações excepcionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de escrow accounts, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de rating e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção Financeira e de Tesouraria, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de rating.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da Holding.

3.3 Risco de liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos, constituída essencialmente por obrigações de longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2012, o total da dívida bruta era de 780 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 era de 600 milhões de euros).

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2012 a maturidade média da dívida da Sonae era de aproximadamente 1,9 anos (em 31 de dezembro de 2011 era de 2,3 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A Sonae tem 181,5 milhões de euros de linhas de crédito contratadas das quais apenas 31% são anuláveis com pré-aviso de 6 meses sendo as restantes anuláveis com pelo menos 360 dias de antecedência, que se encontravam totalmente disponíveis (a 31 de dezembro de 2011 tinha linhas de crédito contratadas no valor de 191,5 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes. Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2012 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes de 159 milhões de euros (0,075 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

3.4 Risco de taxa de juro

3.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (swaps, FRA's e opções). A totalidade da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando swaps de taxa de juro ou FRA's), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando zero cost collars ou cap's).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem contudo ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades

normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 3.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- A determinação do justo valor das operações de cobertura teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes. A estimativa dos cash-flows futuros é efetuada com base nas cotações forward implícitas na curva de mercado e o respetivo desconto para o presente, é realizado utilizando a curva de taxa de juro mais representativa do mercado, construída com base em informação de fontes credíveis veiculada pela Bloomberg, entre outros. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação. Esta análise assume que todas as outras variáveis se mantêm constantes;
- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 0,75 pontos percentuais superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas individuais) em 31 de dezembro de 2012 seria inferior em cerca de 1,5 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2011 seriam superiores em cerca de 584 mil euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro, em mais 0,75 pontos percentuais superiores, a 31 de dezembro de 2012 seria superior em cerca de 3,2 milhões de euros (3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011), excluindo o efeito em resultados líquidos.

3.5 Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas contudo à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de transação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

Risco de preço e de mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados nas Nota 8.

4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E JUSTO VALOR

As políticas contábilísticas apresentadas na nota 2.6 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo apresentadas:



		31.dezembro.2012				
	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos financeiros						
Ativos não correntes						
Investimentos em empresas do grupo	8	-	3.503.796.314	3.503.796.314	-	3.503.796.314
Outros investimentos	9	-	38.628.607	38.628.607	-	38.628.607
Outros ativos não correntes	10	352.823.000	-	352.823.000	-	352.823.000
		<u>352.823.000</u>	<u>3.542.424.921</u>	<u>3.895.247.921</u>	<u>-</u>	<u>3.895.247.921</u>
Ativos correntes						
Clientes	11	467.461	-	467.461	-	467.461
Outras dívidas de terceiros	12	11.287.813	-	11.287.813	-	11.287.813
Outros ativos correntes	14	1.974.168	-	1.974.168	82.911	2.057.079
Caixa e equivalentes de caixa	15	158.667.623	-	158.667.623	-	158.667.623
		<u>172.397.065</u>	<u>-</u>	<u>172.397.065</u>	<u>82.911</u>	<u>172.479.976</u>
		<u>525.220.065</u>	<u>3.542.424.921</u>	<u>4.067.644.986</u>	<u>82.911</u>	<u>4.067.727.897</u>
		31.dezembro.2011				
	Notas	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Investimentos em empresas do grupo	8	-	3.561.020.983	3.561.020.983	-	3.561.020.983
Outros investimentos	9	-	42.214.426	42.214.426	-	42.214.426
Outros ativos não correntes	10	393.745.945	-	393.745.945	-	393.745.945
		<u>393.745.945</u>	<u>3.603.235.409</u>	<u>3.996.981.354</u>	<u>-</u>	<u>3.996.981.354</u>
Ativos correntes						
Clientes	11	503.725	-	503.725	-	503.725
Outras dívidas de terceiros	12	13.909.190	-	13.909.190	-	13.909.190
Outros ativos correntes	14	330.940	-	330.940	100.457	431.397
Caixa e equivalentes de caixa	15	75.589	-	75.589	-	75.589
		<u>14.819.444</u>	<u>-</u>	<u>14.819.444</u>	<u>100.457</u>	<u>14.919.901</u>
		<u>408.565.389</u>	<u>3.603.235.409</u>	<u>4.011.800.798</u>	<u>100.457</u>	<u>4.011.901.255</u>

Passivos financeiros

31.dezembro.2012

	Notas	Derivados de cobertura	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	595.047.114	595.047.114	-	595.047.114
Empréstimos bancários	20	-	74.024.250	74.024.250	-	74.024.250
Outros passivos não correntes	8	3.992.080	-	3.992.080	-	3.992.080
Outros empréstimos	20	6.993.896	-	6.993.896	-	6.993.896
		<u>10.985.976</u>	<u>669.071.364</u>	<u>680.057.340</u>	<u>-</u>	<u>680.057.340</u>
Passivos correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	99.919.906	99.919.906	-	99.919.906
Empréstimos bancários	20	-	1.961.683	1.961.683	-	1.961.683
Outros empréstimos	20	1.674.286	-	1.674.286	-	1.674.286
Fornecedores		-	443.191	443.191	-	443.191
Outras dívidas a terceiros	21	-	7.680.960	7.680.960	-	7.680.960
Outros passivos correntes	22	-	10.275.049	10.275.049	878.286	11.153.335
		<u>1.674.286</u>	<u>120.280.789</u>	<u>121.955.075</u>	<u>878.286</u>	<u>122.833.361</u>
		<u>12.660.262</u>	<u>789.352.153</u>	<u>802.012.415</u>	<u>878.286</u>	<u>802.890.701</u>

31.dezembro.2011

	Notas	Derivados de cobertura	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
Passivos não correntes						
Empréstimos obrigacionistas	20	-	497.997.648	497.997.648	-	497.997.648
Outros empréstimos	20	11.007.789	-	11.007.789	-	11.007.789
		<u>11.007.789</u>	<u>497.997.648</u>	<u>509.005.437</u>	<u>-</u>	<u>509.005.437</u>
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	20	-	90.600.000	90.600.000	-	90.600.000
Fornecedores		-	662.785	662.785	-	662.785
Outras dívidas a terceiros	21	-	40.240.610	40.240.610	-	40.240.610
Outros passivos correntes	22	-	3.687.199	3.687.199	564.602	4.251.801
		-	135.190.594	135.190.594	564.602	135.755.196
		<u>11.007.789</u>	<u>633.188.242</u>	<u>644.196.031</u>	<u>564.602</u>	<u>644.760.633</u>

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

	31.dezembro.2012			31.dezembro.2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos em empresas do grupo	5.079.830	524.986.000	-	1.132.175	625.463.000	-
Outros investimentos	-	19.936.181	-	6.806.000	-	-
	<u>5.079.830</u>	<u>544.922.181</u>	<u>-</u>	<u>7.938.175</u>	<u>625.463.000</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	3.992.080	8.668.182	-	-	13.990.754	-
	<u>3.992.080</u>	<u>8.668.182</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.990.754</u>	<u>-</u>

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas com impacto relevante nas demonstrações financeiras ou erros materiais de exercícios anteriores.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	136.027	194.768	1.745.827	723	412	2.077.757
Aumentos	-	-	-	-	34.640	34.640
Diminuições	(17.352)	-	(128.420)	-	(412)	(146.184)
Transferências / abates	2.903	-	31.737	-	(34.640)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	121.578	194.768	1.649.144	723	-	1.966.213
Aumentos	50	-	-	-	20.151	20.201
Diminuições	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Transferências / abates	11.114	-	9.037	-	(20.151)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	132.742	194.768	1.656.181	723	-	1.984.414
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	29.924	194.768	1.626.874	692	-	1.852.258
Aumentos	12.866	-	37.999	31	-	50.896
Diminuições	(17.352)	-	(128.420)	-	-	(145.772)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	25.438	194.768	1.536.453	723	-	1.757.382
Aumentos	13.585	-	37.405	-	-	50.990
Diminuições	-	-	(2.000)	-	-	(2.000)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	39.023	194.768	1.571.858	723	-	1.806.372
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2011	96.140	-	112.691	-	-	208.831
A 31 de dezembro de 2012	93.719	-	84.323	-	-	178.042

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ativos intangíveis e respectivas amortizações era o seguinte:



	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	153.928	2.682	-	156.610
Aumentos	-	-	14.071	14.071
Diminuições	-	-	(650)	(650)
Transferências / abates	13.421	-	(13.421)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	167.349	2.682	-	170.031
Aumentos	-	-	9.188	9.188
Transferências / abates	9.188	-	(9.188)	-
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	176.537	2.682	-	179.219
Amortizações acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	36.644	1.714	-	38.358
Aumentos	53.641	894	-	54.535
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	90.285	2.608	-	92.893
Aumentos	57.482	74	-	57.556
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	147.767	2.682	-	150.449
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2011	77.064	74	-	77.138
A 31 de dezembro de 2012	28.770	-	-	28.770

8 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo era o seguinte:



Empresa	31.dezembro.2012					Saldo final
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Varição de justo valor	
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Sonae Investimentos, SGPS, SA (a)	76,86%	1.893.270.729	-	51.249	-	1.893.219.480
Sonae Investments, BV	100,00%	835.700.000	-	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	3.672.059	-	-	-	3.672.059
Sonae Sierra, SGPS, SA (b)	50,00%	586.449.500	-	-	(61.463.500)	524.986.000
Sonaecom, SGPS, SA	0,94%	789.750	3.263.451	-	1.026.629	5.079.830
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	731.545	-	-	-	731.545
Sontel, BV	42,86%	405.641.099	-	-	-	405.641.099
Total		3.726.520.983	3.263.451	51.249	(60.436.871)	3.669.296.314
Imparidade		165.500.000	-	-	-	165.500.000
Total		3.561.020.983	3.263.451	51.249	(60.436.871)	3.503.796.314

Empresa	31.dezembro.2011					Saldo final
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Varição de justo valor	
Interlog, SGPS, SA	1,02%	106.686	-	-	-	106.686
Sonae Investimentos, SGPS, SA (a)	76,86%	1.893.270.729	-	-	-	1.893.270.729
Sonae Investments, BV (c)	100,00%	550.000.000	285.700.000	-	-	835.700.000
Sonae RE, SA	99,92%	3.672.059	-	-	-	3.672.059
Sonae Sierra, SGPS, SA (b)	50,00%	625.463.000	-	-	(39.013.500)	586.449.500
Sonaecom, SGPS, SA	0,18%	1.132.175	-	271.724	(70.701)	789.750
Sonaegest, SA	20,00%	159.615	-	-	-	159.615
Sonaecenter Serviços, SA	100,00%	731.545	-	-	-	731.545
Sontel, BV (c)	42,86%	191.341.400	214.299.699	-	-	405.641.099
Total		3.265.877.209	499.999.699	271.724	(39.084.201)	3.726.520.983
Imparidade		88.500.000	77.000.000	-	-	165.500.000
Total		3.177.377.209	422.999.699	271.724	(39.084.201)	3.561.020.983

- (a) O valor desta participação é o preço da oferta pública de aquisição tendente ao domínio total realizada em 2006, não tendo sido registada qualquer variação desde então.
- (b) O valor de mercado foi determinado tendo por base a avaliação independente a 31 de dezembro de 2012 e 2011 dos ativos imobiliários detidos por esta filial, à qual foram deduzidas a correspondente dívida líquida e a quota-parte de minoritários. Os pressupostos da valorização dos ativos estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.
- (c) Durante o exercício procedeu-se ao aumento do capital social destas sociedades.

Durante o exercício de 2012, a Sonae celebrou com a Sonaecom, SGPS, SA um contrato em que se obriga a efetuar a entrega de ações Sonaecom a colaboradores daquela subsidiária, durante o exercício de 2016. Esta obrigação refere-se a 2.780.000 ações que foram adquiridas por 3.263.451 euros. Tendo assumido um passivo no montante de 3.291.520 euros que se encontra registado na rubrica da demonstração da posição financeira em outros passivos não correntes. A variação da valorização da participação adquirida e do passivo assumido no montante de 700.560 euros encontra-se registada na demonstração de resultados.

Em exercícios anteriores a Empresa constatou uma perda de imparidade relativa à participação financeira detida na Sontel, BV em resultado da aplicação da política contabilística referida em 2.6 k) e com base na avaliação dos ativos daquela

subsidiária efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. A perda de imparidade acumulada nesta subsidiária a 31 de dezembro de 2012 é de 165.500.000 euros (igual montante em 31 de dezembro de 2011).

Os pressupostos utilizados correspondem aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

9 OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros investimentos era o seguinte:

Empresa	31.dezembro.2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	-	49.880
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	2.546	-	-	-	2.546
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	-	20.000.003	-	(63.822)	19.936.181
Magma No. 1 Securitisation Notes	37.680.000	-	19.040.000	-	18.640.000
Sonae Capital, SGPS, SA	6.972.000	-	6.972.000	-	-
Total	44.704.426	20.000.003	26.012.000	(63.822)	38.628.607
Imparidade	2.490.000	-	2.490.000	-	-
Total	42.214.426	20.000.003	23.522.000	(63.822)	38.628.607

Empresa	31.dezembro.2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Variação de justo valor	Saldo final
Associação Escola Gestão Porto	49.880	-	-	-	49.880
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	-	2.546	-	-	2.546
Magma No. 1 Securitisation Notes	56.940.000	-	19.260.000	-	37.680.000
Sonae Capital, SGPS, SA	6.806.000	-	-	166.000	6.972.000
Total	63.795.880	2.546	19.260.000	166.000	44.704.426
Imparidade	-	-	-	2.490.000	2.490.000
Total	63.795.880	2.546	19.260.000	(2.324.000)	42.214.426

No primeiro trimestre de 2012 procedeu-se à alienação da participação detida na Sonae Capital, SGPS, SA pelo montante de 3.569.000 euros.

Em dezembro de 2012 procedeu-se à aquisição de 24.905 unidades de participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede.

Em dezembro de 2008, a Empresa procedeu à tomada de obrigações titularizadas através de subscrição particular, no montante de 100.000.000 de euros emitidas por Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, SA denominadas Magma Nº 1 Securitisation Notes.

Estas obrigações foram emitidas pelo período de 5 anos (2008/2013) e são amortizáveis em prestações trimestrais de igual valor, tendo como ativos subjacentes os créditos futuros gerados por contratos de clientes empresariais da SonaeCom - Serviços de Comunicações, SA, com um sobrecolateralização confortável que minimiza substancialmente o risco de crédito deste investimento.

Durante o exercício de 2012 o valor da diminuição no montante de 19.040.000 euros corresponde a 18.692.500 euros de amortizações e a 347.500 euros de alienações, as quais não geraram qualquer ganho ou perda. Tendo em consideração estas transações o valor deste instrumento aproxima-se do seu valor contabilístico.

10 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empréstimos concedidos a empresas do grupo:		
Sonae Investments, BV	5.403.000	45.560.933
Sonae Investimentos, SGPS, SA	347.400.000	347.400.000
Sontel, BV	20.000	785.012
	352.823.000	393.745.945

O valor registado em empréstimos concedidos à Sonae Investimentos, SGPS, SA é um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa e reembolso no final do período do empréstimo. Em dezembro de 2011 procedeu-se à alienação de 1.052 obrigações a uma subsidiária pelo montante de 42.080.000 euros.

O justo valor das obrigações associadas a este empréstimo a 31 de dezembro de 2012 é de 42.606 euros (40.000 euros em 31 de dezembro de 2011) por obrigação, tendo sido determinado com base no método de fluxos de caixa descontados, não existindo qualquer indício de imparidade do referido empréstimo.

Os restantes empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, têm uma natureza de longo prazo, e o seu justo valor é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. A eventual imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea k) da nota 2.6.

11 CLIENTES

O saldo de clientes respetivamente 467.461 euros e de 503.725 euros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

12 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
Sonacenter Serviços, SA	-	119.120
	-	119.120
Empresas do grupo - Juros:		
Sonae Investments, BV	138.928	334.583
Sontel, BV	1.202	180.628
	140.130	515.211
Empresas do grupo - Dividendos:		
Sonae Sierra SGPS, SA (Nota 27)	10.567.050	11.867.610
	10.567.050	11.867.610
Outros devedores		
Outros	580.633	1.407.249
	11.287.813	13.909.190

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Saldos devedores		
Pagamentos por conta	117.872	40.921
Retenções na fonte	1.110.404	715.616
Outros	41.984	42.050
	1.270.260	798.587
Saldos credores		
Imposto estimado	9.350	139.100
Retenções de imposto sobre o rendimento:		
Trabalho dependente	42.534	38.092
Capitais	52.769	229.590
Imposto sobre o valor acrescentado	97.420	106.798
Contribuições para a segurança social	12.426	11.065
Imposto de selo	120	30.737
	214.619	555.382

14 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros ativos correntes era o seguinte:



	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Acréscimos de rendimentos	1.974.168	330.939
Gastos diferidos	82.911	100.458
	<u>2.057.079</u>	<u>431.397</u>

O valor registado na rubrica de acréscimos de rendimentos corresponde essencialmente à especialização de juros relativos a empréstimos concedidos a participadas.

15 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:



	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Numerário	89	89
Depósitos bancários	158.667.534	75.500
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>158.667.623</u>	<u>75.589</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>158.667.623</u>	<u>75.589</u>

Em 31 de dezembro de 2012 a sociedade detinha depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses no valor de 158.574.000 euros que foram resgatados no início de 2013.

16 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e as suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sociedade.

17 RESERVAS LEGAIS

A Sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2011 transferiu para esta rubrica resultados no valor 19.321.614 euros.

18 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de outras reservas era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Reservas livres	608.516.991	674.376.391
Reserva de cobertura	(2.383.292)	(5.030.164)
Reserva de justo valor	512.403.476	573.554.460
Responsabilidade por pagamento baseado em ações (Nota 19)	655.001	825.953
	<u>1.119.192.176</u>	<u>1.243.726.640</u>

Os movimentos ocorridos em 2012 e em 2011 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração do rendimento integral.

As reservas de cobertura refletem a parcela eficaz de variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de fluxos de caixa.

As reservas de justo valor correspondem a variações de justo valor de instrumentos financeiros classificados como ativos disponíveis para venda.

As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem a responsabilidade com os planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

19 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae concedeu em 2012 e em anos anteriores, ao Conselho de Administração prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os planos em aberto são os seguintes:



	Período de diferimento		31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Data de atribuição	Data de vencimento	Nº participantes	Nº de ações	Nº participantes	Nº de ações
Plano 2008	2009	2012	-	-	1	570.258
Plano 2009	2010	2013	1	411.564	1	411.564
Plano 2010	2011	2014	1	425.401	1	425.401
Plano 2011	2012	2015	1	836.409	-	-

Durante o exercício, os movimentos ocorridos podem ser resumidos como segue:

Em número de ações		
	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Saldo inicial	1.407.223	1.322.666
Movimento do exercício:		
Atribuídas	836.409	425.401
Vencidas	(570.258)	(340.844)
Saldo final	1.673.374	1.407.223
Em valor		
	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	325.172	386.786
Valor registado em gastos com pessoal em exercícios anteriores	329.829	439.167
	655.001	825.953

20 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Obrigações Sonae 2007/2014	150.000.000	150.000.000
Obrigações Sonae 2010/2015	250.000.000	250.000.000
Obrigações Sonae 05	-	100.000.000
Obrigações Continente -7% -2015	200.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(4.952.886)	(2.002.352)
Empréstimos obrigacionistas	595.047.114	497.997.648
Valor nominal dos empréstimos bancários	75.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(975.750)	-
Empréstimos bancários	74.024.250	-
Derivados	6.993.896	11.007.789
Empréstimos não correntes	676.065.260	509.005.437
Obrigações Sonae 05	100.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(80.094)	-
Empréstimos obrigacionistas	99.919.906	-
Papel comercial	-	90.600.000
Derivados	1.674.286	-
Outros empréstimos bancários	1.961.683	-
Empréstimos correntes	103.555.875	90.600.000

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados, com a exceção do empréstimo obrigacionista Continente 7% que é determinado através do seu preço de mercado à data do balanço.

Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe da análise de maturidade dos empréstimos contraídos excluindo instrumentos derivados era o seguinte:



	31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Valor nominal	Juros	Valor nominal	Juros
N+1	101.961.683	25.514.464	90.600.000	16.050.981
N+2	150.000.000	23.820.144	100.000.000	14.483.128
N+3	525.000.000	19.817.448	150.000.000	11.362.035
N+4	-	-	250.000.000	4.771.181

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento a 31 de dezembro.

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser resumidas como se segue:



	31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	146.500.000	35.000.000	156.500.000	35.000.000
Montante de linhas disponíveis	146.500.000	35.000.000	65.900.000	35.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro 2012 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média de 3,37% (3,37% em 31 de dezembro de 2011).

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros considerados de cobertura correspondem a swaps que convertem taxa variável em taxa fixa contraídas com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 250 milhões de euros (igual montante em 31 de dezembro de 2011), a cobertura foi efetuada para 100% do valor dos empréstimos, cujo justo valor ascendia a -8.668.182 euros (-11.007.789 euros em 31 de dezembro de 2011).

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data da demonstração da posição financeira, determinado por avaliações efetuadas pela Empresa com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a atualização para a data da demonstração da posição financeira dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado, estimada para as datas de fixação de juro com base em curvas de mercado retiradas da Bloomberg.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os derivados tinham os seguintes cash-flows estimados:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
N+1	(6.297.744)	(4.431.568)
N+2	(2.393.076)	(5.117.090)
N+3	-	(1.656.143)

21 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empresas do grupo - Operações financeiras:		
Sonae Investments, BV	-	40.160.000
Sonaecenter Serviços, SA	145.135	-
Sontel, BV	7.296.265	-
	<u>7.441.400</u>	<u>40.160.000</u>
Acionistas	70.350	69.093
Outros	169.210	11.517
	<u>7.680.960</u>	<u>40.240.610</u>

22 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	525.658	491.892
Juros a liquidar	10.275.049	3.687.199
Outros	352.628	72.710
	<u>11.153.335</u>	<u>4.251.801</u>

23 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	48.093.333	92.283
por processos judiciais em curso	70.766	145.256
Fianças prestadas favor de subsidiárias (a)	230.569.501	130.066.153

a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

A rubrica garantias prestadas por processos fiscais em curso inclui garantias prestadas no valor de 36 milhões de euros a favor da Administração Fiscal relativas a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente ao exercício de 2007. Relativamente a estas garantias, o valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro naquele exercício. A Empresa procedeu à impugnação judicial desta liquidação adicional, sendo

entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que a referida impugnação judicial será procedente.

Não foi criada provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

24 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como segue:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	255.319	247.019
N+1	25.242	22.420
N+2	22.276	17.797
N+3	7.445	14.831
N+4	7.445	-
N+5	3.102	-
	<u>320.829</u>	<u>302.067</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 278.773 euros (304.650 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a contratos de locação operacional.

25 ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:



Saldos:	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empresas subsidiárias	2.576.963	2.248.938
Empresas controladas conjuntamente	10.779.542	12.094.116
Outras partes relacionadas	98.000	109.053
Contas a receber	<u>13.454.505</u>	<u>14.452.107</u>
Empresa mãe	912.998	-
Empresas subsidiárias	3.738.595	657.699
Empresas controladas conjuntamente	39.654	-
Outras partes relacionadas	4.533	27.466
Contas a pagar	<u>4.695.780</u>	<u>685.165</u>
Empresas subsidiárias	352.823.000	393.865.065
Empréstimos concedidos	<u>352.823.000</u>	<u>393.865.065</u>
Empresas subsidiárias	7.441.400	40.160.000
Empréstimos obtidos	<u>7.441.400</u>	<u>40.160.000</u>

Transações:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empresas subsidiárias	2.602.884	1.624.611
Empresas controladas conjuntamente	217.467	212.682
Outras partes relacionadas	100.000	100.000
Prestação de serviços e outros rendimentos	2.920.351	1.937.293
Empresa mãe	305.324	-
Empresas subsidiárias	1.130.900	1.135.851
Empresas controladas conjuntamente	65.660	-
Outras partes relacionadas	29.675	85.713
Compras e serviços recebidos	1.531.559	1.221.564
Empresas subsidiárias	31.731.142	40.036.497
Juros auferidos	31.731.142	40.036.497
Empresa mãe	607.674	977.984
Empresas subsidiárias	1.202.304	461.361
Juros suportados	1.809.978	1.439.345
Empresas subsidiárias	17.203.611	107.599
Empresas controladas conjuntamente	10.567.050	11.867.610
Dividendos (Nota 27)	27.770.661	11.975.209
Empresas subsidiárias	80.000	289.954
Outras partes relacionadas	3.569.000	-
Alienação investimentos financeiros (Nota 33)	3.649.000	289.954
Outras partes relacionadas	-	42.080.000
Alienação obrigações	-	42.080.000
Empresas subsidiárias	-	500.002.245
Outras partes relacionadas	20.000.003	-
Aquisição/aumento de investimentos financeiros (Nota 33)	20.000.003	500.002.245
Empresas subsidiárias	2.061.797	-
Empresas controladas conjuntamente	382.914	-
Alienação de ações próprias	2.444.711	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA conforme identificadas nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Efanor Investimentos, SGPS, SA (empresa mãe) e suas filiais incluindo as pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Indústria, SGPS, SA e Sonae Capital, SGPS, SA (outras partes relacionadas).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 tem a seguinte composição:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Benefícios a curto prazo	1.958.940	1.749.410
Benefícios com base em ações	483.300	335.400
	2.442.240	2.084.810

Em 2012 e 2011, não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

No exercício de 2012 foram alienadas a Administradores da sociedade ou a entidades / pessoas com eles relacionadas 19 obrigações Magma Nº 1 Securitisation Notes (Nota 9) pelo valor de 332.500 euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

26 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os montantes de 476.701 euros e 472.682 euros relativos a 31 de dezembro de 2012 e de 2011, respetivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

27 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Dividendos	27.770.661	11.975.209
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	(934.201)	(10.501.770)
Perdas de imparidade (Notas 8 e 9)	-	(79.490.000)
	<u>26.836.460</u>	<u>(78.016.561)</u>

Os dividendos foram atribuídos pelas filiais Sonae Investimentos, SGPS, SA (17.079.574 euros), Sonae Sierra, SGPS, SA (10.567.050 euros), Sonaegest, SA (78.537 euros) e Sonaecom, SGPS, SA (45.500 euros).

28 GANHOS OU PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Juros suportados:		
Relativos a empréstimos bancários	(3.230.432)	(1.146.845)
Relativos a obrigações não convertíveis	(18.639.880)	(14.593.181)
Outros	(7.738.627)	(6.825.614)
Encargos com emissão de dívida	(3.372.947)	(880.060)
Outros gastos e perdas financeiras	(97.370)	(1.322.775)
Gastos e perdas financeiras	<u>(33.079.256)</u>	<u>(24.768.475)</u>
Juros obtidos	33.388.218	42.447.504
Rendimentos e ganhos financeiros	<u>33.388.218</u>	<u>42.447.504</u>

29 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Rendas e alugueres	376.868	410.243
Trabalhos especializados	1.941.798	1.300.244
Outros fornecimentos e serviços	677.154	367.069
	<u>2.995.820</u>	<u>2.077.556</u>

30 GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Remunerações	2.285.376	2.153.446
Encargos sobre remunerações	88.518	78.616
Outros gastos com o pessoal	76.959	23.729
	<u>2.450.853</u>	<u>2.255.791</u>

31 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento foi de 9.414 euros e 139.419 euros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, respetivamente.

31.1. Reconciliação da taxa efetiva de imposto

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como se segue:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Resultado antes de imposto	22.973.731	(63.377.810)
Acréscimos/(Reduções) à matéria coletável	(26.332.604)	67.881.596
Matéria coletável	(3.358.873)	4.503.786
Utilização reportes fiscais	-	(4.503.786)
Prejuízos fiscais para os quais não foram constatados impostos diferidos	3.358.873	-
Matéria coletável corrigida	-	-
Imposto à taxa de 25%	-	-
Insuficiência de estimativa de imposto	64	319
Tributações autónomas	9.350	8.698
Derrama	-	130.402
Imposto do exercício	9.414	139.419
Taxa média efetiva de imposto	<u>0,041%</u>	<u>0,220%</u>

31.2. Reportes fiscais



	31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Data limite de utilização
Gerados em 2010	5.883.052	2014	5.979.825	2014
Gerados em 2012	<u>3.358.873</u>	2016	-	-
	<u>9.241.925</u>		<u>5.979.825</u>	

32 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:



	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	22.964.317	(63.517.229)
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>22.964.317</u>	<u>(63.517.229)</u>
Numero de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.999.432.845	2.000.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido (Nota 19)	1.673.374	1.407.223
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	<u>(700.550)</u>	<u>(494.220)</u>
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	<u>2.000.405.669</u>	<u>2.000.913.003</u>
Resultado por ação		
Básico	0,011485	(0,031759)
Diluído	<u>0,011480</u>	<u>(0,031744)</u>

33 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos ocorridos no exercício de 2012 e 2011 foram os seguintes:



Empresas	31.dezembro.2012			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Total	Valor recebido	Total	Valor pago
Magma Nº 1 Securitisation Notes	19.040.000	19.040.000	-	-
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	-	-	20.000.003	20.000.003
Sonacom, SGPS, SA	-	-	3.263.451	3.263.451
Sonae Investmentos, SGPS, SA	80.000	80.000	-	-
Sonae Capital, SGPS, SA	3.569.000	3.569.000	-	-
	<u>22.689.000</u>	<u>22.689.000</u>	<u>23.263.454</u>	<u>23.263.454</u>

Empresas	31.dezembro.2011			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Total	Valor recebido	Total	Valor pago
Magma Nº 1 Securitisation Notes	19.260.000	19.260.000	-	-
Fundo Especial de Invest.Imob. Fechado Imosonae Dois	-	-	2.546	2.546
Sontel, BV	-	-	214.299.699	214.299.699
Sonae Investments, BV	-	-	285.700.000	285.700.000
Sonacom, SGPS, SA	289.954	289.954	-	-
	<u>19.549.954</u>	<u>19.549.954</u>	<u>500.002.245</u>	<u>500.002.245</u>

34 DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2012 foram atribuídos dividendos ilíquidos de 0,0331 euros por ação (0,0331 euros por ação em 2011) correspondendo a um valor total de 66.200.000 euros (66.200.000 euros em 2011).

Relativamente ao exercício de 2012, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ilíquido de 0,0331 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 66.200.000 euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

35 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2013. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

36 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Sonae Investments, BV

Sontel, BV

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Efanor Investimentos, SGPS, SA

Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, SA

Modelo Hiper Imobiliária, SA

Modelo.com – Vendas por Correspondência, SA

Sesagest Projectos e Gestão Imobiliária, SA

Sonae Center Serviços II, SA

Sonae Investimentos, SGPS, SA

Sontel, BV

Sonae Specialized Retail, SGPS, SA

Sonaecenter, Serviços, SA

Sonaecom, SGPS, SA

Tlantic Portugal – Sistemas de Informação, SA

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:



	Saldo final
Sonaecenter Serviços, SA	145.135
Sontel, BV	7.296.265
	<u>7.441.400</u>

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:



	Saldo final
Sonae Investments, BV	5.403.000
Sontel, BV	20.000
	<u>5.423.000</u>

Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2012 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram 28.084 euros, exclusivamente de serviços de auditoria.

O Conselho de Administração

Belmiro Mendes de Azevedo; Presidente do Conselho de Administração

Álvaro Carmona e Costa Portela; membro do Conselho de Administração

Álvaro Cuervo Garcia; membro do Conselho de Administração

Bernd Bothe; membro do Conselho de Administração

Christine Cross; membro do Conselho de Administração

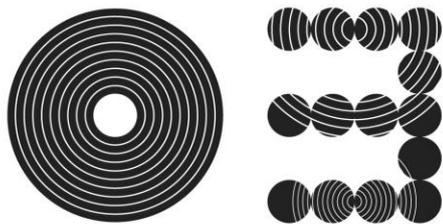
Michel Marie Bon; membro do Conselho de Administração

José Neves Adelino; membro do Conselho de Administração

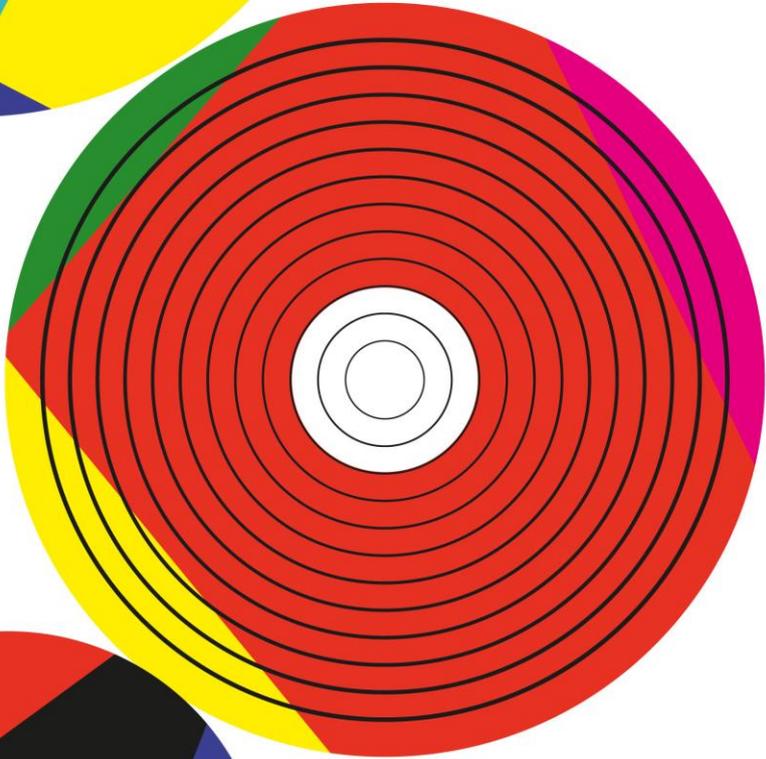
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo; CEO

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério; membro da Comissão Executiva

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão; membro da Comissão Executiva



CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DE CONTAS
E RELATÓRIO
DE AUDITORIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da Sonae, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada e Individual em 31 de Dezembro de 2012 (que evidenciam um activo total consolidado e individual de 6.035.355.458 Euros e 4.069.204.969 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 1.668.558.921 Euros e de 3.266.099.649 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe no montante de 32.572.259 Euros e um resultado líquido individual no montante de 22.964.317 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e da Empresa, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira consolidada e individual, os seus resultados e o seu rendimento integral consolidado e individual.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos consolidados e individuais de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

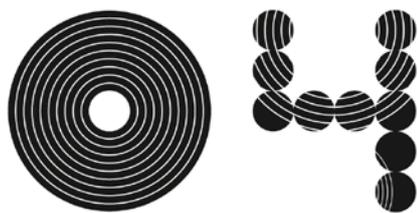
6. Conforme referido nas Notas 1 e 4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Sonae SGPS, S.A. alterou voluntariamente as suas políticas contabilísticas relativas ao registo de: i) interesses em entidades conjuntamente controladas; e ii) encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes. Em conformidade com o previsto pela IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, as alterações das políticas contabilísticas foram efectuadas retrospectivamente, pelo que as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada em 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, bem como as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram reexpressas em conformidade.

Relato sobre outros requisitos legais

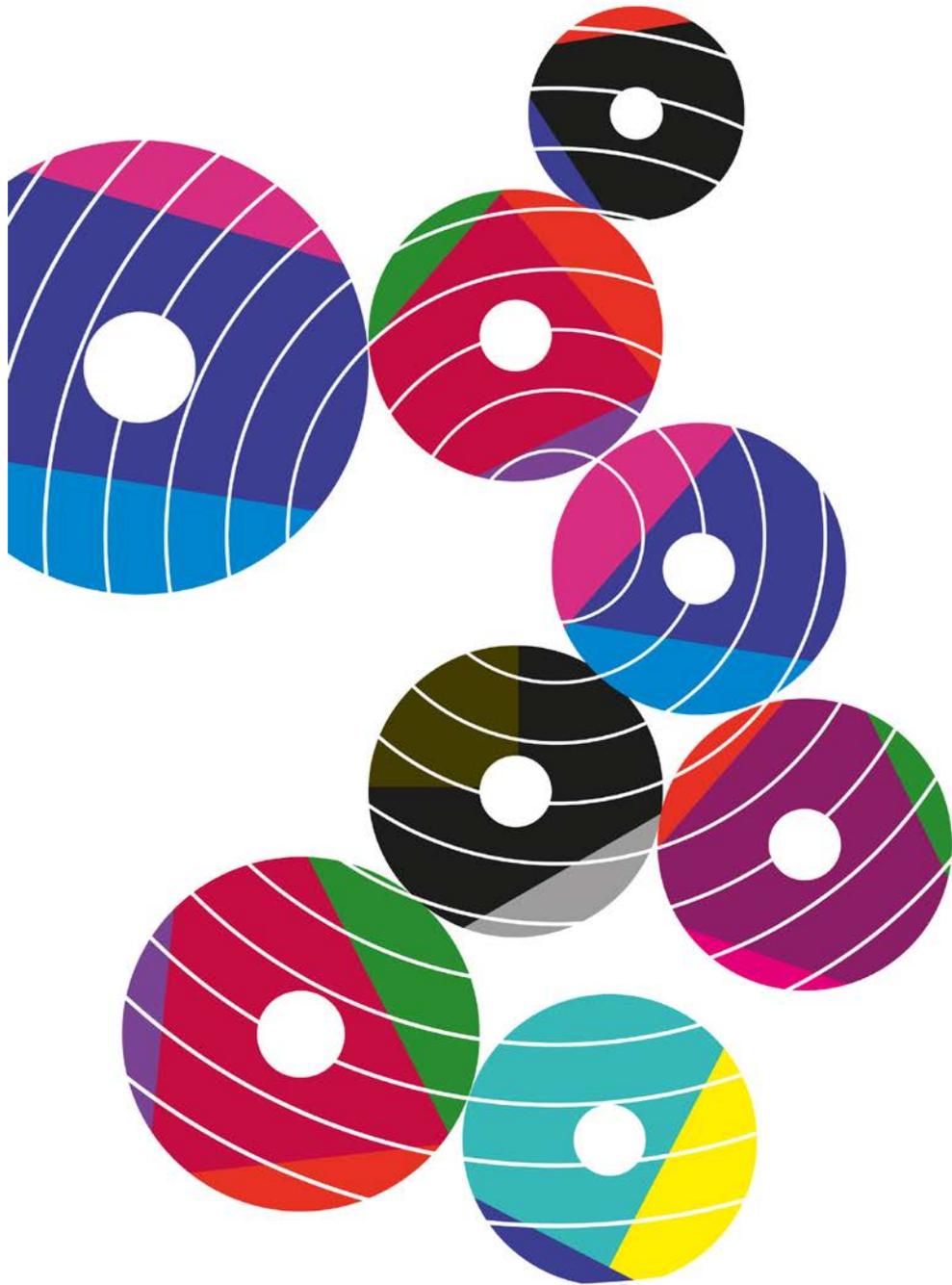
7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 12 de Março de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias



RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae, SGPS,S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora realizada e, bem assim, o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência, a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão requerida a evolução dos negócios sociais, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e das respetivas políticas contabilísticas e critérios de valorimetria e, bem assim, a observância dos normativos legais e estatutários.

Para o efeito, o Conselho Fiscal realizou reuniões de periodicidade trimestral nas quais obteve a presença da Administração, de responsáveis pelo Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, Financeiros e da Contabilidade, dos Assuntos Fiscais, de Auditoria Interna, de Provedoria e Gestão de Risco e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo. Adicionalmente, participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal verificou, ainda, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, analisou a atividade dos Auditores externo e interno, apreciou os relatórios emitidos pelo Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão, das Direções dos Assuntos Fiscais, Tesouraria e Finanças, Auditoria Interna, da Provedoria Sonae e de Gestão de Risco do Grupo e analisou o relatório da auditoria externa.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

Em cumprimento da Recomendação IV.1.2 da CMVM, o Conselho Fiscal teve em conta os critérios necessários para a caracterização dos negócios de relevância significativa em que intervenha a sociedade e acionistas titulares de participações qualificadas, ou entidades relacionadas nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários e cuja realização deve ser precedida de parecer a emitir por este órgão.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, e, nestes termos, analisou-se que o mesmo contém os elementos referidos no art. 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho Fiscal pronunciou-se, em termos favoráveis, pela prestação pelo Auditor Externo de serviços adicionais aos de auditoria e garantia de fiabilidade, por um conjunto de fundamentos alinhados com o interesse social, não pondo em causa a sua independência. Estes serviços adicionais não ultrapassaram trinta por cento do valor total dos serviços prestados, foram remunerados em condições de mercado e, adicionalmente, verificou-se ser do interesse da sociedade beneficiar dos resultados do conhecimento, experiência e tempestividade daquela prestação.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão, incluindo o relatório sobre o governo da sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria, emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, que mereceu o seu acordo.

2 - Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações da posição financeira, individual e consolidada, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidada e individual do rendimento integral, as demonstrações consolidada e individual das alterações do capital próprio e as demonstrações consolidada e individual dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012;
- b) A proposta de aplicação d e resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3– Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5 / 2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art. 245º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 27 de março de 2013

O Conselho Fiscal

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Arlindo Dias Duarte Silva

Jorge Manuel Felizes Morgado